



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES (II)

GUTIERRE FARIAS ALVES

**HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO PARAIBANA AMIGOS DA NATUREZA (APAN):
ESTRATÉGIAS E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS EM JOÃO PESSOA NO PERÍODO
DE 1978-1989**

CAMPINA GRANDE - PB

2017

GUTIERRE FARIAS ALVES

**HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO PARAIBANA AMIGOS DA NATUREZA (APAN):
ESTRATÉGIAS E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS EM JOÃO PESSOA NO PERÍODO
DE 1978-1989**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em História pela linha II de Pesquisa: Cultura, poder e identidades

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar

CAMPINA GRANDE - PB

2017

GUTIERRE FARIAS ALVES

**HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO PARAIBANA AMIGOS DA NATUREZA (APAN):
ESTRATÉGIAS E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS EM JOÃO PESSOA NO PERÍODO
DE 1978-1989**

Dissertação avaliada com conceito _____, em 05 de Maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

DR. JOSÉ OTÁVIO AGUIAR

UFCG

ORIENTADOR

DR LUCIANO MENDONÇA DE LIMA

UFCG

EXAMINADOR INTERNO

DRA. MARIA LÚCIA ABAURRE GNERRE

UFPB

EXAMINADORA EXTERNA

DEDICATÓRIA:

À minha avó materna Irene (in memoriam) e à minha mãe Alberina, guerreiras da vida.

Ao meu pai, Egberto, que, ao seu modo, sempre me incentivou a estudar.

E aos trabalhadores do dia-a-dia, que financiaram meus estudos, mas não lerão este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Enfim, dissertação concluída! Não sei bem o que isso significa. Conheço muitos mestres desempregados, outros que não leram um livro, e possuem esse título. Conheço muitos mestres que são doutores, nos livros e na vida.

Ah! Tem aqueles que não têm certificado, no entanto, me ensinaram muito. Ensinaram-me a respeitar o próximo, a perceber que não é preciso pisar e bajular o Outro para conquistar os nossos objetivos. Ensinaram-me que a amizade e o amor são os sentimentos que nos aproximam da felicidade. Ensinaram-me a não ter o Complexo de vira-lata, nem o ego de Narciso. Ensinaram-me a sempre terminar aquilo que se começa.

Os que me ensinaram foram meus familiares, meus amigos e alguns professores. Para eles que escrevo neste momento:

Agradeço à minha **avó materna Irene** (in memoriam). Sua postura guerreira diante das adversidades da vida, principalmente em relação à doença Mal de Parkinson, que durante vinte anos a machucou lentamente, sempre fora algo que marcou profundamente. Seus ensinamentos nunca foram palavras ou sermões, mas, atitudes diárias que me ensinaram os valores do respeito, da honestidade e da valorização do Outro. Dela sinto muitas saudades, e perdê-la nesse processo de escrita foi algo doloroso, que tentei superar a partir do mais profundo amor e afeto que sempre terei por “Dona Irene”.

À minha **mãe Alberina**. Outra guerreira que, ao seu modo, sempre me ofereceu amor e carinho. Suas atitudes de sempre prestar ajuda, me influenciam e formam meu caráter. Hoje, não tenho dúvidas em dizer: é a pessoa mais importante em minha vida.

Ao meu **pai Egberto**. Apesar da distância física, acredito que os valores da honestidade e sinceridade que me foram transmitidos, me ajudam nas tomadas de decisões que tenho que ter diante das “falcatruas da vida”. Toda decisão tomada em favor da ética, faz lembrar dele. Muitas vezes sinto saudade do que não aconteceu entre nós, mas seu gosto pelo futebol e sua torcida pelo campinense e Corinthians, tenho certeza, serão uma grande herança para as próximas gerações.

Ao meu **irmão Gustavo**. Na hora das dificuldades financeiras segurou as pontas, sustentou a família e, mesmo sem saber, fez com que eu continuasse a caminhada de professor. Influenciou-me no gosto musical, e neste período de escrita nos aproximamos mais, deixando as brigas de lado. Isso foi fundamental para a elaboração desta dissertação.

À minha **tia Bernadete**. Conversar com ela é sempre muito bom, me ajudou em momentos cruciais concretizando a certeza que é uma pessoa com quem sempre posso contar, e por quem tenho um carinho especial.

Ao meu **avô materno Miguel** (in memoriam). Acredito que carrego o jeito comunicativo e “brincalhão”, dele. Suas poesias (algumas vezes repetidas) na hora do almoço, assim como seus repentes, sempre foram admirados por mim, e sinto muito em não ter dito isso em vida para ele.

Sou grato também aos amigos **Leonardo Leite e Marco Antônio**. Durante estes sete anos de amizade, enfrentamos muitas coisas juntos: das disputas políticas nos tempos de centro acadêmico à falta de dinheiro para tomar uma cerveja ou comprar um livro desejado. Acredito que essa ajuda mútua nos momentos difíceis fez surgir uma amizade forte e sincera, a qual desejo que dure para sempre. Espero do fundo do coração, que um dia possamos compartilhar (um pouco mais) as coisas boas da vida.

Ao amigo **Gregório Duarte**. Amizade que se consolidou neste tempo de Mestrado. Nossas conversas (quase sempre regadas com cervejas) aliviam minha existência, e nossas diferenças convergem na esperança de um mundo melhor. Acredito que uma das coisas boas que a Universidade me proporcionou foi conhecer esse cara, que há muito tempo posso chamar de meu amigo.

Ao amigo **Marcos Saulo**. Pela boa amizade, por saber ouvir, e por ter me ensinado muita coisa ao longo de todos estes anos.

Agradeço à **Fabí**, por tudo! Pelo carinho e pela paciência em fazer parte da correção deste trabalho.

Aos amigos **Pablo, Augusto e Antônio**; pelas conversas que, de algum modo, abrandam a existência e afugentam a solidão.

Agradeço ao professor e Orientador **José Otávio Aguiar**. A Liberdade que ele sempre me concedeu na escrita (monografia e dissertação), me ajudou na formação de pesquisador. Sua postura holística em busca do conhecimento é uma influência direta em minha vida. Após todos esses anos de orientação só resta dizer: muito obrigado!

Ao professor e membro da banca, **Luciano Mendonça**. Nesta dissertação foi praticamente um coorientador. Mas, para além das orientações e indicações de leitura, sou grato em poder me relacionar com um sujeito ético que consegue aliar teoria e prática na busca de um mundo mais justo. Apesar do defeito - ser trezeano - foi/é uma influência extremamente positiva na minha formação de professor/pesquisador.

À professora **Maria Lúcia Abaurre**, por ter aceitado o convite em participar da banca examinadora. Creio que suas contribuições serão importantes para este trabalho.

Ao professor **José Benjamin Montenegro**. Sua paixão pela leitura é fascinante, e seu jeito de transmitir o conhecimento é algo que um dia quero aprender. Como diz aquele ditado: “Quando crescer quero ser que nem ele”.

À disposição de **Paula Frassinete, Antônio Augusto, Carlos Cartaxo e Socorro Fernandes** em participar das entrevistas. Com eles aprendi coisas importantes para minha vida, e sem eles não existiria esta dissertação.

Agradeço à **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** pelo financiamento da pesquisa.

À **turma de 2015** pela ajuda mútua e pelo diálogo que tivemos para enfrentar os desafios da dissertação e as burocracias da UFCG.

Por fim, sou grato a todos os **grandes autores** que li durante este tempo de Universidade: Dostoiévski, Ferreira Gullar, Manoel de Barros, Alberto Caeiro, Gabriel García Márquez, José Saramago, George Orwell, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Brecht, Lima Barreto, Sérgio Vaz, Kafka, Hobsbawn, Thompson, Chomsky, John Fante, Drummond, Milan Kundera, Rubem Alves, Charles Bukowski; por me

acompanhar nos momentos de solidão e oferecer outro olhar sob o mundo, além de ajudar na formação enquanto cidadão.

Enfim, dissertação concluída! Não sei o que isso significa. Talvez pelo baixo salário da profissão. Talvez por a educação ser tão desvalorizada neste país. Talvez por nunca ter sonhado em entrar na Universidade. Talvez por ainda sonhar em ser jogador de futebol.

Foram dois anos dolorosos, aonde perdi meus avós maternos (Dona Irene e Seu Miguel); tive que me submeter a uma cirurgia no joelho (ligamento cruzado anterior), o que me deixou longe da minha paixão, que é o futebol; além das incertezas que envolvem o magistério.

Apesar disso, foram anos de muito aprendizado, leituras, aulas ministradas, e escrita, que me deixaram mais sensível às questões que envolvem a humanidade, a sociedade.

Acredito que a conclusão da dissertação encerra um ciclo de sete anos (que começou lá na graduação, nos idos de 2010) na Universidade Federal de Campina Grande. Espaço de muitas vivências, experiências, encontros e desencontros, assim como é a vida. E foi a partir daí que tomei gosto pela leitura, sobretudo, pela poesia.

Por isso, não poderia encerrar de maneira mais categórica, com um verso do poema *Tabacaria* (1928) que resume bem meu sentimento neste momento: “Não sou nada/Nunca serei nada/Não posso querer ser nada/À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo (Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa).

*Li hoje quase duas páginas
Do livro dum poeta místico
E ri como quem tem chorado muito.*

*Os poetas místicos são filósofos doentes,
E os filósofos são homens doidos.*

*Porque os poetas místicos dizem que as flores sentem
E dizem que as pedras têm alma
E que os rios têm êxtases ao luar.*

*Mas as flores, se sentissem, não eram flores,
Eram gente;
E se as pedras tivessem alma, eram coisas vivas, não eram pedras;
E se os rios tivessem êxtases ao luar,
Os rios seriam homens doentes.*

*É preciso não saber o que são flores e pedras e rios
Para falar dos sentimentos deles.*

*Falar da alma das pedras, das flores, dos rios,
É falar de si próprio e dos seus falsos pensamentos.
Graças a Deus que as pedras são só pedras,
E que os rios não são senão rios,
E que as flores são apenas flores.*

*Por mim, escrevo a prosa dos meus versos
E fico contente,
Porque sei que compreendo a Natureza por fora;
E não a compreendo por dentro
Porque a Natureza não tem dentro;
Senão não era a Natureza.*

(Alberto Caeiro – O Guardador de Rebanhos)

A Igreja também ditará outro mandamento, esquecido por Deus: Amarás a Natureza, da qual faz parte. Serão reflorestados os desertos do mundo e da alma.

(Eduardo Galeado – O direito de sonhar)

RESUMO

Esta dissertação tem como eixo temático o estudo da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN), num recorte de 1978 a 1989, que se justifica a partir do ano da fundação da entidade até o período da Constituinte Estadual. Objetivamos, desse modo, discutir as propostas socioambientais da APAN, estratégias de mobilização, bem como suas lutas em João Pessoa-PB através das propostas de cidade que estiveram ligadas às ideias de proteção ao Meio Ambiente por intermédio da Educação, culminando em projetos no referido período. Para tanto, contextualizamos a atuação dos líderes: Paula Frassinete e Antônio Augusto. Em contrapartida, se faz necessário problematizar as narrativas de perspectivas contrárias à Associação, à época: políticos locais, donos de construtoras, agentes imobiliários, e empresários; através da justificativa do desenvolvimento econômico do estado e da cidade pessoense. Para conseguir alcançar os objetivos propostos, metodologicamente, utilizamos o cruzamento das fontes jornalísticas como *A União*, *Correio da Paraíba*, *O Norte*; juntamente com entrevistas de membros/ex-membros da APAN. A complexidade do estudo permitiu um diálogo historiográfico da História Ambiental que nos serviu para problematizar a relação de segmentos da sociedade/Estado com a natureza; e a História Social inglesa que ajudou na análise das estratégias de ação dos atores coletivos da APAN.

Palavras-Chave: APAN. Movimento ambientalista. Redemocratização.

ABSTRACT

This dissertation has as its thematic axis the study of the Paraíba Friends of Nature Association (APAN), in a cut from 1978 to 1989, which is justified from the year of the foundation of the entity until the period of the State Constituent. In this way, we aim to discuss the social and environmental proposals of the APAN, strategies for mobilization, as well as their struggles in João Pessoa-PB through the city proposals that were linked to the ideas of protection to the Environment through Education, culminating in projects in the aforementioned period. For that, we contextualize the actions of the leaders: Paula Frassinete and Antônio Augusto. On the other hand, it is necessary to problematize the narratives of perspectives contrary to the Association, at the time: local politicians, owners of builders, real estate agents, and entrepreneurs; Through the justification of the economic development of the state and the city of Pessoa. In order to achieve the proposed objectives, methodologically, we used the cross-referencing of journalistic sources such as. Along with interviews with members / former members of the APAN. The complexity of the study allowed for a historiographic dialogue of Environmental History that served us to problematize the relation of segments of society / State with nature; And the English Social History that helped in the analysis of the strategies of action of the collective actors of the APAN.

Keywords: APAN. Environmental movement. Redemocratization.

LISTA DE SIGLAS

AAB	Aliança Anticomunista do Brasil
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ADUF/JP	Associação dos Docentes da Universidade Federal de João Pessoa
ADUF/PB	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
APAN	Associação Paraibana Amigos da Natureza
APPN	Associação Paulista de Proteção Natural
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASPAN	Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
BNH	Banco Nacional de Habitação
CA	Centro Acadêmico
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CURA	Comunidades Urbanas Para Recuperação Acelerada
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FBCN	Fundação para Conservação da Natureza
FUNAPE	Fundação de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IWC	<i>International Whaling Commission</i>
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba
MAPE	Movimento de Arte e Pensamento Ecológico
MAPN	Movimento Artistas pela Natureza
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NEAU	Núcleo Experimental de Arquitetura e Urbanismo
NPPN	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Produtos Naturais
NEPREMAR	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Recursos do Mar
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PDS	Partido Democrático Social
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAELPA	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
SIDAGRO	Sistema de Defesa Agropecuária
SOCEMA	Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento do Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Historicizando o debate ambiental.....	19
Abordagem do objeto de estudo e percurso Teórico/Metodológico.....	24
1 SOCIEDADE CIVIL E “ABERTURA POLÍTICA” NO BRASIL/PARAÍBA	36
1.1 O contexto: Primeira fase de transição para Democracia.....	36
1.2 Organização da Sociedade Civil e os novos Movimentos Sociais.....	42
1.3 Formação do Movimento Ambientalista Brasileiro.....	47
1.4 Construção e reconstrução dos Movimentos sociais na Paraíba.....	52
2 MOVIMENTO AMBIENTALISTA NA PARAÍBA E A FORMAÇÃO DA APAN	55
2.1 Cruzamento de experiências individuais e o surgimento do Núcleo em João Pessoa - PB.....	55
2.2 Grupos sociais, objetivos e estratégias de mobilização da APAN em João Pessoa-PB.....	66
2.3 Rememorando as primeiras experiências.....	85
3 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS DA APAN DURANTE A DÉCADA DE 1980	91
3.1 Historicizando a Urbanização em João Pessoa-PB e a defesa dos Espigões na Orla.....	91
3.2 A Constituição Estadual de 1989: Projetos de Lei a favor dos Espigões.....	100
3.3 Argumentos da APAN contra os Espigões na Orla Marítima e o Projeto de Lei na Constituinte de 1989.....	104
3.4 O debate em torno da atividade Baleeira na Paraíba.....	114
3.5 Problematizando a memória da Entidade.....	119
3.6 Relação entre passado/presente e o caráter educacional da APAN.....	126

CONCLUSÃO.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
ANEXOS.....	145

INTRODUÇÃO

Quando entramos na Universidade para cursar História temos, na maioria das vezes, a ideia de estudar as pirâmides do Egito, as pinturas rupestres, ou os “homens das cavernas”. Não nos disseram em nenhum momento, lá nos tempos de Escola, que ao término do curso teríamos uma pesquisa a realizar e que precisaríamos viabilizar alguma problemática e materiais para reconstruir processos históricos a partir da relação entre passado e presente.

Então, somente no contato com o historiador francês Marc Bloch (2001), *em Apologia da História, ou O Ofício do Historiador*, aprendemos uma lição que nos serviu para olhar a História de outra forma: a percepção histórica está em contato permanente com o hoje, e nossas perguntas precisam estar conectadas à temporalidade presente, ou seja, nosso objeto de pesquisa, não é simplesmente o passado, dado e acabado, como pensamos ao entrar na Graduação, mas sim “os homens no tempo”.

A partir deste aprendizado, a visão sobre as coisas que nos rodeava se modificou e foi assim que ainda no ano de 2013, surgiu a proposta dessa pesquisa: ao andar na orla de João Pessoa, com uma cerveja na mão, sentindo o vento no rosto e escutando o bater das ondas... Perguntamo-nos, o porquê de não vermos prédios altos na orla como víamos (pelo menos na televisão) em outras orlas país afora? Será que se ocasiona porque somos um estado “pobre” do Nordeste? Quais os motivos que levaram a isso? Os questionamentos foram feitos ainda na Academia, não respondidas por completo e por isso ressignificadas no momento vigente.

Vale salientar que os questionamentos mencionados acima só puderam ser feitas a partir do conjunto de leituras que estavam sendo desenvolvidas no projeto PIBIC da Universidade Federal de Campina Grande, sob coordenação do orientador José Otávio Aguiar, no qual participávamos, bem como das visitas ao arquivo da APAN - Associação Paraibana Amigos da Natureza, uma entidade (administrativa) não governamental fundada em 1978 pelo agrônomo e pesquisador Lauro Pires Xavier juntamente com estudantes e professores da UFPB, tornando-se

a primeira Associação a fazer da preservação ambiental um assunto essencial no Estado da Paraíba.

Todavia, as perguntas foram respondidas parcialmente no trabalho final para a conclusão do curso de História, através da problematização do movimento contrário aos “prédios altos”: os Espigões¹. O grupo contrário era composto pela APAN, associação de professores, arquitetos, artistas plásticos e políticos (deputados, vereadores) locais. Já o movimento contrário e suas propostas a favor dos Espigões eram: donos de empreiteiras, os agente imobiliários, alguns sindicatos, deputados e vereadores. Por conseguinte, a problematização do debate em torno dos Edifícios se deu a partir dos jornais de época e de uma bibliografia específica.

Novas perguntas surgiram para a Tese, além da ampliação das fontes e dos métodos, e por isso nos propusemos a discutir as estratégias de mobilização e as lutas socioambientais da Associação a partir das conquistas, que o movimento reivindica para si, da legislação ambiental na constituinte de 1989 no estado da Paraíba. Isto significa analisar que as propostas de cidade veiculadas pela APAN, ligadas a ideias de proteção ao Meio Ambiente e promoção da educação ambiental, culminaram em projetos no referido período.

Em contrapartida, se faz necessário problematizar as narrativas de perspectivas contrárias à APAN, através da justificativa do desenvolvimento econômico do Estado e da cidade de João Pessoa-PB, por interface de: políticos locais, donos de construtoras, agentes imobiliários, e empresários.

Dessa forma, justificamos nosso recorte temporal a partir do ano de fundação da APAN, 1978, até o ano de 1989, ano do debate em torno da Constituinte Estadual. Entendemos que o ano limite da pesquisa se dá, pois novas lutas, novas estratégias e a saída de alguns líderes para esfera política modificaram a estrutura da entidade aqui estudada. Além disso, são as conquistas socioambientais deste período que fazem parte da memória atual da APAN e de seus ex/integrantes.

¹ Espigão é a denominação utilizada nos jornais da década de 1980, referindo-se aos edifícios acima de 30 metros na Orla Marítima de João Pessoa-PB. Consiste em um termo coloquial utilizado até hoje em todo o país.

Historicizando o debate ambiental

Atualmente o que mais presenciamos ao abrir um jornal, assistir um noticiário televisivo ou clicar num portal noticiário da internet, são informações vinculadas à degradação ambiental: um rio poluído, árvores sendo cortadas, espécies em extinção, tráfico de animais, dentre outras. Diante disso, tendemos a considerar que o debate sobre a relação do ser humano com o meio ambiente veio à tona apenas no século XX e XXI. Porém, quando investigamos o conteúdo, vemos que os embates e as contradições provenientes do progresso científico e industrial são frutos do início da modernidade.

Keith Thomas (2010), ao investigar os costumes da sociedade inglesa do Século XV ao XVIII na obra *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, percebeu a contradição que se construiu neste período, isto é: “à medida que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas na Escócia, no gosto pelas flores silvestres” (THOMAS, 2010, p. 16). A partir de textos empíricos e da literatura de época, percebeu-se um sentimento antiurbano dos ingleses num contexto de urbanização.

Desse modo, o autor citado, investiga o processo de mudanças sensíveis da sociedade inglesa em relação aos animais, às plantas e à paisagem. Ou seja, já nesse período, a noção cristã que o homem tem de submeter a terra ao seu domínio começava a ser questionada, significando dizer que não só o ser humano é sagrado:

O constrangimento diante da alimentação carnívora fornece, assim, um exemplo da maneira pela qual, em fins do século XVIII, um número crescente de pessoas chegou a considerar o predomínio do homem sobre a natureza como um dado cada vez mais oposto às suas sensibilidades morais e estéticas. Tal era o dilema humano: como reconciliar as exigências físicas da civilização com os novos sentimentos e valores que essa mesma civilização tinha engendrado (THOMAS, 2010, p. 425).

Já nessa época eclodira o debate acerca da preservar os bens naturais pelo seu valor intrínseco ou em favor da humanidade, assim como a ideia de Gaia,

sintetizada na frase do poeta e pintor inglês, William Blake (1757-1827): “Tudo o que vive é sagrado”.

Entrando no século XIX, temos Engels e Marx com escritos sobre a relação do ser humano com o Meio Ambiente. Apesar das diversas críticas dos ecologistas² contemporâneos, de acordo com o historiador Michel Lowy (2005), em *Ecologia e Socialismo*, os escritos precisam ser contextualizados a partir das ideias de época, percebendo que os temas ecológicos não ocupam lugar central em suas respectivas obras, mas, as críticas ao Capitalismo que são indispensáveis para uma perspectiva ecológica radical.

Nesse sentido, Engels (1968, p 180, apud LOWY, 2004, p. 22), e Marx (1984, apud LOWY, 2005, p. 29), ao criticarem o modo de produção capitalista, dissertam sobre as consequências ambientais desse processo:

Nós não devemos nos vangloriar demais das nossas vitórias humanas sobre a natureza. Para cada uma destas vitórias, a natureza se vinga de nós. É verdade que cada vitória nos dá, em primeira instância, os resultados esperados, mas em segunda e terceira instâncias ela tem efeitos diferentes, inesperados, que muito frequentemente anulam o primeiro. As pessoas que, na Mesopotâmia, Grécia, Ásia menor e alhures destruíram florestas para obter terra cultivável, nunca imaginaram que eliminando junto com as florestas os centros de coleta e as reservas de umidade lançaram as bases para o atual estado desolador desses países (ENGELS, 1968, p.180 apud LOWY, 2004, p. 22).

E:

[...] cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso da arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período e simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes da fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América, se inicia com a grande industrial como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve técnica e combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 1984 apud LOWY, 2004, P. 29).

² Segundo Michel Lowy, tanto Marx como Engels são descritos como partidários do humanismo conquistador, que opõe o homem à natureza, e que faz dele o mestre e o senhor do mundo natural. Todavia, os termos “dominação” e “supremacia” se remetem com frequência às leis da natureza. LOWY, Michel. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 20.

Em ambos os casos tivemos apontamentos sobre a ação predatória do homem para com a natureza: seja em Engels (1968), que cita sociedades antigas para criticar as destruições causadas pelo desflorestamento; seja em Marx (1984) e sua crítica à contradição do progresso que ocasiona a perda de fertilidade do solo e a exploração predatória da terra e ainda ao trabalhador proveniente da indústria e da agricultura capitalista.

Lowy (2005), trás assim, outras diversas passagens das obras de Marx e Engels sobre, apesar das contradições em alguns relatos, há preocupações dos dois, no que se refere à questão ambiental. Concluindo que:

Não resta dúvida de que falta à Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto; Por outro lado, é impossível pensar em uma ecológica crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica à economia política e à acumulação de capital (LOWY, 2005, p. 37).

No Brasil também existiram pensadores, intelectuais, instituições e associações que refletiram a degradação ambiental a partir de várias perspectivas e interesses. Não buscamos, entretanto, a gênese da crítica ambiental brasileira, mas sim problematizar a construção de uma sensibilidade em relação à conservação dos bens naturais. Debate que atrelou discussões políticas e sociais de cada período histórico.

Sendo assim, através do livro *Um sopro em destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*, do historiador José Augusto Pádua (2014), percebemos que sujeitos como José Bonifácio e Joaquim Nabuco abordaram as consequências econômicas da devastação ambiental a partir de uma realidade tanto objetiva quanto subjetiva da sociedade brasileira da época. Tendo na figura de Bonifácio – que estudou em Portugal e se aproximou das ideias de filosofia natural discutidas na Europa - um grande influenciador das gerações posteriores.

É importante ressaltar, que os críticos da devastação ambiental nos séculos XVIII e XIX faziam parte da minoria dos intelectuais brasileiros. No entanto, o autor mostra que houve um conjunto de preocupações e ideias que foram se

acumulando, implicando dizer que não se tratava de um conjunto desagregado de autores que tinham reflexões sobre o meio ambiente. Um relato de José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823, é emblemático, uma vez que toca em diversas questões:

A Natureza fez tudo a nosso favor, nós, porém, pouco ou nada temos feito a favor da Natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados. Nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas. Nossas preciosas matas vão desaparecendo vítima do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoísmo. Nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes que favoreçam a vegetação e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia. Virá então este dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos.³

O exposto de José Bonifácio (1823) mostra-se importante por revelar uma crítica ao desflorestamento e as consequências naturais do processo, como a desertificação. Outras passagens de José Pádua trazem à tona o fato de que a criticidade não estaria vinculada aos valores intrínsecos (no sentido estético, ético ou espiritual) que o ambiente natural pudesse possuir, mas afirmativamente à relevância da construção de uma nacionalidade baseada na proteção do patrimônio natural brasileiro, desvinculado do modelo à época de exploração colonial escravista⁴ das grandes monoculturas de cana-de-açúcar, café e algodão.

Já a historiadora Regina Horta Duarte (2010), no livro *A Biologia Militante*, discute a emergência dos saberes biológicos na sociedade brasileira entre 1926 e

³ José Bonifácio de Andrada e Silva, Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura, 1823.

⁴ Essa desvinculação, na prática, era uma substituição daquele que seria dono de escravo: do senhor passaria ao Estado. De acordo com Miriam (1998): “Os artigos de lei (sobre a escravidão) ali propostos obedecem basicamente ao objetivo de garantir que as relações escravistas fossem mediadas pelo Estado. Para Bonifácio, a intervenção estatal na relação senhor/escravo apresentava-se como mecanismo regulador que retiraria dos grandes proprietários o pleno arbítrio sobre a vida dos seus cativos. Assim, em vários artigos desse projeto, procurou estipular as condições de trabalho dos escravos, impondo restrições à exploração de menores e mulheres, a delimitação da jornada diária e a determinação de que o senhor fornecesse alimentação e vestuário adequados” (DOLHNIKOFF, 1998, pg. 24).

1945 valendo-se do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e das atuações do biólogo Cândido de Mello Leitão, do fitobotânico Alberto José de Sampaio e do Antropólogo Edgard Roquette-Pinto, três sujeitos de destaque à época.

Neste sentido, num contexto permeado por dificuldades no que se refere à saúde pública, a constituição da biologia como conhecimento específico possuía uma função social e política importante a fim de prestar um serviço para a nação através de práticas e ações pedagógicas lideradas pelos três atores históricos acima mencionados. Com isso, o Museu esteve atento às questões da natureza, por meio da criação de Parques Nacionais, e de conscientização por parte do sistema de comunicação como rádio e cinema.

Dessa forma, historicizar o debate ambiental, se faz imprescindível para perceber que a discussão não advém do século XXI, devido à sua longa trajetória no Brasil e também no mundo, sendo então, dever do historiador, localizar o que permanecera e o que mudara, no intuito de melhor entender o objeto de estudo levantado.

Frisamos, por fim, que os trabalhos de José Pádua e Regina Horta, fazem parte de uma nova tradição historiográfica proveniente da década de 1970 do século passado, na qual os estudos históricos passaram, de forma sistemática e com métodos próprios a problematizar as relações do ser humano com a natureza. Nestes trabalhos, puderam-se vislumbrar sujeitos, que ao longo da história do Brasil fizeram além de críticas ambientais⁵, a própria historicidade da degradação no país.

Diante do exposto, como a proposta de pesquisa se encaixa nesse “inovado modelo” apresentado, nos propusemos a tratá-la no tópico seguinte.

⁵ A diferença entre as críticas pontuais mostradas por Regina Horta e Augusto de Pádua, e os movimentos ambientalistas que surgem na década de 1970 no Brasil, serão tratados no primeiro capítulo da dissertação.

Abordagem do objeto de estudo e percurso Teórico/Metodológico

Em termos teóricos, a presente pesquisa está trilhada pelos estudos da História Ambiental e da História Social. Isto significa pensar a história de maneira menos exclusiva, ou seja: rejeitando a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que as ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (WORSTER, 1988).

Para tal, pensamos nossa pesquisa a partir das lições propostas no livro do historiador Marcos Lobato Martins: *História e Meio Ambiente*, datado 2007, e na historiadora Regina Horta Duarte em *História e Natureza*, de 2005, tendo em vista que em ambos os casos se afirma que a história ambiental não é uma disciplina, mas um campo multi e interdisciplinar, e por isso, o historiador ambiental precisa problematizar a relação da sociedade com a natureza dialogando, por exemplo, com a história social e econômica.

Em nosso caso, o diálogo com a história social inglesa se faz presente, pois, se um dos fundamentos da história ambiental é problematizar as transformações do ambiente, a vertente da história social inglesa busca analisar as motivações e as estratégias de ação dos atores coletivos. Assim, ao tratarmos da APAN, problematizamos como a entidade percebeu as mudanças ocorridas no meio ambiente a partir das ações humanas, ao mesmo tempo em que analisamos as estratégias de seus participantes, suas motivações e críticas diante da degradação ambiental.

Dessa forma, a perspectiva do historiador Thompson (1981) ao utilizar a expressão “experiência humana”, se encaixa na pesquisa, por colocar homens e mulheres como sujeitos da história, sem serem/estarem aprisionados em estruturas fixas e generalizantes⁶. Não obstante dizer que a estrutura econômica, nessa perspectiva, não seja levada em consideração. O que há, nesse caso, é uma interação entre estrutura e superestrutura.

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 226.

Assim, as “experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus” (THOMPSON, 2011, p.10). Ressaltando que as vivências são construídas historicamente a partir das relações humanas e de contextos sociais, políticos e culturais reais, ou seja, que elas encontram-se imersas em um dado processo histórico.

Portanto, no primeiro capítulo problematizamos, a partir do aparato bibliográfico, o contexto político e social do Brasil/Paraíba na chamada “redemocratização”. Partindo do conceito Gramsciano de Sociedade Civil localizamos a ascensão dos movimentos sociais/ambientais durante a década de 1970/1980.

Já no segundo capítulo, explanamos as experiências dos sujeitos que integravam a APAN. Para isso, contamos um pouco a trajetória de vida de alguns líderes à época que possibilitou o surgimento do núcleo em João Pessoa. A partir da história dos indivíduos, partimos para a análise dos grupos sociais que participavam da entidade, além dos objetivos e estratégias de mobilização que utilizaram naquele período.

É importante ressaltar que as vivências dos sujeitos ligados à APAN estavam vinculadas aos valores socioambientais e a construção de uma consciência ecológica que se fazia através da divergência com outros grupos. Esses valores ambientais foram construídos a partir da existência material da natureza e da relação direta dos indivíduos com o meio natural, ocasionando um processo de mudança social no sentido da preservação. Pois é no acontecer da vida social, na vida vivida que a história procura perfeitamente reconstruir, todos esses elementos que se encontram profundamente unidos e mesclados na experiência coletiva (PÁDUA, 2010).

Portanto, a APAN é uma experiência que se realiza desde o momento em que homens e mulheres se veem como um grupo distinto e entram em conflito com outros grupos (Estado e/ou empresas privadas), dentro de um contexto histórico específico, neste caso, de redemocratização no país. As ações políticas do

movimento socioambiental paraibano em forma de manifestações e eventos culturais traduzem como estas experiências afetam o plano da sociedade, com o intuito de modificá-la em prol de um povo e Estado mais consciente em relação à preservação do Meio Ambiente⁷.

Essas categorias só podem ser trabalhadas a partir da investigação empírica, em nosso caso, a partir da investigação bibliográfica, documental e de entrevistas orais com membros e/ou ex-membros participantes da APAN.

Tais concepções da História Social dialogam fortemente com a História Ambiental, vertente essa que, como corroboram Worster (1998), Duarte (2005) e Pádua (2010) teve seu surgimento a partir de um movimento de mão dupla que se iniciou “com as vozes das ruas”, questionando o modo de vida burguês, a modernidade tecnológica e a degradação ambiental provenientes da Terceira Revolução Industrial. Influenciando mudanças Epistemológicas no fazer historiográfico, a saber: “a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural; a visão da natureza como uma história, como processo de construção/reconstrução ao longo do tempo” (PÁDUA, 2010).

O panorama fez então surgir novos temas para a História, tendo o historiador ambiental a preocupação de refletir a interação dos ecossistemas como as sociedades, as relações sociais e culturais do homem com a natureza e a própria história das políticas ambientais e dos movimentos ambientalistas; frisando que estes dois últimos aspectos sendo nossa principal preocupação nesta pesquisa.

Demarcado o campo teórico, se faz pertinente apontar os materiais e os métodos do presente estudo. Ou seja, quais os caminhos utilizados para se chegar aos objetivos propostos assim como o percurso em trajetória.

Nosso trajeto fundamentou-se em três partes, que ocorreram simultaneamente: Primeiro, a análise dos jornais *A União*, *O Correio da Paraíba*, e *O Norte*, que serviu ao entendimento das propostas da APAN e de suas estratégias de mobilização. Propostas essas que tiveram seguimento no viés da proteção

⁷ Sobre a utilização das categorias experiência e cultura na perspectiva thompsoniana em pesquisas históricas, ver: LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”: Uma história social da Escravidão em Campina Grande – século XIX*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. P. 21-64.

ambiental e da melhoria da qualidade de vida da população, como o de impedir, a partir de estudos da época, os Espigões na Orla Marítima de João Pessoa e a atividade baleeira na Paraíba.

Problematizamos também as ideias dos agentes imobiliários, dos donos de empreiteiras, dos empresários e dos políticos locais, argumentos estes fundamentados na ideia de progresso econômico que as referidas atividades incutiam.

As fontes jornalísticas proporcionaram para nossa pesquisa, analisar as estratégias que a APAN usou para divulgar as ideias socioambientais através de passeatas, atos públicos, shows artísticos, parcerias com outros movimentos sociais e da divulgação das propostas através dos meios midiáticos da época.

Desse modo, fizemos uma leitura hermenêutica das fontes, baseada na interpretação dos documentos, não considerando as fontes jornalísticas como verdade absoluta, e para tal, foi feito um cruzamento com as entrevistas orais dos integrantes da APAN. Assim, a perspectiva de Luca (2006) foi de grande valia, pois cabe o historiador pesquisar sua “área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” (LUCA, 2006, p. 118).

Nossa pesquisa se valeu da documentação presente nos arquivos da Associação Paraibana Amigos da Natureza – APAN. Socorro Fernandes (presidente da APAN nos anos 2000) e Paula Frassinete nos concederam algumas fotocópias dos jornais *A União*, *O Norte* e *O Correio da Paraíba* do período de 1978 até 2009, sendo analisados apenas os jornais do período proposto.

Outra parte do acervo documental contemplado foi digitalizada (não em sua plenitude) no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, na cidade de João Pessoa, contendo *O Norte* e *O Correio da Paraíba*.

No segundo passo, seguimos a lição do professor Rubem Alves: todo início de pesquisa pode ser comparado com a construção de uma casa, em ambos os casos é preciso escolher bem os materiais para que o resultado seja satisfatório,

assim, é “preciso conhecer os arredores, rios, montanhas, matas” (ALVES, 2013, p.118).

Em nosso caso, os “arredores” tratam-se do contexto social, cultural e político do estado da Paraíba a partir dos diálogos em esfera nacional/mundial nos quais os modelos de cidade estavam inseridos. Assim, a leitura das fontes jornalísticas foi feita simultaneamente com a da bibliografia sobre o período em questão. Isto significa trazer o contexto que permitiu o desenvolvimento do debate, como também o balanço historiográfico sobre o tema pesquisado.

Para Duarte (2005), a década 1970 foi marcada pela ascensão de temas ligados ao Meio Ambiente. Em todo o mundo sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os debates e movimentos ambientalistas em diversos países, a Conferência Internacional da ONU sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, em 1972, é um marco destas discussões. As organizações não governamentais surgem em um momento de reavaliação e reforma mundial, tendo com pioneiros na criação das ONGS, os Estados Unidos e alguns países da Europa como França e Inglaterra.

No Brasil presenciamos o surgimento de algumas entidades ambientais como a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN) fundada em 1958 no Rio de Janeiro; a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) fundada em 1971, em Porto Alegre; O Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape) e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), fundadas em São Paulo nos anos de 1973 e 1976, respectivamente.⁸

No Nordeste, temos a criação, em 1976 da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente – SOCEMA; da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN), em 1978, e da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASAPAN), em 1979.

⁸Sobre as diversas entidades ambientais fundadas neste período, ver: ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro*. In: NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nov. 2007. P. 151-167.

Essas entidades ambientais não aparecem como um fenômeno isolado, mas sim, como parte integrante de um processo de mudanças políticas, econômicas e sociais.

No caso da APAN, suas campanhas locais se direcionaram para vários pontos do estado da Paraíba. Entendemos como exequível para o estudo, analisar a atuação da entidade na cidade de João Pessoa durante a década de 1980, discutindo, assim, as lutas que a APAN travou no período. Compreendendo que suas ideias estavam vinculadas à proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população pessoense.

Desse modo, para a problematização de uma entidade ambiental como a APAN, aferimos que a categoria “socioambiental” proposta por Alonso, Costa e Maciel (2007), nos ajuda na pesquisa desenvolvida, pois, de acordo com os autores, o Movimento Ambientalista brasileiro a partir do processo de redemocratização desenvolve duas frentes distintas: uma conservacionista e outra socioambiental⁹.

A primeira, “segrega a questão ambiental de qualquer dimensão social e a apresenta como apolítica” (ALONSO, COSTA e MACIEL, 2007, p. 157), já no caso do socioambientalismo a problemática ambiental imbrica-se à questões sociais, políticas e econômicas. Isto significa que “o discurso ambiental incorporou a crítica ao processo de industrialização em curso no país nos anos 1970 e demandou alterações no estilo de vida urbano-industrial” (ALONSO, COSTA e MACIEL, 2007, p. 157).

No caso da luta contra os Espigões, que foi abordada no terceiro capítulo, na defesa do meio ambiente está atrelada a qualidade de vida da população de João Pessoa. Já que um dos argumentos na luta contra os Espigões consistiu no impedimento de ventilação que os edifícios ocasionariam para outros locais da cidade¹⁰. Como diz um dos folhetos da própria entidade: “O que diriam os moradores

⁹ Em nossa pesquisa tivemos acesso às diversas correntes do pensamento ambiental/ecológico, todavia, entendemos que para as características da APAN, a categoria socioambiental respondeu de forma satisfatória. Para saber outras correntes, ver: WALDMAN, Mauricio. Ecologia e lutas sociais no Brasil. 4.ed. – São Paulo: contexto 1998. Caminhos da Geografia. P. 27-45.

¹⁰ Movimento quer impedir revogação de decreto. *O Norte*. 30 de Novembro de 1985.

do centro, Jaguaribe e Cruz das Armas ao saber que a ventilação do seu bairro estaria comprometida por causa de um paredão de concreto na orla?”

Nesse sentido, o terceiro e último capítulo da dissertação, trata das lutas socioambientais (Espigões, atividade Baleeira, Proálcool) que a APAN encadeou no período, e que serviu para a construção de uma memória individual e coletiva baseada nas lutas e na ideia de pioneirismo em difusão das ideias ambientalistas no Estado.

Dessa forma, entendemos a APAN na perspectiva de Jacobi (1987), ou seja, como parte integrante dos novos movimentos sociais em ascensão, a saber: o Movimento dos negros, dos homossexuais e das feministas, no contexto brasileiro das décadas de 1970 e 1980.

Nessa perspectiva, é preciso ressaltar o que entendemos por “Meio Ambiente”. Uma ideia romântica tende a considerá-lo como dissociado da vida humana, no entanto, o entendemos como integrador dos aspectos físicos, químicos e biológicos da natureza com os seres vivos. De acordo com Farias (2006), essa ideia já ficou evidente na Política Nacional do Meio Ambiente disposta na Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, entendendo-se por Meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Nessa perspectiva, entendemos o Meio Ambiente como algo “cultural” já que: “é o patrimônio histórico, artístico, paisagístico, ecológico, científico e turístico e constitui-se tanto de bens de natureza material, a exemplo dos lugares, objetos e documentos de importância para a cultura, quanto imaterial”¹¹.

Tais ideias sobre o meio ambiente no Brasil e na Paraíba surgiram a partir de mudanças culturais, políticas e sociais que a sociedade brasileira estava ultrapassando nos anos finais de 1970 e no decorrer da década de 1980.

Sendo assim, entendemos a APAN dentro da lógica dos movimentos sociais urbanos, tendo em vista que teve um papel questionador em relação à

¹¹ FARIAS, Talden Queiroz. O Conceito jurídico de meio ambiente. In: Âmbito jurídico, Rio Grande, IX, n. 35, dez 2006. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br>>. Acessado em Janeiro de 2016.

organização do espaço e da vida urbana. Ressaltando, todavia, que a demanda do movimento “não se volta para a mudança radical do sistema social, mas se explicitam, basicamente, na defesa dos direitos mínimos da cidadania” (JACOBI, 1987, p. 24). Assim, tal movimentação implicou um vínculo direto com o Estado, pois, as relações que foram caracterizadas por conflitos e negociações fugindo da perspectiva polarizada e dicotômica entre Estado x Movimentos sociais, “apesar do funcionamento autoritário do Estado brasileiro, a implementação das políticas sociais obriga a algum tipo de inter-relação com a população” (JACOBI, 1987, p. 25).

Isto significa dizer que a década de 1980 foi um marco em que o Estado passou a absorver mais as demandas sociais, apesar de certos limites, dentro de um contexto de abertura política e de consequências sociais e econômicas provenientes do Regime Militar. As disputas, apesar do contexto nacional, tinham suas peculiaridades e aspectos regionais, por isso, após a promulgação da Constituição de 1988 tivemos as constituintes estaduais que serviram para as demandas locais.

Essas lutas foram debatidas na cidade de João Pessoa, daí, entendemos que é preciso delimitar o que aferimos por “Cidade”, e, para caracterizá-la fizemos uso da conceitualização abordada por Raquel Rolnik (1988). No livro *O que é cidade*, a autora aponta a cidade como o conjunto de experiências humanas, que se registram como uma escrita a partir da materialização de sua própria história. Com isso, falar dela é falar não apenas de suas edificações, de suas ruas, praças ou edifícios; é também dar voz aos sujeitos que estão dentro dela. Sujeitos que formam uma gama coletiva, tendo como consequência a necessidade de uma “gestão para essa coletividade”:

Mesmo quando não se trata de massa, quando falamos em cidades menores estão presentes a concentração, a aglomeração de indivíduos, e conseqüentemente a necessidade de gestão da vida coletiva. Esta questão se coloca até para a vida urbana mais simples e rudimentar: mesmo numa cidade perdida nos confins da história ou da geografia há pelo menos uma calçada ou praça que é de todos e não é de ninguém, há o lixo que não pode se acumular nas ruas nem pode ser simplesmente enterrado no jardim, há a igreja ou o templo a construir e manter, enfim há sempre na cidade uma dimensão pública da vida coletiva, a ser organizada. Da necessidade de organização da vida pública na cidade, emerge o poder urbano,

autoridade politico-administrativa encarregada de sua gestão (ROLNIK, 1988, p. 20).

A gestão coletiva no mundo moderno se dá através da presença do Estado, que com o desenvolvimento do capitalismo favoreceu a classe burguesa e promoveu uma segregação espacial, econômica e política na própria cidade. Por isso mesmo, vai ser o espaço das contradições, das discussões políticas e da busca por expressão e conquista à cidadania, através de passeatas, de manifestações e dos comícios. Nesta perspectiva, a cidade contemporânea é caracterizada por conflitos e negociações dentro da lógica contraditória imposta pelo capitalismo, gerando embates locais devido à segregação do espaço.

Além disso, caracteriza-se também pela heterogeneidade cultural, étnica, política e principalmente de classe; ocasionando disputas sociais, como aponta Lúcio Kowarick (1988), em *As lutas sociais e a cidade*. De acordo com o autor a “história das cidades é a história de um espaço social de lutas” (p.24), isto é: o lugar onde não apenas os partidos políticos e os sindicatos travam suas lutas políticas, mas, aonde os movimentos sociais são gestados a partir das relações sociais do cotidiano, que envolvem outros segmentos da sociedade e o próprio Estado.

Seguindo esta vertente, todo estudo dos movimentos sociais (consideramos a APAN um movimento social de caráter ambientalista) envolve a problematização das relações do grupo com outros setores sociais e com o próprio Estado. Significa dizer que para ser desenvolvida e elegante aos olhos de turistas, ou para ser uma cidade que tem na qualidade ambiental seu aspecto marcante, as concepções ideológicas e práticas se contradizem, e as negociações com o poder público fazem parte do processo. Os projetos da Constituinte paraibana de 1989 demonstram bem isso: desenvolver ou não os Espigões na orla?

Realizado o contexto, seguimos através do terceiro passo partindo da realização da técnica em História Oral¹². Seguindo na perspectiva de Meihy e Ribeiro (2011) a entendemos como: “um conjunto de procedimentos que se iniciam

¹² A História Oral como técnica, implica o diálogo com outros documentos, como: jornais, materiais iconográficos, series documentais, referências bibliográficas. Assim, devem-se considerar outro repertório já existente, mantendo um diálogo efetivo com as próprias entrevistas. Mais informações,

com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p.12). Nesse sentido nossas entrevistas orais foram organizadas como um meio para a realização efetiva da pesquisa, isto significa dizer que o tipo de entrevista utilizada foi a Oral Híbrida¹³. Neste caso, nossa alternativa possui uma dimensão analítica e não se esgota na própria História Oral, mas sim, somam-se e cruza-se com os textos jornalísticos já citados.

Ressaltamos que a utilização da História Oral se fez por dois importantes motivos: primeiro, pelo compromisso de dar uma contribuição à história do Movimento Ambientalista na Paraíba, uma vez que, nos ajudou a dar visibilidade ao debate que ocorreu durante a década de 1980, e sendo necessária não apenas para desnaturalizar os fatos sociais, mas como parte integrante na construção dos processos históricos. E em segundo lugar, pela lacuna documental encontrada para a realização da pesquisa. Isto não sugere que a importância dela se fez pelo fato de produzir novos documentos ou por ser fonte geradora de informação, pelo contrário, sua importância se deu como complemento, não de menor relevância, para as fontes jornalísticas e dos referencias bibliográficos. Assim, através das entrevistas buscamos problematizar principalmente as estratégias de mobilização da APAN.

Nesse contexto, enveredamos pelo gênero operacional da História Oral Temática, pois é “a mais prezada por se aproximar das possibilidades de manejo de dados, informações, cruzamentos documentais e inscrição em exames historiográficos” (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 51). Nos aspectos já esmiuçados, o uso da documentação oral se equiparou as fontes escritas, não tendo nenhum tipo de hierarquia documental.

A partir dessa concepção de história oral temática, as entrevistas foram realizadas com o assunto previamente estabelecido, ou seja, as disputas de modelo

ver: MEIHY, José e RIBEIRO, Suzana. Guia prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

¹³ De acordo com Meihy e Ribeiro (2011), existem três tipos de entrevistas utilizadas na História Oral: 1) História Oral Instrumental que cumpre funções de registro, ou seja, de arquivamento para a disponibilidade pública; 2) História Oral Plena, onde o projeto norteador contempla apenas a análise de entrevistas sem o cruzamento com outros documentos; 3) História Oral Híbrida, o tipo que a nosso ver contempla de maneira mais significativa nossa pesquisa e já caracterizada acima.

de cidade na década de 1980, e os questionários, dedutivos, já que as questões levantadas foram contextualizadas e seguiram uma ordem de interesse através de tópicos analisados pelo narrador. Pretendeu-se buscar “a versão de quem presenciou um acontecimento” onde foram apresentadas “opiniões contrárias, com a finalidade de elucidar outras versões, não se contrapondo ao colaborador¹⁴ (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 89).

Dito isto, justificamos nosso trabalho a partir da perspectiva de uma colaboração à escrita dos movimentos ambientalistas na Paraíba/Brasil, pois no que compete à movimentação na esfera paraibana, pouco foi produzido. Desta produção, as obras encontradas trazem uma causa específica da APAN, no caso, a luta pela proibição da caça à baleia na Paraíba. Duarte Filho e Aguiar (2012) problematizam e descrevem como foi a atuação da Associação para o fim da atividade baleeira na Paraíba a partir dos discursos jornalísticos, polarizando-os com os grupos políticos e empresariais que defendiam a manutenção da caça dentro do contexto conjuntural de construção da ideia de “desenvolvimento sustentável”.

Castro (2013), concordando, complexifica as políticas ambientais durante a década de 2000, trazendo um contexto histórico da APAN em defesa às baleias. Enquanto Sousa (2014) trás uma abordagem muito ampla sobre a atuação da APAN, sem uma demarcação histórica, cultural e social do movimento, não especificando seu entrave com outros segmentos da sociedade pessoense.

Dessa forma, entendemos que não há uma produção consistente e extensa sobre as experiências dos sujeitos que fizeram parte desse processo histórico, indo além de uma causa específica do movimento. Não há uma problematização efetiva do modelo de cidade proposta pela APAN, suas formas de organização e de resistência, além de uma discussão das lutas socioambientais da entidade.

Por isso, o estudo torna-se relevante devido a pouca bibliografia que aborda esta temática – como citamos anteriormente – o que reforça mais uma vez o

¹⁴ Não entendemos o entrevistado como um mero informante ou “objeto de pesquisa”, mas como sujeito ativo, isto é: como alguém que colabora com nossa pesquisa.

que havíamos mencionado acerca da lacuna interpretativa que existe sobre este aspecto na história do movimento ambientalista brasileiro.

Acreditamos que nossa pesquisa contribuirá para uma ampliação do conhecimento histórico, expansão que não será redundante, pois o tema escolhido foi restritamente explorado pela historiografia paraibana/brasileira, tendo no cruzamento das fontes jornalísticas com as entrevistas orais, um importante passo para alcançar os objetivos propostos.

1 SOCIEDADE CIVIL E “ABERTURA POLÍTICA” NO BRASIL/PARAÍBA

1.1 O contexto: Primeira fase de transição para Democracia

*A dita anda dura mesmo com a abertura.*¹⁵

(Gonzaguinha)

O Movimento Ambientalista Paraibano teve na APAN a primeira entidade a refletir sobre a degradação do meio ambiente no estado. João Pessoa foi uma cidade onde as ações e reflexões sobre as transformações do espaço urbano se intensificaram nos anos finais da década de 70 e ao longo da década de 80 do século passado. Para compreender a inserção dos membros na participação social e política através da entidade, é importante traçar um perfil político e econômico do Brasil e da Paraíba daquele momento.

Desse modo, a Epígrafe desse primeiro capítulo é um verso presente na música *A cidade contra o crime* (1981), e reflete as contradições da abertura política, demonstrando que este processo não se deu de forma harmoniosa e sem conflitos, uma vez que a repressão ainda foi utilizada como política de Estado.

Quando nos detemos à bibliografia específica acerca da temática, percebemos que este processo de retomada para a democracia foi feita com muitos avanços e retrocessos¹⁶. Nesse sentido, o aporte bibliográfico que utilizamos, demonstra que os anos finais da década de 70 podem ser caracterizados pelas manifestações de diversos segmentos da sociedade brasileira em busca de direitos sociais, econômicos e ambientais, entretanto, tal período também foi marcado pela repressão, pela tortura, pela censura e por atos extremamente autoritários. Ou seja, se aproximam da perspectiva descrita na música de Gonzaguinha.

¹⁵ Música do álbum *De volta ao começo*, 1980. Consultada em: <https://www.youtube.com>. Acesso em 24 de Novembro de 2016.

¹⁶ Nesta primeira fase de transição, em nível nacional, utilizamos como aporte bibliográfico, mais enfaticamente, os seguintes livros: *1964: história do Regime Militar brasileiro*, do historiador social Marcos Napolitano (2014); *Brasil: De Castelo a Tancredo*, do Brazilianista Thomas Skidmore (1988); além do texto: *Uma transição à Long Terme: A institucionalização da autocracia burguesa no Brasil*, de Anderson Deo (2014).

Fazendo o contraponto dessa visão dos acontecimentos históricos, problematizamos passagens do livro *A Ditadura acabada*, do Elio Gaspari (2016). Com uma ótica muito mais linear e dos grandes homens, ele atribuiu, em certa medida, que o processo de transição política deveu-se a três personagens: Golbery do Couto, Ernesto Geisel e Oliveira Figueiredo. Apontando Geisel como responsável direto por diminuir a censura, as mortes, a repressão, se configurando assim como o tutor que revogou o AI-5 Sobre Figueiredo, ainda na introdução chega a afirmar: “Devem-se a ele a condução da Anistia de 1979, a lisura das eleições diretas para os governos estaduais de 1982 e o desfecho de um processo atabalhado que encerrou o consulado militar” (GASPARI, 2016, p. 17).

Contrariamente, Skidmore (1988, p. 360) nos faz lembrar que nos anos de 1975 e 1976, além das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho no quartel do Segundo Exército em São Paulo, durante governo Geisel houve uma violência direta contra o Clero¹⁷, como exemplo a invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com a destruição de diversos equipamentos mais a prisão de cerca de 700 estudantes, além da morte do padre Rodolfo Lunkenbein, missionário alemão junto aos índios na Amazônia, assassinado por fazendeiros.

Além da repressão a alguns movimentos, o governo Geisel em 1977 lança o chamado “Pacote de Abril” com o objetivo de frear as vitórias do MDB no pleito anterior, tendo como principais ações: a) dissolução do congresso nacional por negar a proposta de reforma do poder judiciário; b) a escolha de um terço dos senadores por parte do governo executivo, os chamados “senadores biônicos”. Isto é, como afirma Deo (2014, p. 316), “Lançando-se dos pressupostos básicos de um governo classicamente autocrático, Geisel criou os mecanismos institucionais para garantir a continuidade da abertura lenta, gradual e segura”. Por isso a extrema necessidade de relativizar a ideia de Democracia neste período, pois como narramos, o poder executivo utilizou diversos mecanismos autocráticos evidenciadas

¹⁷ Durante a década de 1960 a igreja passa por mudanças internas, o que significou no Brasil, o crescimento rápido das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). “Muitas dessas CEBs tornaram-se uma força na igreja popular, movimento que dá ênfase às bases da Igreja mediante a integração de elementos praticantes de um catolicismo folclórico e a propagação da quase revolucionária Teologia da Libertação, representada no Brasil por teólogos como Leonardo Boff” (Skidmore, 1988, p.359).

de forma sucinta nesta frase de Napolitano (2014, p.234): “durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada, abrandando-se somente em 1976 [...] o Congresso foi fechado durante 15 dias”.

Apenas no último ano de Geisel é que as medidas liberalizantes foram tomadas, principalmente a partir da Abolição do AI-5 que extinguiu o poder do presidente em declarar o congresso em recesso, cassar parlamentares, restituiu o habeas corpus que foi restabelecido para as pessoas detidas por motivos políticos, e suspendeu a censura prévia para o rádio e a televisão, além da suspensão da pena de morte e da prisão perpétua. Entretanto, apesar dessa “liberalização,” alguns poderes arbitrários permaneceram, segundo Skidmore (1988, p.396):

A independência do Judiciário foi restaurada pela garantia do exercício do cargo e pela despolitização das decisões sobre os salários dos juízes e as atribuições dos tribunais. Ao mesmo tempo, contudo, os artigos 155-158 da emenda davam novos e vastos poderes ao Executivo para decretar “medidas de emergência, “estado de sítio” ou “estado de emergência”, medidas que podiam ser renovadas por pelo menos 120 dias sem aprovação legislativa. Com esses novos poderes o governo podia fazer o que quisesse, desde a suspensão das garantias legais, nomeação de governadores, à censura. A ordem dos Advogados e a oposição atacaram esses novos dispositivos como uma ressurreição levemente disfarçada do AI-5.

Estas problematizações sobre o “Pacote de Abril”, no que concerne à revogação do AI-5 e a permanência do poder executivo em decretar estado de sítio ou de emergência, não são tratados no livro supracitado do Elio Gaspari. Problematizar esse período de abertura é um dever político do historiador, pois, como sabemos, o nosso papel não é simplesmente narrar ou mostrar os fatos, mas questioná-los e analisá-los, para assim fugir do senso comum. Algo que muitas vezes o Gaspari (2016) não faz em *A Ditadura acabada*, muito menos o Marco Antonio Villa (2014) em *Ditadura à brasileira*¹⁸.

¹⁸ Este autor, simplesmente, nega os 21 anos da Ditadura. Para ele, o regime ditatorial durou apenas dez anos (de 1968 a 1978): “Os anos 1964-1968 não podem ser considerados como ditadura, no sentido da etimologia política desse conceito. O Congresso Nacional mantivesse aberto, assim como as Assembleias Legislativas e as Câmaras dos Vereadores. É verdade que o Legislativo foi diversas vezes ceifado pelas cassações, mas, mesmo assim, era um espaço de discussão política e de crítica

Diante disso, é importante lembrar que este processo de mudanças políticas esteve dentro do contexto de uma grave crise econômica iniciada no início da década de 1970 e acentuada ao longo da década de 1980, chamada por muitos como a “Década Perdida”. Os santos que se juntaram para operar o “Milagre Brasileiro” agora rezavam aos deuses para tirar o Brasil da crise.

Skidmore (1988, p.350), aponta como um dos fatores para o mal momento econômico, o aumento do preço do petróleo mundial, circunstância na qual o Brasil que “importava 80 por cento do produto, de repente se viu às voltas com uma insuportável drenagem de suas divisas apenas para ocorrer a um item de suas compras no exterior”. Para fugir da crise o Brasil teria que investir em novas fontes de energia, reduzir as importações não petrolíferas, usar as reservas de moedas estrangeiras e/ou fazer empréstimos externos. E o Brasil fez, principalmente estas duas últimas coisas: significando um aumento da dívida externa somente em 1974, de 6,2 bilhões para 11 bilhões de dólares, representando o fim do Milagre.

A partir daí, a política econômica do governo Geisel pode ser caracterizada, como aponta Skidmore (1988, p. 402), pelo prosseguimento do crescimento do PIB (média anual de 7 por cento), baseado no aumento da inflação (média de 38 por cento) pela balança comercial desfavorável com o quantidade de importações, superando o número de exportações e principalmente pelo aumento da dívida externa, que em 1978 era de US\$ 43,5 bilhões, mais que o dobro do nível de três anos atrás.

Por causa da crise do petróleo a política de desenvolvimento na gestão do então presidente se baseou na busca de fontes alternativas de energia que demandaram um investimento público em grande escala. Temos como exemplo o início da construção do complexo de Itaipu, do Programa Nuclear¹⁹ e do PROÁLCOOL²⁰.

ao regime” (VILLA, 2014, p .252). Implica dizer que, para ele, o regime só começou com a promulgação do AI-5, pois antes disso o Brasil teve um amplo desenvolvimento da música popular, do Cinema Novo e da imprensa, que em todos os casos, criticava as “mazelas do regime”. Algo que, evidentemente, discordamos.

¹⁹ Segundo Skidmore (1988, p.375-383) após a polêmica com os Estados Unidos sobre a política de desenvolvimento da Energia Nuclear, o Brasil fechou acordo com a Alemanha Ocidental em junho de

Em Março de 1977, o Livro Branco que explicava o sistema nuclear, dizia que o programa do Brasil: “conta com o apoio unânime da vontade nacional e se baseia no nosso esforço próprio, conjugado com a cooperação externa, e na aceitação de salvaguardas, que garantem sua estrita aplicação pacífica.”²¹

Esta declaração do presidente Geisel nos inquieta, pois até que ponto existia uma vontade nacional para o desenvolvimento da energia nuclear? Será que esta política não sofreu resistência por parte de setores da sociedade brasileira?

No entanto, o percurso da política de abertura não foi tranquilo. Como aponta Maria Helena Alves, alguns setores militares da linha dura foram contrários à liberalização: “Em 1976, dez atentados a bomba chocaram o país. Uma organização clandestina de direita, a Aliança Anticomunista do Brasil (AAB), assumiu a responsabilidade por todos eles” (ALVES, 1984, p. 278). Muitos segmentos de extrema direita lutaram, abertamente, contra este processo de abertura política.

Nessa perspectiva contraditória, o governo de João Baptista de O. Figueiredo²² deu continuidade na política da abertura a partir da Lei de Anistia e da Lei de Multipartidarismo. Afirma a contradição a partir dos objetivos e das consequências que estas duas medidas tiveram durante o processo de redemocratização.

Como afirmam Nunes (2003) e Deo (2014), a Lei de Anistia foi aprovada em 1979 e permitiu o retorno ao Brasil de todos os perseguidos na época, anistiados, presos ou exilados por crimes políticos desde 1961. Porém, àquela “ampla, geral e irrestrita” foi utilizada pelos torturadores de presos políticos, atribuindo “legalidade” aos homicídios e atrocidades cometidos nos porões e salas ditatoriais. Entretanto, para Villa (2014), a Lei representou o fim da Ditadura no país:

1975 que previa a compra de dois a oito reatores nucleares. Por fim, após pressão dos EUA os dois países concordaram que a utilização da tecnologia nuclear seria para fins “pacíficos”.

²⁰ Discutiremos os impactos do Proálcool na Paraíba, no segundo capítulo da pesquisa.

²¹ Ernesto Geisel, *Discursos*, Vol 4, 1977. Brasília, Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1978, p.39.

²² Sobre a escolha de Figueiredo, Elio Gaspari diz: “Até a demissão de Frola, em outubro de 1977, a candidatura de Figueiredo foi vista como o prolongamento do projeto de seus patronos (Geisel e Golbery). Para quem via na abertura de Geisel uma alternativa ao regime do AI-5, frota era uma ostensiva promessa de retrocesso. Coadjuvante da abertura, Figueiredo somava a essa característica o comando da máquina do Serviço Nacional de informações. Era a um só tempo herdeiro da política de distensão e o síndico do aparelho policial da ditadura” (GASPARI, 2016, p. 24).

Como chamar de ditadura um regime que enviou à aprovação e patrocinou a Lei de Anistia, em 1979? Regressaram ao Brasil milhares de perseguidos políticos, que tiveram, desde então, liberdade para expor suas ideias – mesmo com a limitação de organização partidária. Luís Carlos Prestes, por exemplo, célebre liderança comunista, voltou ao país em 1979, viveu em liberdade, discursou em inúmeros eventos, deu entrevistas e expôs seu pensamento sem restrições (VILLA, 2014, p. 254).

Para esse autor, limitar as pessoas à liberdade de se organizar politicamente, além da permanência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na ilegalidade, não são evidências que garantem a permanência de uma ditadura no país. Algo, evidentemente, que discordamos. Pois, minimamente, em um Estado Democrático de Direito, deve haver o direito à liberdade de opinião, de reunião, de associação (BOBBIO, 2015, p. 38). Fatores que não estavam funcionando plenamente no país daqueles tempos.

Outro fato importante ocorrido foi a volta do pluripartidarismo no país que extinguiu os dois partidos oficiais existentes até então. Sendo assim, a ARENA foi substituída pelo Partido Democrático Social (PDS), o MDB tornou-se PMDB (partido do Movimento Democrático Brasileiro), além da criação de importantes partidos como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PP (Partido Popular) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Se problematizarmos este fato, veremos que a volta dos partidos significou a fragmentação da oposição no país. O sistema bipartidário fortalecia a oposição e por isso, como menciona Deo (2014, p.317) “a estratégia da fragmentação colocada em curso pelo Poder Executivo tinha um único e exclusivo objetivo: barrar o avanço da oposição nas eleições diretas para governador em 1982”. Em nome da democracia e da legalidade, a transição mantinha seu caráter autocrático regido pelas mãos, do agora general Figueiredo.

Assim, considera-se que a agenda de transição se iniciou com Geisel e se reafirma com a indicação de Figueiredo. “Ou seja, a partir de então, já com a pressão das ruas e do próprio sistema político, é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo” (NAPOLITANO, 2014, p.234). Nesse quadro político que houve o (re)ssurgimento de movimentos

sociais, dentre eles o movimento ambientalista, sobre o qual nos debruçamos a pesquisar.

1.2 Organização da Sociedade Civil e os novos Movimentos Sociais

O conceito de sociedade vem do latim *societas* que significa "associação amistosa com outros". No entanto, entendemos que dentro de uma sociedade capitalista, essa associação harmoniosa não se viabiliza, pois as diferenças étnicas, de gênero, e principalmente de classe, por exemplo, fazem com que os propósitos, os gostos, os objetivos e preocupações coletivas e individuais sejam diferentes dentro dos processos históricos.

Desse modo, fugimos da perspectiva que afirma “a sociedade apoiou o golpe ou “a sociedade lutou no processo de redemocratização”. O termo sociedade não pode ser utilizado de forma vulgar e nem é uma abstração que resolve os problemas do pesquisador, por isso, quando falamos em sociedade precisamos delimitar que fração da sociedade participava ativamente de um dado processo.

Se não fizermos isso, caímos no erro de Daniel Aarão Reis (2004), em *Ditadura e Sociedade: As reconstruções da Memória*. Ao longo do texto, o historiador vulgariza termos com “Direita”, “Esquerda”, “Sociedade” e “Democracia”; não problematizando, em momento algum, as diferenças práticas e ideológicas que estes conceitos possuem. Além disso, coloca a passagem como um “deslocamento da sociedade brasileira, e de suas elites políticas e econômicas, no rumo da defesa do restabelecimento das instituições democráticas” (REIS, 2004, p. 44).

Ou seja, Reis (2004), coloca a transição como algo proveniente das elites brasileiras, aproximando-se de Gaspari (2016) apontado anteriormente. Ao contrário disso, acreditamos que o processo de transição foi realizado dialeticamente, isto é, através de ações e medidas institucionalizadas dos presidentes Geisel e Figueiredo, e dos movimentos sociais que passaram gradativamente a pressionar os governos autoritários.

A não vulgarização do termo “sociedade”, usada na presente pesquisa, foi bastante influenciada pelo texto do Marcelo Badaró Mattos (2014): *O Sentido de Classe do Golpe de 1964 e a Ditadura: um debate historiográfico*. Nele, o autor problematiza as perspectivas que trazem o golpe como um “consenso da sociedade” a partir da terminologia “Civil Militar”. Tais termos não dão conta da realidade, pois não caracterizam o grupo social (neste caso, o empresariado brasileiro) que participou ativamente do golpe e que conseqüentemente se beneficiou dele. Apesar de o autor trabalhar em um tempo histórico diferente do nosso, este método de pesquisa nos ensina a buscar os grupos sociais que estiveram ligados ao processo de transição.

Com isso, entendemos que alguns setores participaram na busca de direitos sociais a partir de manifestações e atos políticos no processo de transição para a democracia: parte da sociedade civil²³ se mobilizou e tentou negociar com o Estado, ainda autoritário, melhorias sociais, políticas e econômicas.

Nesse sentido, é importante frisar o que entendemos por sociedade civil. E para isso, partimos da conceitualização de Antonio Gramsci de que a sociedade civil é “o conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados [...] e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (Gramsci, 1972, p. 16, apud WANDERLEY, 2012).

Para entender tal conceito, averiguamos um dos maiores especialistas em Gramsci no Brasil: Carlos Nelson Coutinho. Portanto, é importante frisar que a sociedade civil para Gramsci pertence à superestrutura a partir da noção de Estado Ampliado: Sociedade Política (Governo, burocracia) + Sociedade Civil (difusão da ideologia: Escola, igreja, partidos, sindicatos).

Desse modo, se a sociedade é um elemento da superestrutura, ela vai estar em constante interação com a estrutura econômica, servindo, consoante

²³ Há uma longa tradição de debates no que se refere ao termo Sociedade Civil. De acordo com Norberto Bobbio (2015), inicialmente, se referir a sociedade civil significava uma referência à noção de Estado, tendo em pensadores como Hobbes, Locke e Rosseau os precursores nesta questão. Os primeiros estudiosos que deram uma contribuição importante para se pensar a sociedade civil fora dos ditames do Estado, Hegel, Marx e Gramsci, apesar das divergências entre eles.

Coutinho (2006, p. 41) como a mediadora dessa com a sociedade política. Em resumo, seria:

A sociedade civil é para Gramsci um momento do Estado ampliado, um espaço no qual têm lugar relações de poder, ainda que se trate de um espaço dotado de autonomia relativa em face da sociedade política, ou seja, do Estado em sentido estrito. Portanto, não se apresenta em Gramsci uma posição dualista, que contraponha de modo maniqueísta a sociedade civil (algo positivo) ao Estado (sentido negativo). [...] A sociedade civil é um momento da superestrutura político-ideológica, condicionada “em última instância” pela base material da sociedade (que é o local onde tem lugar a gênese da luta de classes). Portanto, a sociedade civil não é de modo algum um “terceiro setor” situado “para além do Estado e do mercado.

Nessa perspectiva o Estado é a correlação entre a sociedade política e a sociedade civil. Isso foi exemplificado através da história da classe política brasileira que sempre esteve articulada com determinados setores da sociedade civil para manutenção do *Status Quo*. No caso da implementação da ditadura em 1964, tivemos a aliança dos militares com organizações conservadoras, entre elas organizações empresariais, religiosas e políticas.

Entretanto, na ampliação da visão Gramsciana, a sociedade civil tinha um papel (no contexto italiano do início do século XX) e um caráter classista na luta pela hegemonia e na conquista do poder pelas classes populares, a partir de alianças com vários segmentos da classe trabalhadora em direção a revolução socialista. Assim sendo, a Sociedade Civil é “a hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 225, apud WANDERLEY, 2012).

Já na realidade brasileira da década de 1970, o termo em questão ganha um significado de extrema oposição às classes políticas que dirigem o Estado, por um motivo óbvio: os malefícios causados pela Ditadura Militar no país.

Sendo assim, a sociedade civil brasileira se fez dentro de uma estrutura econômica que retirava direitos de diversos segmentos do proletariado brasileiro. Por isso, naquele período ela possuía uma relativa autonomia em relação classe

política, ganhando um sentido positivo na luta por melhorias sociais. Essa sociedade, não lutou necessariamente pela tomada do poder (como pensou Gramsci em seu contexto), mas teve como objetivo acabar com a repressão, a tortura e a censura. Do mesmo modo, surgiram outras questões, novas bandeiras, além de outros atores sociais: o “ressurgimento” do Movimento Operário, o Movimento Feminista, o Movimento Negro e os diversos movimentos ambientalistas.

Geralmente, os movimentos sociais surgem em períodos de tensões e de mudanças sociais, políticas e culturais, sendo que as diferentes demandas da sociedade podem ser vislumbradas nas associações, nas organizações, nos partidos políticos e nas mobilizações, pois, há sempre uma relação, seja de negociação ou conflito entre a sociedade civil e a classe política dirigente, e é justamente isso que pretendemos expor a partir de agora.

Neste período, a igreja católica passou a ter um papel importante na denuncia contra a tortura e na campanha pelos direitos humanos, a contar do crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das camadas progressistas da política formal através da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) aonde a Igreja Católica passou a organizar uma rede de grupos que atuavam nas comunidades de Base.

Juntamente com a Igreja, a OAB se comprometeu ativamente na defesa dos direitos dos presos políticos. Em 1974, de acordo com Skidmore (1988, p.365) a convenção no Rio de Janeiro teve como lema “O advogado e os direitos do homem”. A busca por um verdadeiro “estado de direito” passava pela revogação do AI-5 e o restabelecimento do habeas corpus, algo conseguido apenas em 1978, no último ano do governo Geisel. Para a divulgação dessas e de outras ideias tais como a campanha a favor da Anistia, foram articuladas à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e teve repercussão pelo país, já que a censura prévia aos jornais tinha acabado.²⁴

²⁴ Consoante Nunes (2003 p.42-44), não apenas a ABI foi uma voz ativa contra a censura ao livre pensamento, mas a própria imprensa alternativa desenvolveu formas de resistência à censura como o surgimento de semanários e tabloides de oposição que criticavam as políticas de repressão e campanhas simbólicas que consistiam na publicação direta ou disfarçada de informações para leitura nas entrelinhas.

Em 1978 o Movimento Sindical ressurgiu a partir das greves do ABC sob a liderança do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luíz Inácio da Silva, o Lula. Esse sindicalismo não estava preso à estrutura corporativa das indústrias, implicando em um movimento independente com novas táticas de greve²⁵ que buscava melhorias nas condições de trabalho e um real aumento salarial acima da inflação. Significa dizer, que esse tipo de sindicalismo defendido por Lula, buscava um sindicalismo livre, autônomo e que negociasse diretamente com as empresas privadas.

Apesar de afirmar a eficácia das greves neste período, e principalmente de colocar Lula como o grande líder dessas ações, Gaspari afirma que naquele período “Geisel e Golbery não gostavam de greves, mas seu adversário da hora não eram os trabalhadores mobilizados por uma liderança apartidária, era a oposição, que se preparava para a eleição de novembro” (GASPARI, 2016, p. 56).

Sendo assim, na visão deste autor, o que importava realmente para as lideranças políticas da época era a reconfiguração do quadro político partidário capitaneadas pelo MDB, e também como esse segmento passou a unir forças e elaborar estratégias junto com parte do empresariado que já não via o regime com bons olhos.

É excelso lembrar que este período não foi marcado apenas pela liderança de Lula, como indica Gaspari em 2016. Compactuando, Nunes (2003), destaca que vários congressos foram realizados pelos trabalhadores do Rio de Janeiro e de São Paulo que resultou na criação de uma central única dos Trabalhadores. Além da reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes), da ação do movimento em defesa da Anistia, que junto com a OAB e ABI organizou debates em torno da condição feminina dentro da sociedade brasileira da época; além do movimento negro que durante a década de 1970 se organiza social e

²⁵ Conforme Skidmore (1988 p.400), em maio de 1978 “Sob o comando de Lula”, 2.500 metalúrgicos da fábrica de caminhões e ônibus Saab-Scania no subúrbio industrial paulista de São Bernardo do Campo bateram o relógio de ponto, assumiram seus postos, cruzaram os braços, sentaram-se e recusaram-se a ligar suas máquinas. A greve obedeceu a uma tática engenhosa, pois os trabalhadores não iniciaram com piquetes fora da fábrica, onde a polícia podia prontamente atacá-los e prendê-los. A greve branca era novidade na história do ativismo trabalhista, e a direção da empresa não estava preparada para arrastar os trabalhadores ociosos para longe de suas máquinas.

politicamente na busca pelo direito da equidade entre brancos e negros em relação ao acesso à educação, e na luta contra o racismo e a violência policial realizada principalmente nos subúrbios brasileiros.

Ou seja, a partir da “distensão” lenta, gradual e segura, de Geisel, em 1974, uma nova conjuntura se abre para a busca de direitos sociais. Se antes do AI-5, em 1968, existia um “sentimento revolucionário” baseado nas ideias e práticas socialistas, comunistas e de esquerda, que perpassava os partidos políticos, a literatura, a poesia, o cinema, a música e várias esferas da sociedade, agora, graças à todos os mecanismos utilizados durante a ditadura, o horizonte revolucionário era praticamente inexistente.

O que se buscava, em grande medida, durante a década de 1970 era o direito mínimo à cidadania, em subsídios de moradia, acesso à educação, equidade entre homens e mulheres, negros e brancos, direitos trabalhistas, de livre organização e pensamento.

E é nesse panorama que também a luta ambientalista ganha força e se encorpa com suas especificidades a partir das diferenças regionais, contudo, baseada numa crítica ao modelo de cidade excludente proveniente da ditadura que existiu no país. As diversas entidades ambientalistas que surgem durante a década de 1970 fazem parte dessa nova efervescência social descrita até aqui, e que devida suas particularidades, irá ser desvelada no tópico a seguir.

1.3 Formação do Movimento Ambientalista Brasileiro

Como dito na Introdução do estudo, a crítica ambiental não é nova no Brasil. José Augusto Pádua no livro *Um sopro de Destruição*, (2004), mostra que no final do século XVIII e durante o século XIX, nomes como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Baltasar da Silva, dentre outros, dedicaram-se ao debate ambiental percebendo que a superação das práticas devastadoras estava totalmente ligada ao rompimento do legado colonialista: o tripé escravidão/latifúndio/monocultura.

Oliveira (2008, p.756) demarca que nos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a “defesa dos parques nacionais e de espécies animais e vegetais passou a ser objeto de formulações governamentais e da ação desenvolvida por associações ambientais”. A elaboração do Código de Águas e Minas, o primeiro Código Florestal Federal Brasileiro para a Constituição de 1934, bem como a criação da Sociedade Amigos das Árvores, em 1931, são exemplos dessa política, que estavam estritamente relacionados às “conferências e à elaboração de diretrizes internacionais em matéria de proteção ambiental”.

Isto significa que antes da década de 1970 a agenda ambiental brasileira esteve voltada para a conservação dos recursos naturais, e basicamente, as associações eram formadas por técnicos científicos e funcionários do Estado. Nessa “elite Naturalista”, por exemplo, temos a criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza – FBNC, em 1958, no Rio de Janeiro. Tal entidade, acordando com Oliveira (2008 p.757), participou na execução do Código Florestal de 1965 e de certa forma influenciou o surgimento das associações dos anos de 1970.

Desse modo, entendemos que até a década de 1960, o que existiam eram críticas ambientais pontuais e que só a partir dos anos 70 que o movimento ambientalista brasileiro passa a ter uma independência em relação ao Estado, além de uma agenda ambiental que se comprometia não apenas com a conservação dos recursos naturais, mas também com um projeto social e político de sociedade. Ou seja, a partir de 1970 tivemos movimentos ambientalistas com estratégias de organização, ideias e lutas socioambientais diversas e lutas em comum, espalhados pelo país. Foi uma ação, diferente do que ocorria anteriormente, sistemática e não apenas pontual, que foi ganhando força nos anos/décadas seguintes.

Para o entendimento do surgimento das diversas entidades no período do qual se fala, é preciso colocá-las, como aponta Viola e Leis (1992), não como um fenômeno isolado, e sim como parte integrante de um processo de mudança políticas, econômicas e sociais:

a atuação das entidades ambientalistas, nesse período formativo, estava baseada na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, sendo que numa primeira fase estavam

restritos à campanhas de caráter local dentro de suas áreas de influência (VIOLA; LEIS, 1992, p.82).

Em outras palavras: além da crítica ao modelo de cidade excludente imposta pela ditadura, as associações surgem a partir de demandas locais. Alonso, Costa e Maciel, (2007, p. 155), caracterizam que dessas demandas emergiram algumas entidades ambientalistas durante a década de 1970, e além de demandas locais, surgem também novas estratégias de mobilização e ação.

Em 1971 em Porto Alegre, por exemplo, tivemos a eclosão da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), que utilizou a difusão de informação e palestras como forma de atrair jovens do movimento estudantil com o intuito de se “engajar na constituição da burocracia ambiental influenciando a formulação de legislação e a implementação de políticas públicas ambientais em nível local”.

E em 1973 e 1976, em São Paulo, surgiu o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE) e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), respectivamente. A primeira, não possuía técnicos ou especialistas na área, como pontuam Alonso, Costa e Maciel (2007, p. 156) e recorreu à linguagem artística para conscientização da preservação ambiental e em prol da Redemocratização. A segunda, composta por profissionais liberais e pequenos empresários “nasceu como um protesto comunitário, reativo, contra uma obra governamental que impactava a área da residência de vários de seus ativistas: a construção de um aeroporto internacional na região sudoeste da Grande São Paulo”. Tal entidade teve o envolvimento de professores de esquerda da USP e conexão com o partido do MDB a favor da causa e da Redemocratização.

No nordeste, temos o advento em 1976, no município de Fortaleza, da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (SOCEMA), a primeira entidade ambientalista na cidade que passou a discutir os problemas da degradação ambiental. Mais tarde, em Recife, no ano de 1979, aparece a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN). Fundada por professores, estudantes universitários e funcionários públicos, a Associação nasce

como entidade ambientalista de direito privado, essencialmente cultural e técnico-científica, autônoma, sem fins lucrativos e de caráter associativo, visando suprir as necessidades voltadas aos interesses comuns no tocante à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população, em particular àquela mais desassistida²⁶.

É preciso ressaltar que não apenas o Brasil discutia as questões ambientais naquele período. Como mostra Duarte (2005, p.24), o ano de 1970 foi marcado pela ascensão dos temas ligados à conscientização no que concerne à preservação do meio ambiente. Em todo o mundo sucediam conferências acerca da crise global, e cresciam os debates e movimentos. A Conferência Internacional da ONU sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, em 1972, é um marco destas discussões, e assim, as organizações não governamentais surgem em um momento de reavaliação e reforma mundial.

Entretanto, no caso brasileiro, a discussão ambiental ganha envergadura dentro do processo de transição de Geisel e principalmente com o processo de Abertura política do governo Figueiredo. Novas maneiras de feitos e mobilidade são usadas para a elaboração de uma consciência ambiental, que, de acordo com Oliveira (2008, p.758), incluíam “ações coletivas de denúncia e de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização de diversos temas”.

Apesar desses aspectos em comum, existia àquela época uma diversidade de correntes políticas que influenciavam o pensamento ambientalista²⁷.

Para (Viola 1988, apud WALDMAN, 1998, p. 32), podemos assinalar algumas vertentes: a dos Ecofundamentalistas que “possuem visão anarco-niilista, apostando na possibilidade de construção de uma sociedade ecologista na periferia

²⁶ Informações contidas no site oficial da Associação: <http://www.aspan.org.br> Acessado em 09 de Junho de 2016 às 17h43m.

²⁷ Até hoje concordo com a afirmativa de Mauricio Waldman (1998): “Um senso comum, identifica o movimento ecológico como sinônimo de grupo formado por românticos defensores da natureza”. Além deste, foram criados outros estereótipos por preconceito ou desconfiança política. Junto à esquerda, não poucos categorizam o ecologismo como globalmente reacionário (WALDMAN, 1998, p.32). Acrescentamos que essa “hostilidade” se faz também por interesses econômicos, e tal caracterização de “apaixonados pela natureza” também ocorreu aqui na Paraíba, como veremos no terceiro capítulo.

existente”; a dos ecorrealistas, que “negam tanto o capitalismo quanto o socialismo, defendendo uma sociedade baseada na pequena propriedade, cooperativismo, autogestão e localismo de poder”; e também a dos Ecocapitalistas, que “acreditam que a economia de mercado é a única a regular eficientemente à relação homem/natureza”; e ainda por fim, os Ecosocialistas, que negavam a compatibilidade entre capital e trabalho, tendo “sua atuação crescido junto à sindicatos, movimentos sociais, igrejas e partidos progressistas”.

Apesar dessas possíveis diferenças que os movimentos pudessem existir, havia em comum o caráter político de suas ações no intuito de construir uma sensibilidade e consciência ecológica a partir da educação ambiental, das manifestações públicas e da mobilização da própria imprensa. Diferente das entidades ou associações conservacionistas dos anos anteriores, que segregavam a questão ambiental da discussão política e principalmente social, fazendo surgir no processo de Redemocratização a questão ambiental como problemática humana e urbana através de uma crítica ao processo de desenvolvimento industrial imposto pela ditadura.

Conforme Alonso, Costa e Maciel (2007 p. 159), a Campanha em Defesa da Amazônia, “contra os planos do Governo Federal de realizar contratos de exploração com Empresas internacionais”, a campanha contra a Utilização de Energia Nuclear e contra a construção da Hidrelétrica de Itaipu foi pauta de discussão e aliança entre as associações citadas. Ou melhor dizendo, além das demandas locais, em certa medida, estes grupos estavam atentos às demandas nacionais a partir de articulações e da construção de uma rede comunicativa entre elas como forma estratégica de atuação.

É nesse contexto que surge a Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN). Isto significa que ela faz parte desse patamar geral de transformações políticas, sociais, assim como da construção de uma consciência ambiental. Mais precisamente, faz-se necessário entender a especificidade do caso da Paraíba, que por sua vez, possibilitou o surgimento de uma entidade ambientalista, e é justamente disso que trataremos no tópico posterior.

1.4 Construção e reconstrução dos Movimentos sociais na Paraíba

Os anos finais da década de 1970 foram marcados pelo esgotamento progressivo do Regime Militar. Na Paraíba a situação também seguia esse curso. Exemplo disso foi a cisão na ARENA para a disputa do governo do estado em 1978 a partir de dois postulantes ao cargo de governador dentro das convenções partidárias: A vitória de Tarcísio Burity (MDB) sobre Antônio Mariz, de acordo com Cittadino (1999 p.127), é um marco representativo neste processo.

No aspecto econômico, a Paraíba enfrentou uma grave crise econômica durante este tempo. Crise que deve ser entendida partindo do modelo de modernização conservadora do Estado realizado pelo regime militar, que ocasionou problemas sociais e econômicos bastante significativos²⁸. Conforme Cittadino (1999 p.131), o Produto Interno Bruto do Estado, que na década de 1960 era de 10% do PIB regional, sofre uma queda para 5.6% durante a década de 1980.

Além disso, apesar do andamento do processo de abertura e velhas práticas políticas permaneceram, como para exemplificar, às práticas clientelistas, se intensificam nesse período e servem como objeto de trocas e negociações para o ganho de votos. Como afirma José Octávio de Arruda Mello (1987, p.364, apud CITTADINO, 1999, p. 132):

Um dos sintomas dessa desagregação residiu na multiplicação de órgãos públicos destinados a favorecer a clientela dos grupos tradicionalistas, familiares e populistas. O número de Secretários do Estado, fixado, em treze por João Agripino e catorze por Ernani Satyro, manteve-se nesse nível com Ivan Bichara, avançou para dezoito com o primeiro governo Burity, dezenove com Wilson Braga e vinte e seis! Com a segunda administração de Burity, em 1987, (...) Em consonância com isso, o número de funcionários públicos

²⁸ A partir do Regime Militar, o Estado aprofunda sua participação na economia a partir do modelo desenvolvimentista, tendo João Agripino, no estado da Paraíba, como responsável de sistematizar tal política econômica. Desse modo, através da SUDENE, temos o incentivo fiscal para indústrias do Sul/Sudeste se instalarem em terras paraibanas, tendo como consequência o desestímulo da indústria local. Além disso, no campo, tivemos o desmantelamento da organização camponesa, a expropriação de terras camponesas e a ampliação das propriedades rurais, o que ocasionou um êxodo para as cidades, rebaixamento do preço dos salários (devido o excesso de mão de obra) e ampliação de desemprego. Desse modo, para Cittadino (1999), o que houve em nosso estado foi uma “modernização conservadora”, para mais informações ver: CITTADINO, Monique. A Política paraibana e o Estado autoritário (1964-1986). In: Estrutura de Poder na Paraíba. v. 4. João Pessoa: EDUEPB, 1999. P. 120-124.

saltaria de vinte e sete mil em 1978, para cinquenta e seis mil, quatro anos depois, oitenta e cinco em 1983 e cento e catorze mil em 1990.

Isto significou como menciona Mello 1987, o ganho nas eleições de 1982 pelo candidato do PDS, Wilson Braga, pois, antes do pleito para governo do estado, o executivo Estadual que era comandado pelo PDS nomeou cerca de 500 funcionários em um só dia, para empresas como SIDAGRO, A União, CAGEPA e SAELPA. Por isso mesmo, o governo de Wilson B. torna-se paradigmático no que se refere “à utilização em larga escala dos projetos do governo para o favorecimento de grupos econômicos privados” (CITTADINO, 1999, p.133).

Este quadro de mudanças políticas e econômicas teve importância no processo de mudanças sociais. Desse modo, neste período de “abertura política” há o surgimento e o retorno de movimentos sociais na busca por direitos. No campo e na cidade conflitos originaram-se e antigas e novas questões foram levantadas. A questão sindical é um bom exemplo disso. Como aponta Nunes (2003, p. 135), em Outubro de 1978 tivemos a fundação da ADUF/JP (que surgiu dentro do sindicato combativo); em 1980, a criação do Partido Dos trabalhadores (PT), e posteriormente, em 1984, a criação da Central Única dos Trabalhadores/PB (CUT).

Em 1979 a Pastoral Operária também teve uma forte atuação, e de acordo com Nunes (2003 p.136), ela “se articula com oposições, sindicatos mais combativos e movimentos populares para fazer comemorações públicas” em prol do retorno à democracia. Neste período, ainda tivemos a reorganização do movimento estudantil, a criação em 1978 da Associação Docente, o surgimento do Movimento Feminista pela Anistia da Paraíba e o aparecimento, em 1979, “na esfera da luta pelos direitos da mulher, com a criação do Centro da Mulher de João Pessoa, que, em 1980 passa a se chamar grupo Feminista Maria Mulher”.

No mesmo período houve uma reorganização do movimento camponês a partir dos posseiros oriundos das ligas camponesas e da criação por parte da Igreja Católica da Pastoral da Terra, atuando através da CPT (Comissão Pastoral da

Terra). Tal reforma se fazia num período em que os conflitos de terra²⁹ se intensificaram novamente, e muitos camponeses foram expulsos num contexto de desenvolvimento da Agropecuária e de remodelação na utilização do solo por elites paraibanas/nordestinas.

Apontar essa diversidade de movimentos sociais no estado da Paraíba se faz importante, pois a APAN não surge como em uma fenomenologia isolada e por isso muitos membros da entidade participaram de outras associações, movimentos e até mesmo partidos políticos. Com isso, a entidade se articulou com outros segmentos da sociedade pessoense com o objetivo de construir uma consciência ambiental no estado e na cidade de João Pessoa.

Diante todo o exposto, algumas questões nos inquietam: quem eram os líderes do movimento em João Pessoa? Quais os grupos sociais que compunham a entidade? Quais suas estratégias e suas lutas? A partir de agora, iniciamos um processo de afunilamento para responder as questões levantadas há pouco.

²⁹ Um grande conflito de terra ocorreu no ano de 1975 na Fazenda de Alagamar que fazia parte dos municípios de Salgado de São Felix e Itabaiana, após óbito de Arnaldo Araújo Maroja, os novos donos expulsaram os posseiros que ali residiam através da construção de cercas, da soltura do gado que destruía as plantações e da presença de Capangas e policiais que reprimia a resistência dos camponeses. Com ajuda de setores da Igreja Católica, os camponeses resistiram durante anos, e muitos deles conseguiram os títulos das terras. O caso teve grande repercussão nacional, acarretando uma visita do presidente Figueiredo, em 1980. Para maiores informações ver: <http://historicospontos.blogspot.com.br/2012/09/alagamar-1975-1983_7.html>.

2 MOVIMENTO AMBIENTALISTA NA PARAÍBA E A FORMAÇÃO DA APAN

2.1 Cruzamento de experiências individuais e o surgimento do Núcleo em João Pessoa-PB

No dia 15 de setembro de 1978, no Campus de Areia/UFPB, localizada no brejo paraibano, o agrônomo Lauro Pires Xavier³⁰, após o término de um Curso de Extensão, decidiu juntamente com estudantes de Agronomia fundar a Associação Paraibana Amigos da Natureza – APAN. A partir daí, vários núcleos foram criados em cidades paraibanas, a exemplo de: Sousa, Campina Grande e João Pessoa.

Dada a diversidade de lutas e atuações nessas e em outras cidades, decidimos como exequível para o estudo, analisar mais esmiuçadamente, a atuação da entidade no município de João Pessoa³¹. Dessa maneira, nos propomos a averiguar a primeira entidade ambiental que assumiu um papel importante na denúncia contra a degradação ambiental no município pessoense. Para tanto, foi de suma importância localizar os líderes da associação a fins de compreensão de suas experiências anteriores, bem como seus vínculos comunitários e associativos preexistentes.

Nesse sentido, o nome em destaque nas matérias jornalísticas foi o de Paula Frassinete. A partir de então, conseguimos localizá-la, com a ajuda de Socorro Fernandes, e começamos os primeiros contatos que se materializaram com entrevistas “oficiais” em 2016.

Nossas primeiras perguntas versaram objetivando contextualizar a vida dos nossos colaboradores para assim, entendermos como se construíram sujeitos históricos que estavam sensíveis às questões ambientais naquele período.

³⁰ Nascido na cidade de Areia, em 1905, faleceu em João Pessoa, em 1991. Lauro Xavier era naturalista, botânico, ecologista, professor emérito, urbanista, técnico de planejamento, pioneiro de técnicas modernas em agricultura e criação de rebanhos. Foi sócio fundador do Clube de Engenharia da Paraíba, da Academia Paraibana de Letras, e da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN). Para maiores informações: <<http://www.pbagora.com.br/coluna.php?id=20110125195709>>.

³¹ Vale lembrar que este estudo surgiu ainda na Graduação, através da participação como bolsista PIBIC, e também do forte contato que tivemos com os arquivos e as pessoas da Entidade. Sendo assim, as leituras dos jornais e as conversas com a então presidente Socorro Fernandes nos levaram aos participantes da fundação e das lutas nos anos finais de 1970 e ao longo da década de 1980.

Nascida em Pesqueira, Pernambuco, no ano de 1943, Paula passou sua adolescência no bairro de Tejipló, Recife, onde se formou em Biologia pela Universidade Federal de Pernambuco e posteriormente fez Mestrado em Zoologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Antes de vir para João Pessoa-PB, em 1976, teve algumas experiências sociais e formativas, que a nosso ver, serviram de base para novos projetos, sonhos e expectativas na capital paraibana. Quando perguntada sobre outras experiências sociais e/ou políticas antes da APAN, Frassinete (2016) diz:

Bem, na minha adolescência, quando eu morava no bairro de Tejipló em Recife, um bairro bem periférico, eu morava bem pertinho da igreja e estudava num colégio público de lá, e tinha movimento no colégio, uma espécie de grêmio que a gente se organizava para discutir as coisas, e na igreja numa época que o padre celebrava a missa de costas para o público, em latim...e mesmo assim, nós conseguíamos fazer encenações dentro da igreja, do evangelho. [...] Então, nessa igreja a gente já conseguiu começar a fazer um trabalho de discussão do evangelho levando para a vida. E (telefone toca), essa discussão se fazia com um grupinho que criamos que se chamava Juventude Unida de Tejipló. Então, Juventude Unida de Tejipló foi o primeiro movimento real no qual participei.

Segundo Paula Frassinete (2016), durante a década de 1960, já na Universidade, teve algumas participações nas reuniões dos diretórios estudantis, todavia, não atuou efetivamente como membro do Diretório Estudantil, nem do C.A, pois trabalhava integralmente como professora e ainda estava na Graduação, o que dificultou uma participação política mais efetiva:

Foi quando eu comecei já a fazer estágio no laboratório que eu pretendia fazer pesquisa, obviamente que eu não me afastaria do ensino, mas, já estava muito envolvida com a pesquisa científica. E aí via e participava das coisas, mas já não com tanta intensidade, por causa de todas as tarefas pelas quais eu era responsável, por ser também a responsável pela minha família. Uma família muito pobre e já era eu que fazia com que as coisas acontecessem na minha casa, a alimentação chegasse. Então a minha militância foi essa.

Desse modo, antes da atuação na APAN, sua experiência social se baseou em efetivações dentro da Igreja da qual fazia parte durante o período da infância e pré-adolescência. Na adolescência e início da fase adulta, devido ao

trabalho e a obrigação de sustentar a família, Paula teve algumas inserções, não muito diretas, nos diretórios e grêmios estudantis.

No decorrer do relato, ela diz que foi dentro da universidade Federal de Pernambuco onde passou a ter contato com intelectuais voltados para preservação do meio ambiente. Tendo sido aluna de Vasconcelos Sobrinho³² e orientanda de Dárdano de Andrade Lima³³, os dois, responsáveis por debates à respeito dessas temáticas:

A gente já via o ecossistema como um todo e Vasconcelos sobrinho já naquela época chamava atenção para a desertificação de algumas áreas por conta dos desmatamentos, notadamente nas áreas de caatinga, do semiárido e a gente já tinha essa... um orientador nessa visão do ecossistema e do desequilíbrio da natureza.

A própria Paula Frassinete (2016) atribui como motivação para participar da APAN em João Pessoa, a influência que teve dentro da Universidade Federal de Pernambuco. E pontua ainda:

Veja bem, eu já vinha de recife com uma grande influência de Vasconcelos Sobrinho, que era professor, então ele é um ícone para nós todos [...], que foi um precursor dessa questão ambiental, foi um profeta do desequilíbrio que já estava acontecendo na natureza. Então os meus professores lá na Universidade Federal de Pernambuco eram muito ligados porque já ensinavam em faculdades maiores e a discussão já começava... O clube de Roma já tinha se reunido, um clube de cientistas que já discutia a questão ambiental... Saiu um livro sobre o clube de Roma e era a nossa bíblia para estudar. Em 72 teve uma Conferência da ONU que tinha aquele livro

³² Vasconcelos é considerado uma das maiores autoridades em Ecologia do Brasil, sendo também um dos responsáveis pela criação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde introduziu as disciplinas *Ecologia Conservacionista* (primeira do gênero ministrada no Brasil) e *Desertologia*. Ele exerceu diversos cargos, entre os quais o de titular de Botânica da UFRPE; professor catedrático da cadeira de Botânica Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); diretor do serviço de Inspeção Florestal e Proteção à Natureza de Pernambuco; diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura - posteriormente denominado Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); diretor do Centro Pernambucano da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e consultor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Mais informações: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=126&Itemid=1>

³³ Dárdano, por sua vez, foi um cientista paraibano formado em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco (1943). Concluiu Pós em Botânica Florestal, nos Estados Unidos e posteriormente contribuiu para o aumento e a organização das coleções botânicas do Herbário da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA). Mais informações: <http://www.urca.br/hcdal/biografia_dardano.php>.

que tratava da primavera espúria que estava acontecendo. Então, já se começava a vislumbrar os problemas que adviriam do desenvolvimento que não era sustentável porque os países industrializados começavam a expandirem suas fábricas, seu processo de industrialização. Com esse processo [...] veio a sociedade de consumo, ou seja, esse caldo de cultura que acontecia lá em Pernambuco já nos fazia perceber que alguma coisa tinha que ser feita, alguma coisa tinha que ser discutida.

Isto significa que Paula esteve atenta aos acontecimentos de caráter ambiental que aconteciam no mundo partindo de sua condição de universitária e do contato com professores que estimularam sua formação neste viés. Ter sido aluna de Vasconcelos Sobrinho e de Dárdano de Andrade, foi fundamentais para sua construção intelectual. Percebe-se também, o entendimento da realidade à época, principalmente quando se refere ao Desenvolvimento Sustentável.

Ora, as bases do chamado Desenvolvimento Sustentável só foram fincadas com o relatório Brundtland da ONU, chamado de *Nosso futuro comum*, em 1987. Isto significa que no Brasil os desdobramentos desse documento só seriam vislumbrados no final da década de 1980 e principalmente nos anos iniciais de 1990. Valendo frisar que no período no qual o nosso estudo se realiza, a ideia de desenvolvimento sustentável não se fazia presente³⁴.

No entanto, sua formação não esteve baseada apenas na leitura de pesquisas voltadas ao meio ambiente a partir do diálogo com profissionais e professores da área, comumente, outras leituras foram realizadas nesse período formativo antes de chegar à cidade de João Pessoa na Paraíba:

No curso de professora eu me atinha muito às publicações que se referiam ao magistério, eu sempre quis muito ser professora e aprofundar as filosofias que eram discutidas. [...] eu gostava muito de ler, mas não tinha acesso aos livros porque a minha vida era muito difícil, mas quando os tinha, devorava-os.[...] lá em Recife quem me dava acesso às publicações, Paulo freire, etc...era aquela minha

³⁴ Concordamos com a perspectiva de Leonardo Boff, ao dizer que a ideia de “sustentabilidade”, dentro dos moldes capitalistas, é meramente retórica e ilusória, não simbolizando uma nova forma de pensar o mundo, então: “Pode-se aplicar a sustentabilidade para o tipo de desenvolvimento/crescimento moderno cuja a lógica se sustenta na pilhagem da Terra e na exploração do trabalho? Aqui se configura uma contradição *in adiecto*, nos próprios termos de sua formulação. Isso vale especialmente para o capitalismo que se baseia na apropriação privada da natureza e de seus recursos; ele é particularmente antinatural” (BOFF, 2004, p. 96).

professora³⁵[...] li muito Popper³⁶ que era um dos filósofos que tratava sobre o aparecimento da vida e de como esta vida se processava, haja vista que estive o tempo todo lendo Darwin e a bíblia...eu me refiro a ambos como os detentores da informação da vida, só que a diferença que eu coloco entre eles é a do tempo.

Leituras como a de Paulo Freire e Popper, por exemplo, foram importantes para Paula Frassinete pensar um conhecimento que teria que ir além dos livros e das enciclopédias acadêmicas. Isto é, o conhecimento teria que ter um sentido prático com o intuito de construir uma sociedade melhor.

É com essa bagagem cultural, e com as experiências sociais anteriores, que Paula chega a João Pessoa - PB, em 1976. E é a partir daí que começa a participar efetivamente de movimentos sociais, associações docentes e posteriormente de partidos políticos. Para ela, o responsável foi o reitor da UFPB à época, Lynaldo Cavalcanti, um visionário, segundo Frassinete (2016). Sobre sua chegada na capital paraibana, a mesma afirma:

Vim porque havia um visionário aqui nessa Universidade que foi o Lynaldo Cavalcanti e que decidiu abrir a Universidade para o mundo e queria uma Universidade de qualidade e por isso mesmo que ele exigia que as pessoas fossem pós graduandas. E aí viemos todos, tinha muita gente em 1976 aqui na Universidade, muita gente que estava por aí, que já tinha terminado o Mestrado, muita gente jovem com muito sonho. Foi um momento especialíssimo para todos nós que viemos pra cá e pra cidade de João Pessoa, que foi assim que ela se tornou cosmopolita. Veio gente do Brasil inteiro, jovens que estavam terminando os seus Cursos de pós graduação e queriam começar algo novo e a Universidade Federal da Paraíba fez esse...essa junção de sonhos e ideais.

Dessa forma, acreditamos que historicizar a vida de Paula Frassinete faz-se relevante, pois ao narrar sua história percebemos como se deu a construção de um sujeito histórico capaz de estar sensível e de se engajar politicamente as causas

³⁵ Aqui ela faz referência a uma professora que teve no Ensino Fundamental, chamada de Eurides Sousa Carneiro. Conforme Paula Frassinete, essa docente influenciou sua educação e sua vida política a partir dos ensinamentos de Paulo Freire. Além do mais, era tida como comunista e participou do movimento “Cultura Popular”, em Recife.

³⁶ Karl Raimund Popper (1902 -1994) foi um filósofo da ciência, austríaco, naturalizado britânico. É considerado por muitos como o filósofo mais influente do século XX a tematizar a ciência. Foi também um filósofo social e político de importância considerável, um grande defensor da democracia liberal e um oponente implacável do totalitarismo.

Mais informações, ver: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/filosofia-da-ciencia-karl-popper-falseabilidade-e-limites-da-ciencia.htm>>.

ambientais. Atuar como professora da Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa, lhe deu uma estabilidade que somada ao contexto de abertura política favoreceu sua participação na fundação da APAN, na referida cidade.

Sua formação em Biologia e Zoologia propiciou como veremos a posteriori, habilidades necessárias para tratar tanto da questão ambiental quanto da social no município pessoense. É importante perceber a contradição desse ambiente propício à “junção de sonhos e ideais”: pela qual ela conheceu outras pessoas, com trajetórias e experiências diversas, com expectativas em comum, etc; e foi também um espaço, apesar de não citado por ela, aonde práticas xenófobas foram realizadas contra sujeitos “de fora” que vieram trabalhar na UFPB.

No texto *Reacionarismo e Xenofobia na Paraíba: O caso da UFPB*, de Rubens Pinto Lyra (2016), percebemos que, paralelamente ao contexto de expansão universitária promovida pelo Reitor Lynaldo Cavalcanti, ocorreu uma campanha discriminatória àqueles “alienígenas”: os estrangeiros, que de acordo com a Coluna *Linha Direta* do Jornal *O Norte*, vinham “roubar” os empregos dos “legítimos” Paraibanos.

Num contexto de grave crise econômica e social no qual a Paraíba estava inserida, a campanha difamatória desqualificando os profissionais de outras regiões do país, tinha como objetivo central promover uma campanha aos setores que lutavam por uma redemocratização efetiva da Universidade. Na “contramão” dos setores conservadores e reacionários da UFPB, o “sangue novo” participou efetivamente da criação da ADUF-PB.

Nesse sentido, a coluna *Linha Direta*, ao caracterizá-los como: “estrangeiros”, “perigosos Alienígenas”, “vigaristas”, “hippies malcheirosas”, “desmunhecadas e bicharocas”, tinha como missão incentivar a permanência de práticas clientelistas que ainda eram utilizadas no ambiente universitário. Revestidos de uma “paraibanidade”, só nós, os “cabras machos”, “limpos e cheirosos” podiam abocanhar o emprego.

Sendo assim, cremos que o contexto descrito por Paula Frassinete (2016), também foi tortuoso, de estranhamento e de recusa por parte de alguns

setores da UFPB não apenas por suas novas ideias, mas também por ela ser pernambucana. Entrementes, é a partir do seu relato e do material produzido pela entidade em comemoração aos trinta anos, que vislumbramos a figura de outro sócio fundador, o Antônio Augusto de Almeida, que teve uma participação efetiva no período proposto para análise. Assim, historicizar sua vida colabora na elucidação de como o encontro de experiências individuais ajudou a fundar uma Associação de caráter social, coletivo e preservacionista.

Antônio Augusto de Almeida nasceu no ano de 1934, na cidade de Areia-PB, e formou-se em Engenharia Civil capacitando-se em técnico em Desenvolvimento Econômico, em 1958, pela Universidade Federal de Pernambuco. Antes de vir para João Pessoa, no início da década de 1970, teve algumas experiências sociais e profissionais que o ajudaram na formulação de iniciativas com a APAN.

Quando perguntado sobre outras experiências sociais e/ou políticas antes da APAN, Antônio Augusto (2016) certifica que participou intensamente do Partido Comunista Brasileiro – PCB, tendo atuado na escrita do *Jornal Terra Livre* a respeito da luta agrária:

E quando eu vim morar aqui como engenheiro, vim entrar contato com o pessoal daqui e militei muito no partido na época das Ligas Camponesas, eu participei de todo o movimento [...], a partir da morte de João Pedro Teixeira em mil novecentos e sessenta e dois, abril de sessenta e dois e foi quando mataram João Pedro.[...] Naquele tempo poucas pessoas tinham carro e eu engenheiro tinha uma Kombi velha e então o partido por conta disso dava muita tarefa, e eu gostava porque eu nasci no campo, eu sou Areiense, nasci em engenho de rapadura, né? E então o partido me dava as tarefas e todo final de semana eu ia para o campo com esse carro, com essa Kombi, e ia cheio de outros militantes[...] então eu participei de todos os eventos das Ligas Camponesas de abril de sessenta e dois até mil novecentos e sessenta e quatro quando houve o golpe, né? [...] não era um comunista assim “urbano”, de ações urbanas, eu era... minha atividade todinha no campo junto às ligas camponesas e já no final de sessenta e três [trecho inaudível] eu comprei uma máquina fotográfica e o partido me deu a missão de fazer as fotos dos movimentos e mandar uma reportagem, umas matérias que eu nunca fui jornalista e escrevia aquele negócio de qualquer jeito e mandava para o jornal do partido que era de São Paulo, da “luta agrária”, né? Que era o “Terra Livre”.

Após o Golpe Militar Antônio A. é preso, fica desempregado e incomunicável com familiares e parentes por cerca de um mês. De acordo com sua fala, na prisão não sofreu nenhuma tortura ou agressão física, porém, após a sua evasão, não militou mais em nenhum partido político, se tornando “prestista” após a saída de Prestes do PCB. Neste período, além dessa experiência social, percebemos que o depoente esteve sempre atento às questões do seu tempo, fosse na luta pela reforma agrária ou com uma sensibilidade perante quesitos ambientais:

Na minha vida, vamos dizer universitária, né? Eu era como você, universitário de Recife, estudante de Engenharia e saiu uma notícia assim que foi muito divulgada na época que não tinha televisão, só rádio e jornal, que tinha sido o Rio Tâmisa na Inglaterra que passa em Londres, em Oxford-Londres, tinha sido considerado oficialmente morto, né? Nisso mais ou menos em 1957³⁷ e aquilo me [trecho inaudível] o rio morreu, a gente tinha se acostumado com os rios do Nordeste que ficavam secos inteiramente no semiárido, ficavam secos inteiramente, mas quando chovia voltava à vida, né? Peixe com tudo, e o Rio Tâmisa, um rio tão importante ser considerado completamente morto. Bom, depois teve notícias ainda melhor já nos anos sessenta, daquelas intoxicações por resíduos de mercúrio né? Acumulados nos peixes e na baía de Minamata³⁸ no Japão, né.

Doravante os noticiários, ele acompanhou a degradação ambiental que vinha acontecendo pelo mundo, assim como as conferências ambientais que se iniciaram na década de 1970, como a conferência de Estocolmo, em 1972. Devido a sua formação acadêmica, é convidado em 1971 pelo prefeito Dorgival Terceiro Neto (mandato de 1971-1974), para ser Assessor de Planejamento em João Pessoa-PB:

O prefeito foi o Dr. Dorgival Terceiro Neto, né? E lá eu não fui Secretário, fui Assessor de Planejamento. Ele me deu “carta branca” para se fazer um plano na cidade de João Pessoa, uma espécie de plano diretor, físico. A cidade *estava* crescendo muito já naquele... Bom, o fato é que naquele momento [final da década de 1960 e início de 1970] João Pessoa disparou assim para crescer, o êxodo rural teve seu auge nos anos sessenta, né? Exatamente no momento por conta das questões do Estatuto da Terra, tinha havido a luta das Ligas Camponesas, né? Depois veio a Legislação, então os contingentes cada vez maiores da zona rural preferiram a cidade de João Pessoa, a cidade cresceu muito e muitos conjuntos habitacionais, né? Então por essa razão a Prefeitura queria fazer o plano, né? Bom, e esse plano nós fizemos e uma consultoria para nos ajudar a fazer e nos ensinar, digamos assim a fazer a o plano, o plano feito por uma equipe local, né?

³⁷ Fato realmente ocorrido em 1957.

³⁸ Fato descoberto em 1956, e que durara até os anos sessenta.

Apesar de Hermano Augusto assumir a Prefeitura em 1975, Antônio continuou como assessoramento até o ano de 1979. Segundo o mesmo, ainda não era um ambientalista, embora sensível às questões ambientais.³⁹ A construção dessa sensibilidade também se deu a partir de leituras e influenciáveis:

Olha, era mais a Legislação, né? A gente acompanhava, o que eu acompanhei muito assim mais já lendo indiretamente, por exemplo, aquilo que me referi à reunião de Estocolmo, você sabe que ela gerou um debate mundial grande, né? No meio científico e eu não tinha acesso direto a esse material em primeira mão. Quando eu pegava já era noticiado ou revistas que traduziam e publicavam uns artigos, né?[...] Ou, é... Autores brasileiros... Paulo Afonso⁴⁰, né? Ele veio aqui, fez palestras, é publicado e tinha livros dele sobre a questão ambiental. Então as minhas fontes eram mais nesse sentido, como eu disse a você não era como cientista para ter acesso à arquivos em primeira mão dessas coisas não! Eu já pegava a coisa na segunda mão, digamos, né? O material já traduzido, mas, eu acompanhei muito de perto esses debates sobre crescimento limitado aquilo foi assim que... teve a reunião de setenta e dois eu acho que até o final da década de setenta ainda se discutia essa questão, né? E como eu era Técnico em Planejamento eu olhava muito para esse lado, né? Esse aspecto do crescimento econômico com as restrições ambientais. Não se falava ainda de Desenvolvimento Sustentável, pois só foram lançados na ECO-92⁴¹ no Rio de Janeiro.

Portanto, suas experiências no PCB e sua luta pela Reforma Agrária, sua atuação como Assessor de Planejamento da cidade de João Pessoa - PB durante a década de 1970, além das influências de leitura, em especial das Legislações Ambientais e as de Paulo Afonso, colaboraram para a estruturação um sujeito sensibilizado por questões do meio ambiente. Isso permite afirmar que a preocupação se deu de forma processual, tendo sido foi construída.

Em 1979, convidado pelo Reitor Lynaldo Cavalcanti, Antônio Gustavo passa a dirigir a FUNAPE⁴², inserindo-se em um contexto no qual conheceu Paula Frassinete e o Doutor Lauro Pires Xavier.

³⁹ As próprias noções de “ambientalismo” e “socioambientalismo” estavam em formação.

⁴⁰ Referência a uma grande pensador brasileiro da questão ambiental.

⁴¹ Conferência do Meio Ambiente organizada pelas Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

⁴² “Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, com sede em João Pessoa-PB. É uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade Jurídica, instituída pela Universidade

Um importante parêntese precisa ser aberto aqui, pois os dois colaboradores, Paula e Antônio, frisam, enfaticamente, a importância de Lynaldo Cavalcanti. Em ambos os casos, tem o referido como um visionário permissivo à vivências diversas na união para a construção de uma Universidade e de uma sociedade melhor com vistas à educação.

Nós, enquanto pesquisadores de história, sabemos que não existe “homem à frente do seu tempo”, uma vez que, a partir da lição de Marc Bloch (2001), sabemos que todo sujeito é fruto do seu tempo, sendo capaz, e partindo de circunstâncias sociais peculiares, de mudar ou não o ambiente no qual está inserido.

Como todo sujeito que promove algumas mudanças e ganha status por seus feitos, a figura do Reitor Lynaldo Cavalcanti é bastante controversa e contraditória. Ele fora convidado por Ernesto Geisel, em 1976, para assumir a Reitoria da Universidade Federal da Paraíba – UFPB com mandato de quatro anos e com a missão de implementar, segundo Rocha Neto (2010), a introdução de inovadores temas acadêmicos para novos Cursos, e descentralizar a Universidade por meio de outros Campus no Estado da Paraíba. De acordo com o autor, Lynaldo promoveu a modernização acadêmica e administrativa a partir dos avanços e do:

Desenvolvimento da pós-graduação, como resultado dos esforços da CAPES⁴³, processo no qual desempenhou papel altamente relevante; profissionalização do magistério superior com a implantação do regime de dedicação exclusiva, condição indispensável à atividade de pesquisa; empenho para qualificação do pessoal, docentes e administrativos; superação do regime de cátedra, em favor do trabalho cooperativo ensejado pela organização departamental (ROCHA NETO, 2010, p. 101).

Além disso, ampliou o número de bibliotecas setoriais, atraiu docentes e especialistas de outros Centros e interiorizou o complexo de Campina Grande no

Federal da Paraíba, nos termos da escritura pública, de 29 de Agosto de 1976”. Mais informações: <<http://www.portalfunapepb.org/institucional/historia>>.

⁴³ A partir de 1976 a CAPES passou a avaliar os cursos de Pós-Graduação em todo o país. Com periódicas avaliações, tem o poder de determinar o fechamento de pós-graduações que apresentam notas baixas em seu coeficiente. Como desdobramento disso, a produção de artigos em revistas e livros, além de apresentação em congressos se tornou algo essencial dentro dessa lógica de produção de conhecimento para obtenção de bons resultados nas avaliações. Com isso, o que vemos de uns anos pra cá é um produtivismo exacerbado, com poucas exceções por parte de professores e alunos de pós, que muitas vezes “requeentam” suas produções sem trazer nada de novo, com o intuito apenas de preencher o Lattes. Para uma problematização acerca disso, consultar: “Pesquisador que só lattes não morde” em <http://www.adufcg.org.br/artigos>>.

Campus II com a criação dos Campis de Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Patos e Sousa, na Paraíba. No Campus I, de João Pessoa, institucionalizou diversos núcleos que facilitaram o desenvolvimento de pesquisas, tais como o Núcleo Experimental de Arquitetura e Urbanismo (NEAU), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Recursos do Mar (NEPREMAR) e o Núcleo de Pesquisa em Produtos Naturais (NPPN) (ROCHA NETO, 2010).

Entretanto, as mudanças promovidas por Lynaldo, estiveram no contexto de modificações educacionais promovidas pelo Regime Militar. Ou seja, ele não teria “inventado” nada, como tenta propor o historiador Rocha Neto em 2010, e ao mesmo tempo, nunca foi um sujeito que “bateu de frente com a Ditadura Militar”. Exemplo disso é sua nomeação pelo presidente Geisel, pois apesar do contexto de transição política, nunca um Governo Militar nomearia um reitor que estivesse vinculado à partidos, movimentos ou ideais de “esquerda”.⁴⁴

Apesar de tais contradições, é neste contexto que as experiências de Paula Frassinete, Antônio Augusto, Carlos Cartaxo e do Doutor Lauro Pires Xavier se cruzam. É no novo ambiente universitário, de mudanças culturais, de novas formas de mobilização, de relações de amizade, que esses indivíduos interagem e interpretam o mundo, aquém da heterogeneidade de suas histórias. Narrar estas vivências é relevante, levando em consideração que, como pregam Alonso, Costa e Maciel (2007):

Microcontextos de interação social, tais como instituições profissionais, grupos culturais e redes de amizade, nos quais cidadãos comuns se convertem em ativistas ambientalistas. A conexão entre ativistas é, antes de mais nada, uma interação sociocultural e pessoal, por meio da qual interpretações comuns, laços afetivos, lealdades comunitárias e o sentimento de pertencimento à grupos se constroem. Nesse processo, emergem identidades coletivas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 154-155).

⁴⁴ Os estudos sobre Lynaldo Cavalcanti como o do Rocha neto, para exemplificar, e as entrevistas dos próprios integrantes da APAN, trazem uma visão idealizada desse Reitor. Buscamos, minimamente, problematizá-la, algo que, a nosso ver, não se conseguiu com profundidade devido à falta de arcabouço bibliográfico sobre o tema.

Temos como exemplo aqui, o caso das narrativas de Paula Frassinete (2016) e de Antônio Augusto (2016), que foram formados pela UFPE e estavam atentos às indagações ambientais discutidas no Brasil e a nível mundial. Ademais, suas experiências voltadas ao social e às suas formações, serão importantes nas lutas promovidas pela APAN.

Desta forma, estes indivíduos pertenciam a uma mesma geração, tendo vivido os mesmos acontecimentos e consciência disso à época, ajudando-os a desenvolver perspectivas similares sobre determinados acontecimentos históricos. Essa conexão geracional propiciou uma participação prática por intermédio da Associação.

Com isso, quando essas experiências individuais se interligaram, com semelhanças e diferenças, as ações concretas e identidades coletivas passaram a se construir através da Entidade. Mas, afinal, quais eram os grupos sociais, os objetivos e as estratégias de mobilização naquele período? Essas respostas serão tratadas no tópico seguinte.

2.2 Grupos sociais, objetivos e estratégias de mobilização da APAN em João Pessoa-PB.

Após a fundação da APAN, em Areia, o professor Lauro Pires Xavier, que residia em João Pessoa-PB, decidiu criar a associação nessa capital Paraibana. Sobre a instituição, diz Frassinete (2016):

Imediatamente, nós, com o Doutor Lauro, trouxemos a ideia para cá [João Pessoa], não é?! Nós interagimos com os professores e alunos de Areia e foi criado um núcleo da APAN aqui em João Pessoa. Por que no nosso Estatuto há a preconização da criação de núcleos [...] que serão regidos pelo mesmo Estatuto, serão regidos pela Diretoria Central que é João Pessoa, mas, os núcleos tem total autonomia dentro do que rege o Estatuto para trabalhar com a questão ambiental [...] Então, a sede, a primeira salinha da APAN, ficava no Departamento Sistemático de Ecologia.

Sobre o mesmo acontecimento, Antônio Augusto (2016) relata:

A APAN fundada lá em Areia em setenta e oito, bom, mas e aí tinha pouca atividade e Dr. Lauro morava aqui, então resolveu criar a APAN aqui. [...] Como o centro de luta maior era aqui, acabou sendo criado o núcleo e acabou absorvendo, e o Dr. Lauro, já estava muito

velho e não ia para todos os lugares, bom aí é... outras lutas apareceram.

Lauro Pires Xavier ficou como Presidente de Honra e então a primeira Presidente foi Paula Frassinete. Desta forma, percebemos que a discussão ambiental na Paraíba surge dentro de um segmento social intelectualizado, tendo a Universidade Federal da Paraíba como instituição propulsora dos primeiros debates acerca do meio ambiente. Prova disso é que a fundação se dá após um Curso de Extensão no município de Areia, e a primeira sede em João Pessoa situou-se no Departamento de Ecologia da UFPB.

Na primeira instância, foi a partir de diálogos entre professores, artistas plásticos, profissionais da engenharia e da arquitetura, e no mais, estudantes universitários que as discussões ambientais ganharam espaço. Esses profissionais estavam atentos à discussão ambiental que acontecia tanto dentro, quanto fora do país, prova disso foi a influência dos debates nacionais e internacionais na própria fundação da APAN. Consoante Paula Frassinete (2016):

Nós nos criamos a partir da Associação Gaúcha de proteção ambiental, que era o Doutor Lutzenberger quem era o preconizador disso... Então foi com base na AGAPAN, com base no estatuto da AGAPAN que nós pedimos por empréstimo que a APAN foi criada. [...] Nessa década de 1970, tinha havido uma reunião da ONU de 72 em que se tratou da questão ambiental [...] por isso mesmo isso entusiasmou muito a juventude, nós tínhamos um número muito grande de estudantes na APAN, as pessoas começaram a despertar para a questão, a APAN enfatizou o trabalho de educação ambiental, trabalho este que nós fazíamos nas escolas de ensino formal, quer com cursos, ações, caminhadas, passeatas e atuações nas praças públicas para que a população absorvesse aquela discussão. [...] Nas escolas nós dávamos aulinhas e íamos à comemoração as datas ambientais: Dia da Terra, Dia da Água, o Dia Mundial do Meio Ambiente, dia cinco de Junho. Nunca deixamos de festejá-lo na rua, em algum lugar público, porque a nossa ideia era realmente... e está aí a missão da APAN: que é contribuir para a criação de uma consciência ecológica.

Nesse sentido, os sujeitos que participaram das ações neste período, foram:

[...] principalmente os alunos de Biologia, os professores que vieram do Departamento de Sistemática e Ecologia... tinha gente do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco [...]. No meio artístico

nós tínhamos principalmente artistas plásticos: Marlene Almeida, Flávio Tavares, Sandoval Fagundes, Hermano José Guedes, José Altino.

Destarte, os indivíduos que passaram a integrar a APAN, viram na entidade a oportunidade de participação política dentro do processo de redemocratização. Diante o quadro, surge com o objetivo de construir uma consciência contra a degradação ambiental principalmente através da educação e da atuação dos professores e alunos nas escolas, na universidade e nas ruas, se notabilizando por profissionais formados ou em formação que participavam de congressos e eventos nacionais sobre meio ambiente.

Por isso, é preciso abrir um parêntese para problematizar a afirmação categórica de Oliveira (2008), quando esse diz que, as organizações ambientalistas que emergem na década de 1970 possuem uma “origem social elevada”, pois “a maioria dos dirigentes das primeiras associações são filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juízes, de profissionais liberais, como advogados e engenheiros” (OLIVEIRA, 2008, p.759).

A composição social da APAN, neste caso, é bastante heterogênea, por isso, discordamos da ideia de “origem social elevada” proposta por Oliveira (2008) tendo em vista que a complexidade em caracterizar analiticamente um movimento, uma associação ou um partido político, não se reduz a uma abstração conceitual.

Para classificarmos os grupos sociais que compunham o nosso objeto de estudo, é preciso realizar um debate acerca de Classe Social⁴⁵. Devido à própria dificuldade em analisar a realidade social, o debate a respeito, é bastante tortuoso e polêmico. Traremos agora dois autores que inferimos oportunos a partir de várias leituras realizadas, e que podem nos ajudar na interpretação do dito.

O filósofo e sociólogo grego Nicos Poulantzas (1975), no livro *Poder Político e Classes Sociais*, afirmou que as relações de produção não se reduzem às relações econômicas. Assim, classificar um grupo social com base apenas do seu

⁴⁵ Sobre Classe social, as perspectivas de Karl Marx e Max Weber influenciaram as gerações posteriores que refletem acerca da temática.

lugar no modo de produção, sem levar em consideração o caráter do trabalho e das relações políticas e de ideologia, seria equívoco. Desta forma, discorda da tese que diz estar havendo uma fusão entre trabalhadores não-manuais/intelectuais e, a classe operária. Para ele, a principal consequência dessa asserção seria a perversidade “a longo prazo dos interesses próprios da classe operária, única classe revolucionária até o fim” (POULANTZAS, 1975, p.221).

Segundo essa concepção, o novo conjunto de assalariados (não manuais e não produtivos) pertenceria não a classe operária, mas, a pequena burguesia ou em termos atuais, a Classe Média, que teriam concepções, na concepção de Poulantzas (1975), baseadas no individualismo pequeno-burguês, na ideologia da ascensão social, na meritocracia e o mito do Estado protetor.

É importante ressaltar que tal ideia achava-se dentro de um contexto teórico e real, provido de significativa relevância. As décadas de 1960/70, nos países industrializados do Ocidente, podem ser caracterizadas como um período de releituras do Marxismo e da ascensão de uma “nova esquerda” devido aos crimes de Stalin denunciados à época. Ao mesmo tempo, tínhamos, gradativamente, o que Antunes (1995), chama de “desproletarização do trabalho industrial fabril”.

Entretanto, houve uma “expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços” (ANTUNES, 1995, p. 41). Neste caso, a *classe-que-vive-do-trabalho*, usando um termo do autor, se ampliou, pois, não apenas os trabalhadores fabris passam a fazer parte da classe trabalhadora, como também uma gama deles que vende sua força de trabalho:

Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

A partir das considerações expostas, concluímos o seguinte: muitos estudos que tratam sobre a temática do movimento ambientalista expõem que a bandeira da proteção ambiental era pertencente a uma Classe média, porém,

quando nos dispomos às narrativas dos nossos colaboradores, Paula Frassinete e Antônio Augusto, tal ideia, nos parece inconsistente.

Ora, se nos determos às influências intelectuais de Paula, Paulo Freire e Popper, por exemplo, mais a experiência de Antônio com o PCB e Reforma Agrária, somado ao caráter coletivo, educativo e preservacionista realizado pela Associação, por meio de sujeitos como eles, visualizamos, obviamente, que não se trata de indivíduos que acreditavam no individualismo ou no mito protetor do Estado. Ao contrário, suas falas se opõem a essa noção, seja através dos entraves que tiveram com os governos da época, seja no posicionamento coletivo que a APAN propôs.

Sendo assim, nem no modo de produção (pois eram assalariados) nem no modo de pensar, ideologicamente, estavam alinhados à burguesia. Não significa dizer, também, que os sujeitos citados ou mesmo a Entidade, pregavam a Revolução Socialista ou mudanças estruturais na sociedade. Iremos problematizar tal aspecto de maneira mais aprofundada na terceira parte do trabalho, através das lutas socioambientais proporcionadas pela APAN.

Desta forma, entendemos que os líderes do Movimento à época tinham posições progressistas⁴⁶ para o seu tempo, viviam do salário que ganhavam da Universidade, logo, se enquadrando na noção proposta por Antunes (1995), e não por Poulantzas (1975).

Entretanto, não obstante exprimir que pessoas de outras classes e movimentos sociais não participassem dos atos públicos ou fossem filiados à Associação, contudo, de acordo com jornais e relatos dos contribuintes os filiados e participantes eram formados em diferentes campos do conhecimento: Biologia, Arquitetura, Engenharia, Artes Plásticas, História, Geografia, Direito; ou que participavam de outros movimentos, como o Movimento Negro e o Partido dos Trabalhadores.

Entendemos que os sujeitos envolvidos não eram operários, mas, faziam parte desta nova proletarização que estava em curso também no Brasil: do trabalho não manual, intelectualizado e assalariado. Foram os pertencentes a esses grupos

⁴⁶ Ou seja: favorável às mudanças, neste caso, sociais e culturais.

sociais, que elaboraram estratégias de mobilização com o objetivo de construir uma consciência ambiental/social no município de João Pessoa, na Paraíba:

Nunca em nosso país o Movimento Ambientalista foi um movimento puramente ambientalista. O ambientalismo parte, principalmente por pessoas de “esquerda” né... [...] Então os Movimentos todos tinham esse viés de discutir o modelo de desenvolvimento, então obviamente que a destruição do Meio Ambiente está intimamente ligada, ainda hoje ao modelo de desenvolvimento que infelizmente não mudou muito. Matriz energética: petróleo. Então há luta à guerra no mundo pela obtenção do petróleo. Onde não havia petróleo se roubava, se guerreava até submeter aquele país, isso aconteceu sempre! E aí, a discussão se fazia nesse sentido, no sentido de se buscar com que as pessoas voltassem os seus comportamentos, avaliassem os seus comportamentos. Lembro muito que algumas vezes saía na Imprensa dos nossos críticos da luta ambiental, é que: primeiro éramos românticos, que éramos loucos e que não tínhamos o que fazer, e que queríamos voltar à “Idade da pedra”. Então, as pessoas que seguiam o modelo econômico nunca conseguiram entender que ninguém estava contra o desenvolvimento, mas, à forma que esse desenvolvimento se fazia.

Este relato de Paula Frassinete (2016) é importantíssimo, pois no terceiro capítulo veremos que as propostas contra a atividade baleeira e contra os Espigões na Orla, não foram puramente ambientais. Além das alternativas sociais, o grupo tinha o intuito de instruir novos comportamentos, sensibilidades assim como uma cultura voltada para a preservação da natureza e para uma nova qualidade de vida. A crítica ao desenvolvimento econômico do período se unia a tentativa de despertar o interesse dos indivíduos na luta por transformações na sociedade. Mas, como conseguir isto? Quais as estratégias que o grupo utilizou para tal?

Bem, como vimos os Movimentos em torno da questão ambiental no Brasil durante a década de 1970, surgiu a partir de uma reconfiguração política em que novas formas de organização e de interação social se abrem devido o processo de redemocratização. Assim, novos espaços de confronto e negociação foram utilizados para conseguir os objetivos propostos.

Nesse contexto, conseguimos através das entrevistas orais e dos jornais de época, localizar quais os subterfúgios usados em dado período. A priori,

para Frassinete (2016), a melhoria de vida da população pessoense, se daria através de três formas. Primeiro:

A gente era puramente educacional. Nós tínhamos uma atividade muito forte na Educação [...]. Os professores da Universidade participavam com seus trabalhos, com seus dados e palestras [...]. A barreira do Cabo Branco foi muitas vezes discutida no curso de Arquitetura da UNIPÊ e da UFPB, nós sempre estávamos discutindo no IFPB... na Escola técnica nós íamos muito discutir a questão ambiental [...] ...havia um programa lá feito pelo professor Rômulo Gondim que era Coordenador de Curso, eram as quartas sociais, essas quartas sociais aconteciam à tarde no segundo horário do turno da tarde nas quartas- feiras depois do lanche dos meninos, e o auditório ficava repleto quando a discussão era ambiental. Então, era a construção de uma consciência ecológica que se fez dentro das escolas em todos os níveis de ensino. A APAN sempre fez palestras, debates, dentro das escolas com os alunos das escolas do Jardim de Infância à Universidade. Cada problema que havia na nossa comunidade nós estávamos nas escolas discutindo.

Segundo:

Na realidade nós nunca tivemos poder de polícia, nós não podíamos prender ninguém porque estava fazendo agressão ambiental, mas nós podíamos sim, encaminhar aos Órgãos competentes as denúncias. Já tínhamos uma Legislação muito boa a essa altura, o Código Florestal, inclusive, que é de 1965. E essa era também uma prática muito forte da APAN usar a Legislação, as pessoas até pensavam que tinha muito advogado na APAN, que eu era advogada, que fulano era advogado... por quê? Porque todas as nossas petições elas não deixavam de ter o Capítulo e o Artigo da Legislação que estava sendo infringida como pano de fundo, como fundamentação para a solicitação das providências cabíveis [...]. Então, ao acionar os Órgãos competentes, eles faziam a Audiência pública e a cada denúncia que a APAN fazia eram chamados à APAN, o infrator, outras entidades e os advogados.

Em terceiro lugar:

Usava muitíssimo a Imprensa, a imprensa era muito aberta para APAN, sempre o foi, com uma discussão nova, uma discussão qualificada, uma discussão em que as pessoas estavam sempre à disposição da imprensa, obviamente, por que era uma ajuda que a gente não tinha como buscá-la a dinheiro, nós só podíamos tê-la se fosse de uma forma espontânea. Aí nós éramos notícia, a APAN era notícia, então o uso da imprensa para o chamamento era fundamental: emissoras de rádio, programas de debate, que nessa época já os havia bastante, nós usávamos muito [...] jornais

escritos... Então *O Norte*, *A União*, e *O Correio da Paraíba* sempre foram parceiros fundamentais nesta luta.

Assim, a partir dos relatos de Paula, entendemos que para conscientizar a população da degradação ambiental na cidade, havia a necessidade de um trabalho de educação nas Escolas, Institutos Federais e na Universidade, além de um debate que era feito também através dos jornais escritos e da televisão, que nesse caso, tinha um alcance maior de público. Infelizmente esse material que era usado nas escolas, se perdeu, e não pudemos ter acesso a eles, o que seria uma fonte riquíssima para a pesquisa.

Então, para negociar com o Estado, petições feitas por advogados, foram de extrema importância para confrontar os que estavam infringindo alguma Lei municipal ou estadual. Isto significa que tanto para o trabalho de conscientização como para a negociação com o Estado e seus administradores, foi necessária a atuação de indivíduos com alguma formação para poder dialogar com outros segmentos da sociedade. No entanto, esse trabalho não se deu somente dessas três formas. O acesso aos jornais de época nos deixam a par de outras estratégias que consentem com os relatos, que também abre outros leques de informações cruciais.

O Senso comum⁴⁷ contemporâneo tem no jornal escrito, televisivo ou radiofônico, a fonte de verdade absoluta e que não pode ser questionada. Inúmeras vezes escutamos a frase: “Passou no jornal, então é verdade”. Entretanto, na cultura historiográfica do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a percepção sobre os jornais à época escrita, eram que estavam permeados de interesses, compromissos e paixões, e com isso, a escrita da História que buscava a verdade dos fatos, não podia ter uma fonte tão “subjetiva” e “distorcida”.

Uma das vertentes que promoveu mudanças no fazer historiográfico, foi a Geração dos Annales ao trazer novas abordagens, objetos e problemas para o

⁴⁷“Na Filosofia romana e posteriormente no ‘pensamento moderno’, significa o conjunto de opiniões, ideias e concepções que, prevalecendo em um determinado contexto social, se impõe como naturais e necessárias, não evocando reflexões ou questionamentos; consenso”. Dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 2007.

trabalho do pesquisador. Desse modo, as fontes históricas não são mais as “fontes da verdade absoluta”, mas algo que possui uma intencionalidade, que serve para instruir e iluminar o historiador, e por isso mesmo deve ser analisada e criticada por esse.

No caso aqui descrito, o cruzamento entre os textos jornalísticos, as entrevistas orais e as bibliografias sobre a temática, nos faz entender de quais formas que a APAN lançou mão para divulgar suas ideias ambientais e negociar com os governantes uma Legislação voltada para o meio ambiente. Acerca disso, o *Jornal Correio da Paraíba*, no dia 15 de Fevereiro de 1981, publicou:

As manifestações de protesto de artistas, intelectuais, e entidades que congregam diversas categorias profissionais pessoenses contra a construção dos chamados “espigões” na orla marítima, terão prosseguimento amanhã, às 18h, com a realização de um show na Feirinha de Tambaú, onde além de música, seus organizadores distribuirão panfletos com os presentes. Já no próximo dia 23, os manifestantes pretendem recuperar um painel que haviam pintado em um dos muros da praia de Tambaú e que foi coberto com cal branco, há cerca de 15 (quinze) dias. Nele existiam inscrições exigindo a revogação de decreto estadual que permitiu, a partir de modificação em Legislação anterior, a construção de edifícios em locais onde antes era proibido. A programação de eventos com essa finalidade prossegue dia 28 deste mês, com nova manifestação no Hotel Globo. Lá se apresentarão cantores, atores, escritores e violeiros [...]. Sexta-feira da próxima semana, a APAN fará a entrega de uma procuração a dois advogados para que encaminhem uma ação popular contra a construção dos “espigões”⁴⁸.

O *Jornal O Norte*, em 25 de Janeiro de 1986, tornou público:

Um manifesto em defesa da preservação da orla marítima da Paraíba ocorrerá entre o grande público que estará presente no show da Blitz – 3ª feira próxima, à noite, no Ginásio de Esportes do Clube Astréa. De acordo com entendimentos mantidos ontem por representantes dos grupos locais de ecologia com os promotores do espetáculo.

Na semana passada, durante sua apresentação no Astréa, o compositor Giberto Gil chegou a interromper seu show para fazer um pronunciamento de cinco minutos contra a “invasão dos Espigões” em Tambaú e outras praias paraibanas, dizendo que essa não seria a melhor maneira de desenvolver o turismo local, como uma “opção

⁴⁸ Contra os Espigões Ecologistas reiniciam manifestações amanhã. *Correio da Paraíba*, 15 de Fevereiro de 1981.

diferente no Nordeste”. Posição semelhante havia sido tomada em apresentação no Espaço Cultural, por Alceu Valença. Tanto Gil como Alceu assinaram um documento contrário à construção dos chamados “espigões” na orla paraibana.⁴⁹

A partir dessas duas reportagens podemos identificar: 1) os segmentos da sociedade pessoense que participavam de atos públicos; o que vai de encontro ao narrado anteriormente por Paula Frassinete (2016); 2) a manifestação em frente ao Hotel como estratégia direta para pressionar a revogação do Decreto que passou a permitir a construção dos espigões; 3) a entrega de panfletos com os argumentos em defesa da Orla Marítima; 4) além do subterfúgio dos abaixo-assinados nos shows que congregavam grandes públicos, a saber: Blitz, Gilberto Gil e Alceu Valença⁵⁰.

Somado a isso, os integrantes da APAN tinham como estratégia o diálogo com os artistas antes de começar o espetáculo, então, não foi por acaso que Gilberto Gil parou o show e fez comentário em defesa da Orla marítima. Nos bastidores, integrantes da APAN explicavam suas ideias e propostas, além de argumentar sobre suas esperanças e lutas ocorridas na cidade. Esse procedimento foi usado durante a década de 1980 com Gilberto Gil, Alceu Valença e Paulinho da Viola, ícones da Música brasileira.

Neste sentido, a partir de interlocutores conhecidos da população, a APAN conseguia congrega e divulgar suas sugestões. Todavia, a propagação não se dava apenas com os artistas da “grande mídia”, tendo em vista que artistas locais também apoiavam a Entidade. De acordo com Paula Frassinete (2016):

Há um grupo interessantíssimo que participou disso, era o grupo Suspensório, era um grupo de teatro de rua, então eles fizeram uma peça baseada na questão dos espigões, e nós demos a eles, a Legislação, etc. Participavam com esse teatro na rodoviária, no ponto sem réis, nas praias, em todo canto. Foi Carlos Cartaxo que era o mentor dessa coisa toda, o grupo todo do suspensório⁵¹, o grupo de

⁴⁹ Blitz manifestará no show de 3ª, em defesa da Orla Marítima. Jornal *O Norte*, 25 de Janeiro de 1986.

⁵⁰ Aqui fazemos o entroncamento entre fontes oralizadas e escritos jornalísticos. Como proposto na Introdução do trabalho.

⁵¹ “O grupo de Teatro Suspensório é uma associação privada de João Pessoa-PB, fundada em 10 de Junho de 1984. Suas principais atividades são em defesa das causas sociais”. Mais

teatro se chamava Suspensório, foi maravilhoso esse grupo. Então esses artistas também se envolveram nessas questões, os outros artistas iam cantar, fazer seus shows, quando fazia o show falavam na questão dos espigões.

Carlos Cartaxo era filiado à Associação e membro do Teatro Suspensório, e segundo seus relatos de Paula, existia uma parceria importante entre os dois segmentos que culminara na peça “O Espigão Gaiato”⁵², que fora encenada em vários pontos da cidade de João Pessoa-PB e “narra a possibilidade da especulação imobiliária fazer do litoral paraibano paredões de concreto e da praia, depósitos de esgoto”. Consoante Cartaxo (2016), sua motivação em escrever e dirigir a peça foi a oportunidade de participação política à época através da encenação artística, e da própria APAN. Ao lembrar esse período, diz:

A encenação de “O Espigão Gaiato” foi pensada como espetáculo de rua. A concepção cênica teve como base o Movimento Surrealista, e as personagens foram construídas com diferentes estruturas dramáticas. Vai do Espigão, personagens que representam à construção civil, ao esgoto e à baleia. O texto, de minha autoria, é uma comédia, o que torna o espetáculo hilário. As dezenas de apresentações aconteceram por toda cidade de João Pessoa, da rodoviária à Universidade Federal, passando pela praia. O espetáculo se apresentou também em um Encontro Nacional de Ecologia em Cabralia, sul da Bahia; e na missa do Velho Chico no Juazeiro da Bahia. Como reflexo e continuidade do “Espigão” montamos “O tico-tico cantador”, espetáculo infantil que questionava a prisão de pássaros. Nosso movimento cultural formou muitos intérpretes e envolveu muitos simpatizantes e defensores da causa em defesa do Meio Ambiente.

Carlos Cartaxo era integrante e diretor do grupo de teatro amador *Suspensório Produções artísticas*. O grupo era formado por jovens universitários que viam no teatro a possibilidade de educar e formar cidadãos. No Livro *Teatro de Atitudes*, de (2005), o autor afirma que as influências do teatro Político de Erwin Piscator, do teatro Didático de Bertolt Brecht e do teatro do Oprimido de Augusto Boal, foram importantes na construção de uma peça de rua que não tinha o objetivo

informações:<<http://www.ufpb.br/content/espetaulo-marca-os-30-anos-do-grupo-suspensorio-producoes-artisticas>>.

⁵² Escrita em 1986, a peça está contida no livro “*Teatro de Atitudes*” feito também por Carlos Cartaxo, em 2005.

apenas de entreter, mas de provocar reflexões e denunciar o avanço e as consequências da especulação imobiliária na capital paraibana.

Sendo assim, as questões ambientais envolviam outros grupos sociais/culturais da cidade, pois através de parcerias com músicos, artistas locais e outras entidades, as manifestações ganhavam cada vez mais um número maior de adeptos. Paula Frassinete, presidente da APAN no período em que estamos analisando, era também participante de outros movimentos sociais, como o Movimento Negro, e do Sindicato dos Professores da UFPB (atuando na diretoria nos anos finais de 1970), além disso, na década de 1980 filiou-se ao PT - Partido dos Trabalhadores.

Embasados por conversas tidas com o sócio fundador Antônio Augusto de Almeida, essa articulação que a então presidente da Associação tinha com outros Movimentos sociais foi de suma importância para a articulação política e social, principalmente, nos anos pós-fundação e durante a Constituinte Estadual em 1989. Essas junções são evidenciadas nos relatos de Frassinete (2016) e nos jornais da época. Quando questionada sobre as parcerias da APAN naquele período, ela comenta:

Com movimentos sociais, com partidos políticos nunca! E como era nossa parceria com outras entidades? Elas participavam das atividades da APAN, quando aconteciam movimentos de rua [...]. Então a APAN ia ao Sindicato dos Professores, às livrarias... A Livro Sete, por exemplo, o Sebo Cultural, ajudou muito a APAN... e qual a ajuda que a gente pedia a esses segmentos? Cartazes, panfletos, faixas, nunca dinheiro! Nós nunca recebemos dinheiro, nós não queríamos dinheiro. Então isso garantiu né, a todos nós um grande respeito pela entidade. Esses eram os ajudantes... os Artistas Plásticos como eu já falei, e os artistas... os cantores, os músicos: Milton Dornelas, Adeilto, Pedro Osmar, Paulo Ró, Vital Farias [...]. Então, o importante, o interessante, era que evento ia acontecer daqui há dez dias, você podia chamar na véspera que os artistas se disponibilizavam a ir. Chico Viola é outro artista que sempre esteve conosco, e por isso que nós sempre juntávamos muita gente nos nossos grupos, nos nossos eventos, por isso: porque era um evento de discussão política, político ecológico né, porque obviamente que a gente responsabilizava outros Órgãos e os gestores que eram

coniventes com aquilo, coniventes com a degradação, e nisso a gente foi muito enfático, muito duro.⁵³

Em entrevista concedida ao jornal *o Norte*, em 30 de novembro de 1985, Paula Frassinete chama a atenção para a necessidade de envolver todos os segmentos da sociedade pessoense, para impedir a revogação do Decreto que permitiria a construção dos Espigões na orla marítima da cidade. De acordo com a matéria, a reunião foi realizada na casa da Artista Plástica Marlene Almeida e contou com:

Representantes de diversas entidades que integram o Comitê [em defesa da orla], como a Associação de Arquitetos, Associação de Artistas Plásticos, Associação dos Docentes da UFPB, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, Associação Paraibana de Imprensa, Partido dos Trabalhadores, Departamento de Artes e Comunicação da UFPB, Associação dos Psicólogos, Associação dos Arte-Educadores, Instituto dos Arquitetos, Associação Paraibana Amigos da Natureza, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, além do professor Natanael Roh, da atriz Edneide Arruda, a Artista Plástica Rorô de Sá, o engenheiro Jairo Silveira, o jornalista Chico Noronha e o professor Hermano José.⁵⁴

Significa dizer que a APAN não era isolada nas discussões ambientais, pois a luta contra os Espigões, por exemplo, foi discutida por outras entidades, tendo no Comitê em defesa da Orla um exemplo significativo de participação entre sujeitos e associações. Contudo, acreditamos que quem instigava a discussão ambiental era a Entidade ambientalista. Prova disso foi a reunião realizada na residência de Marlene Almeida, membro da APAN, mais a lista de entrevistados na Matéria: Paula Frassinete e Creginaldo Silva, também membros do segmento.

Se não existia uma parceria direta da Associação, com Partidos Políticos, nota-se aqui e em outras matérias jornalísticas, que o Partido dos Trabalhadores esteve atento à muitas discussões ambientais que ocorreram no período. Além disso, percebemos que a filiação de Paula ao PT, por volta de 1983/1984, ajudou na articulação com outras entidades e pessoas para participarem

⁵³ Ela cita, ainda, um movimento muito forte durante a década de 1980 contra as barracas na praia, aonde a participação do Movimento Negro, do Movimento Feminista e de Associações de Moradores, foi, segundo a mesma, de suma importância.

⁵⁴ Movimento quer impedir revogação. Jornal *o Norte*, em 30 de Novembro de 1985.

de atos públicos, passeatas, discussões, reuniões e panfletagens, organizadas pela APAN.

Frisamos ainda, a estratégia de fazer uso de eventos culturais como forma de agregar um número maior de adeptos às passeatas e aos eventos públicos. De acordo com relatos e matérias jornalísticas, quase sempre o feito proposto terminava com shows musicais, tendo a participação de artistas locais como marca preponderante.

Como foi dito, os protestos de rua foram muito usados pela APAN, para tal, os cartazes eram confeccionados e/ou doados por livrarias, como a *Livro Sete* e o *Sebo Cultural*. E, geralmente, os membros faziam uma caminhada até a chegada de um espaço estratégico para a finalização do ato. As ações eram noticiadas pelos jornais da época. No jornal *O Norte*, em 21 de Julho de 1985, houve a seguinte publicação:

Grupos conservacionistas da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte realizaram manifestação, ontem, durante quatro horas, no Parque Sólon de Lucena, contra o reinício da temporada de caça às baleias. A Associação dos Amigos da Natureza (Apan) viu, no Movimento, “uma vigília fúnebre pelas baleias que, desde a última madrugada estão sendo mortas”, como explicou Paula Lins Duarte, professora e secretária da Apan. Os protestos deram-se através de discursos, cartazes e faixas, que quebraram a monotonia de sábado na Lagoa. Um dos cartazes mostrava o desenho de um Japonês e a inscrição: “Bareia dá lucro, não?”, numa clara referência ao capital japonês que constitui a Companhia de Pesca Norte do Brasil (Copesbra), única a explorar a atividade no país⁵⁵.

A respeito do mesmo fato, o Jornal *Correio*, em 21 de Julho de 1985, publicou:

“As baleias que aqui são capturadas, estão ameaçadas de extinção. Poucas informações científicas existem sobre a dinâmica das baleias: migração, taxa de natalidade e outros parâmetros ecológicos; o alto índice de mortalidade existente, até 1980 foram mortas 10.812 baleias – 53 por cento das baleias mortas na Paraíba são fêmeas e 53 por cento estão prenhas”. Esse é o início de uma manifesto de protesto contra o reinício da captura de baleia que começou, ontem, na Praia de Costinha, em Cabedelo. A manifestação foi feita, ontem, na frente do Prédio da Loja Mesbla, na

⁵⁵ Reinício da caça às baleias motiva protestos na Lagoa. Jornal *O Norte*, 21 de Julho de 1985.

Lagoa, com a coordenação da Associação Paraibana Amigos da Natureza. A manifestação contou com a participação de representantes de oito entidades de Pernambuco, oito de São Paulo, Porto Alegre, Ceará e várias entidades da Paraíba que lutam em defesa da preservação da Baleia. A Paraíba é o único Estado do Brasil onde se faz a pesca da Baleia⁵⁶

Deste modo, as manifestações com cartazes, alto-falantes e panfletos, tinham como objetivo alertar a população acerca da degradação ambiental, tendo como intuito maior educar sobre os problemas advindos, nesse caso, da caça à baleia.

Sendo assim, fica evidente o caráter social da entidade Apan, levando em consideração que através da estratégia direta “corpo a corpo”, divulgavam suas propostas, criticavam empresas, governantes e atividades econômicas. Assim, as intervenções não eram apenas por meio das denúncias ao Ministério Público, Órgãos competentes ou da Imprensa. No contexto de grande efervescência social no qual Brasil e Paraíba estavam inseridos, os atos de rua também foram importantes.

Mas, além das mobilizações no campo social, a interação com os governantes também foi acatada. Vejamos alguns noticiários. Em matéria do jornal *O Norte* de 14 de janeiro de 1982, lia-se:

O movimento ecológico pedirá aos deputados do PDS e do PMDB que, através de lei complementar ou lei ordinária⁵⁷, sejam regulamentados os dispositivos constitucionais que preservam a orla como querem o IPHAEP e o conselho estadual de Cultura.⁵⁸

Em 25 de janeiro de 1986, o jornal *Correio* publica:

Dezesseis entidades paraibanas enviaram ontem, ao presidente José Sarney, um telex protestando contra o procedimento do governador

⁵⁶ Na Lagoa, protesto contra o reinício da Pesca da Baleia. Jornal *Correio*, 21 de Julho de 1985.

⁵⁷ No Direito, a Lei Complementar é uma lei que tem como propósito suplementar, explicar, adicionar algo à Constituição. Ela diferencia-se da Lei Ordinária desde o quorum para sua formação, esta, por sua vez, exige apenas maioria simples de votos para ser aceita, enquanto que a primeira, maioria absoluta. Mais informações em: <<http://saraiva13.blogspot.com.br>>.

⁵⁸ Deputados podem se unir. *O Norte*, 14 de Fevereiro de 1982.

do Estado⁵⁹ ao revogar os decretos que disciplinavam as construções na orla marítima de João Pessoa. Denunciam, na mensagem que também foi remetida às principais autoridades do país (ministros e parlamentares), que ao assinar o novo decreto, o governador “ouviu apenas o apelo de grupos econômicos interessados na especulação imobiliária”.⁶⁰

No dia 28 de Janeiro de 1987, por sua vez, a matéria publicada no *Jornal A União*, trazia:

Garantir a manutenção dos artigos 164 ao 167⁶¹ da Constituição Estadual que regula sobre a preservação e fundamentação ambiental, existente na Paraíba, normalização ocupacional racional da Orla Marítima, bem como reeditar os decretos 9.482 e 9.483⁶² que dispõem sobre a preservação da defesa da Orla (tombamento do Cabo Branco). Essas são as principais reivindicações contidas no documento que será entregue ao governador eleito Tarcísio Burity, por representantes de entidades que lutam em defesa do patrimônio ecológico cultural do Estado. Paula Frassinete, bióloga e secretária da Associação Paraibana Amigos da Natureza – APAN, disse que a finalidade do documento é pedir maior ênfase às preservações ecológico-culturais do Estado, uma vez que estão completamente abandonados e não contam com o apoio dos Órgãos competentes.⁶³

Para analisar as matérias jornalísticas é necessário contextualizar a segunda fase de transição (1982-1985), à democracia, que teve início com as eleições dos governadores estaduais a partir do voto popular.

Problematizando esta etapa, vemos que a liberalização, apesar do seu aparente caráter libertário, foi regida e tutelada por ações e estratégias do Poder

⁵⁹ Referência ao Governador Wilson Leite Braga (PDS), eleito com mandato de 15 de março de 1983 a 14 de maio de 1986.

⁶⁰ A reação contra os Espigões: Entidades denunciam o ato de Braga a Sarney. *Jornal O Correio*, 25 de Janeiro de 1986.

⁶¹ No artigo 164 da Emenda Constitucional nº 01 de 1970, no governo de João Agripino dizia: “Artigo 164 – é vedada a concessão da licença para construção de prédio com mais de dois pavimentos, na avenida da orla marítima. Desde a praia da Penha (Sul) até a Praia Formosa (Norte).

⁶² Em 1982 o governador Tarcísio Burity resolveu ampliar o controle estadual sobre a urbanização da orla marítima paraibana e para isso assinou em 10 de Maio os decretos que estabeleciam: Artigo 1º – Os projetos de urbanização, loteamentos, construções ou outras modificações, que venham a ser executadas na orla marítima, em áreas compreendida entre 300 e 500 metros, ficarão, sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP.

Artigo 2º – O Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, disporá sobre a classificação das áreas consideradas de importância para efeito do que dispõe este decreto (MOREIRA, 2006, p. 63).

⁶³ Ecologistas fazem reivindicações à Burity. *Jornal A União*, 28 de Janeiro de 1987.

Executivo com o intuito de frear qualquer avanço da oposição, resguardando o Estado de Segurança Nacional através do controle do Senado e do Colégio Eleitoral, escolhendo, em 1984, o sucessor do Presidente Figueiredo.

De acordo com Maria Helena M. Alves (1984), em 25 de novembro de 1981⁶⁴ o presidente Figueiredo lançou um “pacote eleitoral” visando garantir a vitória do PDS nas eleições estaduais. As reformas incluíam:

1. Proibição de coalizões para escolha de candidatos aos governos dos Estados. Um dispositivo exigia que cada partido apresentasse candidatos a todos os cargos em disputa em cada município. Caso não conseguisse, o partido não teria seu nome inscrito na cédula para qualquer dos cargos, naquele município. Este dispositivo forçou os partidos de oposição que já iam adiantados em suas negociações para formar coalizões na disputa pelos governos dos Estados a apresentar candidatos diferentes, competindo entre si. 2. Um sistema pelo qual o eleitor seria forçado a escolher candidatos do mesmo partido para todos e cada um dos níveis de apresentação – vereador a governador. 3. Uma norma segundo a qual qualquer candidato só poderia renunciar a sua candidatura se seu partido se retirasse das eleições. Impedia-se, assim, que candidatos de oposição desistissem pouco antes das eleições para apoiar outros candidatos de oposição (ALVES, 1984, p. 281).

Estas medidas fortaleceram o PDS nas Assembleias Estaduais, nas Câmaras Municipais e no Congresso Nacional. Além disso, com a imposição do voto a um só partido, os candidatos mais conhecidos e de partidos maiores ficaram favorecidos. Assim, apesar do pluripartidarismo já existente, as disputas eleitorais, em grande parte tiveram caráter bipartidário, tendo no PDS e no PMDB a “preferência” dos eleitores.

Apesar de toda contrariedade no processo democrático, estas referências, assim como a matéria de 1982, deixam evidentes dois aspectos: primeiro, o novo mecanismo que podia ser utilizado pelos movimentos sociais e que foi usado pela APAN: o diálogo direto com os parlamentares lançando propostas para a sociedade. Se naquele momento a causa ambiental ainda não era tão debatida pelos políticos, pelo menos existiu a construção de um debate entre a

⁶⁴ Isto é, um ano antes das Eleições estaduais que estavam marcadas para 15 de Novembro de 1982.

APAN e os parlamentares, algo impensado durante a ditadura militar. O segundo aspecto diz respeito ao pacote eleitoral do ano anterior, que teve consequências em nosso estado a partir da bifurcação eleitoral entre PDS e PMDB.

No entanto, a ideia de pressionar os deputados para emendar a Constituição, via Lei Complementar ou Ordinária, e assim preservar a Orla, nos parece pouco consistente. Pois, em novembro de 1981, o presidente Figueiredo modificou o processo emendativo da Constituição. O novo Projeto de Lei, deliberado em regime de urgência, tinha como “principal dispositivo do novo projeto a exigência de maioria de dois terços do congresso Federal para aprovação de qualquer emenda constitucional” (ALVES, 1984, p. 282).

Sendo assim, apesar da comunicação com os parlamentares não ter tido nenhuma resposta prática, entendemos que nesta fase inicial isto foi importante como ponto de partida no que se refere à estratégia de mobilização através do diálogo político promovido pela Associação. Essa elaboração em torno do debate político se intensificou durante a década de 1980 e ganhará, como veremos no terceiro capítulo, uma intensidade maior com a discussão para a Constituinte Estadual de 1989. Antes disso, porém, a entidade já promovia o debate de denunciar, às autoridades, modificações na Legislação sem a devida discussão com os segmentos da sociedade pessoense. Isto fica evidente na matéria de 1986: “que ao assinar o novo decreto, o governador ouviu apenas o apelo de grupos econômicos interessados na especulação imobiliária”.

Esta delação foi feita ao presidente José Sarney⁶⁵ no contexto político da chamada Nova República, e foi ato comum das entidades que formaram um comitê em defesa da Orla Marítima de João Pessoa-PB. Tinham como objetivo impedir a

⁶⁵ Tancredo Neves, que foi eleito de forma indireta, faleceu antes de tomar posse, tendo seu vice-presidente José Sarney, assumindo o mandato de presidente do Brasil (1985-1990). Sobre este ocorrido, o historiador Marcos Napolitano (2014) explica: “Tancredo caiu gravemente enfermo e foi internado antes de tomar posse. O que fazer? Como empossar o vice, José Sarney, se o cabeça de chapa não estava apto para tomar posse do Cargo? A rigor, a opção constitucional era Ulysses Guimarães, presidente da Câmara. Mas o veto de Leonardo Pires, comandante do III Exército, importante aliado de Tancredo, fez com que Ulysses abrisse mão. Outra faceta do drama era que Figueiredo tinha questões pessoais contra Sarney, a quem julgava traidor e não queria dar-lhe posse. Mas assim como Ulysses abriu mão de uma prerrogativa constitucional, o presidente abriu mão das

anulação do artigo 164 e do decreto do governador Tarcísio Burity (PMDB), antecessor de Wilson Braga (PDS), que protegiam a orla contra a especulação imobiliária e conseqüentemente a construção de grandes prédios na Avenida da Orla.

Diante dessas considerações, algumas conclusões do capítulo, podem ser feitas. Em primeiro lugar, reforçar que a APAN esteve dentro do contexto de mudanças políticas, sociais e culturais da sociedade brasileira da época. Neste quadro, tal Associação surgiu a partir do cruzamento de experiências individuais e por sujeitos que estavam atentos às discussões ambientais do período. Desse modo, a APAN era constituída por estudantes e por pessoas de formação universitária que possuíam renda acima da média, capacidade de articulação com outros movimentos sociais e acesso aos meios de comunicação de massa, como rádio, televisão, e principalmente jornais.

Gradativamente a percepção sobre a degradação ambiental aumenta e por isso estratégias políticas foram utilizadas para denunciar o fato. As entrevistas nos mostraram que os líderes da APAN tiveram tanto integrantes com uma rápida e traumática passagem pelo movimento de Esquerda da década de 1960, quanto outros que por motivos diversos no que concerne às relações sociais não tiveram uma experiência política forte. Porém, em ambos os casos, tiveram na APAN a oportunidade de agir politicamente na cidade de João Pessoa-PB.

Nesse contexto, nossos cooperadores passam a rememorar as primeiras experiências no Movimento, o que significa também, as primeiras experiências da luta coletiva em prol da conservação socioambiental. Dessa questão iremos tratar no respectivo item.

suas idiossincrasias, saindo pela porta dos fundos no dia da posse proferindo uma frase que, paradoxalmente, entrou para a história: Me esqueçam!” (NAPOLITANO, 2014, p. 311).

2.3 Rememorando as primeiras experiências

*A natureza está clamando/ De tanto lutar
não resistiu/ E a poesia está chorando/
Sobre o corpo do Brasil!*

(João Nogueira e Paulo César Pinheiro) ⁶⁶

Chorando pela natureza é uma composição musical de João Nogueira feita durante a década de 1980, que reflete o drama do poeta frente à degradação ambiental vivenciada à época, já que *“as matas estão sumindo da nossa bandeira, o ouro cruzando a fronteira do mar, o azul é só poeira, o branco em guerra está”*. E quando achamos que os problemas se encerram na pura defesa do Meio Ambiente, a questão social também é posta: *“E o nosso índio tombou, pouca gente lutou pela sua defesa, e os cantos dos pássaros se calou, e os leitos do rio secou, o país todo é uma tristeza, e poeta que sou num canto de dor eu choro pela natureza”*.

Desse modo, ao se referir que: *“o índio tombou, pouca gente lutou”*, evidencia problemas históricos enfrentados pelas populações indígenas ao longo do curso no Brasil: mortes e perda de terras. Assim, não apenas os pássaros, os rios e as matas estão em processo de desaparecimento frente ao progresso econômico; muitas vidas são ceifadas, a terra explorada, e a poluição, por sua vez, inerente ao desenvolvimento, já que *“o azul é só poeira”*.

Esta música do grande sambista João Nogueira, esteve dentro de um contexto cultural e social da mudança de sensibilidade em relação ao Meio Ambiente, vivenciado no Brasil durante as décadas de 70/80. Outro exemplo, a música *As baleias*, composta em 1981, por Erasmo Carlos e Roberto Carlos, também fez parte desse processo e é um marco da preocupação com a morte das baleias e do seu sofrimento causado pela atitude do ser humano. Com forte apelo sentimental, esta última canção finaliza-se demonstrando que as ações ainda são

⁶⁶ Música composta por João Nogueira e Paulo César durante a década de 1980, e presente no álbum *“Parceria”* de 1994.

reversíveis uma vez que “*ainda é tempo de ouvir a voz dos ventos, numa canção que fala muito mais de amor*”.

Essas transformações, como pontuamos de antemão no primeiro capítulo, fazem parte de um movimento proveniente das diversas lutas movimentacionais ambientalistas no Brasil durante o período no qual evidencia uma mudança social na maneira de enxergar a natureza. Consequentemente, diversas estratégias de ação fora feitas contra os governantes locais, estes que viam a causa do Meio Ambiente como um “exagero de pessoais emocionais”.

Mas para além de “*Ouvir a voz dos ventos e chorar pela natureza*”, na Paraíba e em sua Capital, homens e mulheres se reuniram em torno de uma Associação, elaboraram estratégias de atuação e tiveram algumas lutas socioambientais e interação com outros segmentos pessoenses. Essas experiências foram lembradas por alguns participantes, como podemos ver nesta declaração de Paula Frassinete (2016), ao lembrar uma das primeiras ações da APAN que mobilizou muitas pessoas:

Houve um movimento fortíssimo, contra as barracas na praia, que nós fizemos: a maior caminhada que já houve nessa cidade de João pessoa e ainda hoje suscita lembranças muito boas. Foi uma caminhada que foi de Barra de Gramame até João pessoa em que até no exercito nós fomos para pedir barracas, solicitar barracas para as pessoas dormirem lá no local. Pois a ideia era coletar todo o lixo que fosse encontrado na praia, distribuir panfletos com quem a gente encontrasse, e mostrar à população que era preciso uma ação muito forte para preservar as nossas areias.

No decorrer da fala, ela enfatiza que outros movimentos sociais, tais como o de Associações de Moradores e do Movimento Negro também participaram da caminhada. Ela frisa, ainda, o apoio recebido de empresas privadas na distribuição de água aos participantes do dia, além de mergulhadores que retiraram lixo do mar.

Ademais movimentações foram lembradas por Antônio Augusto (2016), que por sua vez, se lembra dos prejuízos causados pelo programa Proálcool na

cidade João Pessoa-PB. E, demonstrando um admirável conhecimento do contexto político internacional/nacional, ele diz:

Então houve a crise do petróleo nos Anos Setenta e o Brasil no Regime Militar criou um Programa chamado Proálcool, e esse Proálcool apesar de ter sido anunciado assim com todo cuidado, foi horrível para o meio ambiente. Basta dizer que nós tínhamos aqui no município de Santa Rita reservas florestais da Mata Atlântica nós tínhamos assim... que dava cinco vezes a área da Mata do Buraquinho, né? Mais de mil hectares de mata, ali perto de Lucena.

Antônio conta ainda, que junto com Marlene Almeida, sua esposa e também membro da APAN, colhiam orquídeas em devidos locais, mas que por conta das queimadas provenientes do Proálcool, isto não pôde mais ser realizado. A partir disso, é preciso relatar as consequências do Programa, no estado da Paraíba. A princípio, é necessário salientar que o período ápice do Proálcool foi dos anos de 1975 a 1985, o mesmo em que a APAN esteve atenta às discussões ambientais.

Ainda, consoante os professores Ivan Targino e Emília Moreira no artigo *Proálcool, meio ambiente e emprego rural na Paraíba*, (1992), a expansão da produtiva (agrícola e industrial) canavieira, que se deu a partir de subsídios governamentais e da regulação do mercado, foi de 76% no período de 1975/88⁶⁷. Sua produção foi motivada em tempo de estiagem com reflexos negativos sobre a atividade da lavoura, e o declínio na produção/cultivo de algodão por causa da praga do Bicudo.

Como consequência, tivemos a redefinição da atividade canavieira no Estado, partindo da incorporação de novos municípios e a ampliação das fronteiras de municípios que tradicionalmente já produziam. Além disso, outros desdobramentos gravíssimos eclodiram: 1) Esta produção incidiu em lavouras de subsistência, reduzindo as áreas de cultivo do feijão, da mandioca e do milho; com isso, a escassez na produção juntamente com a estiagem da época, fez com que

⁶⁷ “Na Paraíba, o PROÁLCOOL estimulou de forma significativa a expansão da capacidade produtiva da indústria alcooleira. Com seus recursos foram financiadas 6 destilarias autônomas, 2 anexas, além da ampliação de três outras implantadas antes de 1975. Com isso, a produção de álcool passou de 806 mil litros na safra 75/76 para alcançar 229,3 milhões de litros na safra 84/85, quando a capacidade produtiva atingiu 1,3 milhões de litros/dia”. Presente em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A05.pdf>>.

umentassem os preços dos produtos surtindo um efeito negativo no poder de compra da Classe trabalhadora; 2) As instalações de destilarias assim como a ampliação da superfície cultivada, modificaram e eliminaram áreas da Mata Atlântica e do Cerrado Paraibano: As matas de Caravaçu e Aldeia, em Santa Rita; a floresta subperenifólia Atlântica e o cerrado, em Pitimbu, foram, quase em sua totalidade destruídas.

Com o aumento de produção da cana-de-açúcar, houve concomitantemente o dos adubos sintéticos e dos agrotóxicos utilizados contra as pragas nos canaviais. O uso desses recursos é alarmante, pois:

A aplicação intensiva e continua desses produtos em áreas de solo com alta capacidade de filtração como os dos tabuleiros é preocupante. Isto porque ela pode ser responsável pela contaminação das águas subterrâneas, dos rios e dos estuários. [...]. Nos seres humanos eles variam da simples cefaleia, irritação da pele, convulsão, diarreia, até a ocorrência de doenças respiratórias, teratogênese, câncer e óbito. Nos animais e nas plantas esses produtos têm também uma ação muito nociva. Atingem o Sistema Nervoso e o 'aparelho respiratório' dos peixes, conduzindo-os à morte; os compostos clorados atingem os mecanismos genéticos dos vegetais, provocando uma diminuição da sua taxa de crescimento. [...] Esses agrotóxicos podem ainda provocar a esterilização dos solos e modificações nos processos de fixação de nitrogênio. (TARGINO; MOREIRA, 1992, p. 86).

Dessa forma, o Proálcool provocou um desequilíbrio ambiental e social que modificou a vida de vários trabalhadores, principalmente daqueles que viviam da cultura de subsistência.

A APAN enquanto entidade, e como bem lembrado por Antônio Augusto (2016), atuou apontando as consequências do lançamento de vinhoto (resíduo final do processo de fabricação do açúcar nas usinas ou da destilação da qual se obtém o álcool ou a aguardente de cana, não tendo sido adequadamente tratado, provoca poluição de águas) era um dos resultantes do Proálcool.⁶⁸

⁶⁸ Nos jornais da Entidade, encontramos poucas discussões a esse respeito. Similarmente, o tema do Proálcool é pouco noticiado na parte que digitalizamos. Daí, não podemos alongar a discussão sobre tal assunto, e, por razão ao numero maior de fontes, decidimos analisar duas lutas socioambientais da Associação, que serão trabalhadas um pouco mais adiante.

No decorrer do relato, Antônio A. (2016) retrata uma passagem intrigante acerca das vindas à Campina Grande-PB, por motivos das atividades de caça à pássaros e tatus realizadas na região:

E eu me lembro que eu fui um dia em Campina Grande, não sei se foi com Paula ou com quem foi, não me lembro bem os detalhes, mas, eu me lembro bem de um diálogo nosso com uma dessas pessoas da Classe média, até era conhecido meu e ele achava graça: “você não sabe o que é comer um pedaço de não sei de que tal”, mas rapaz eu sei... quando acabar como é que você vai caçar? Esse prazer que você tá dizendo que é indispensável a sua vida vai acabar! “não! Isso ainda tem muito aí” não, não tem! As reservas estão se extinguindo e tal, mas, não tinha jeito, era um papo assim muito ‘cretino’! Me desculpe o adjetivo.

O entrevistado mescla, ainda, que sua atuação se deu mais fortemente em João Pessoa-PB, considerando que o Doutor Lauro Pires atuava no Brejo partindo do núcleo de Areia-PB, e Paula Frassinete transitava mais entre os polos da APAN dialogando-os com o núcleo Campina Grande.

Por intermédio desses dois relatos, podemos então compreender que ao mesmo tempo em que a discussão sobre a preservação dos recursos da Paraíba começava a englobar alguns setores da sociedade – lembremo-nos do relato de Paula, sobre a caminhada e a parceria que ela recebeu de empresas privadas, mergulhadores, movimentos sociais e afins – outros segmentos/pessoas ainda compreendiam o meio ambiente como uma fonte inesgotável de recursos e por isso a atividade de caça, por exemplo, podia ser feita como uma forma de lazer e para atributo de alimentação.

Quando pedido aos entrevistados para narrar suas reminiscências experiências na APAN, o primeiro suscitou lembranças positivas de aglutinamento de pessoas em torno da preservação ambiental, enquanto que as lembranças do segundo, demonstram as dificuldades em debater este tipo de questão com outros setores da sociedade, deixando-nos evidente que não abarcava toda ela, como vez por outra, rememoram.

Entretanto, as narrativas passaram a coadunar, quando, sem ao menos serem perguntados, os participantes iniciaram lembranças dos principais embates – palavras deles - a grifar dois deles da APAN naquele período: a luta

contra os Espigões e contra a atividade Baleeira na Paraíba. Com bastante entusiasmo, aspectos marcantes tais como argumentos defronte a eles, foram lembrados pelos participantes aqui explicitados.

Por fazer referência a dois assuntos que aludiram debates acalorados na cidade pessoense, aos diversos argumentos pró e contra, e ao cruzamento das narrativas com as fontes jornalísticas, decidimos abarcá-los no próximo capítulo, já que os diversos posicionamentos em torno das questões aqui evidenciadas serão, assim, evidenciados.

3 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS DA APAN DURANTE A DÉCADA DE 1980

3.1 Historicizando a Urbanização de João Pessoa-PB e a defesa dos Espigões na Orla

Aprendemos no decorrer do Curso de História, que para analisar os processos históricos, é preciso compreender a complexidade de cada evento. Sendo assim, é pertinente, como um dia disse Michelet, não apenas escutar os sussurros dos mortos, mas, problematizar o contexto e os interesses desses mortos, em vida.

Nesse sentido, a análise não pode ser unilateral. Assim, o historiador não deve fazer julgamentos morais, como foi outrora, no mais, deve ter uma análise crítica das fontes, e também em mente, a lição de Marc Bloch (2001) denotando que através dos fragmentos e vestígios do passado, devemos explicar os fatos históricos a partir da compreensão.

Em nosso caso, a luta contra os Espigões foi defendida pela APAN, todavia, não fora realizada sem que outros atores e segmentos sociais se opusessem, e o nosso dever é justamente contextualizar pela própria historicidade da urbanização ocorrida em João Pessoa-PB, as argumentações favoráveis e contrárias à mobilização proposta.

Outrossim, para se falar em verticalização do litoral paraibano faz-se indispensável entender as interações do espaço urbano, e, posteriormente, os motivos que levaram ao processo de urbanização litorânea. Tudo isto, é claro, no contexto capitalista brasileiro, de crescimento do mercado imobiliário e da construção civil, na segunda metade do século XX.

Neste caso, é preciso perceber que o Capitalismo cria contradições na própria cidade e em sua materialidade. Esse sistema de produção constrói socialmente o espaço urbano através das relações sociais dominantes partindo dos seus interesses na manutenção do modo de produção. Isso se reflete, obviamente, na própria desigualdade socioespacial da cidade, gerando conflitos e lutas entre grupos distintos e atores sociais diversos.

O espaço urbano é marcado por ações do presente e do passado, tendo como característica principal a desigualdade, aonde as cidades capitalistas são, como declara Vasconcelos (2003), produzidas, reproduzidas, e organizadas por interesses, discursos e ações de uma classe dominante. Porém, essa disputa não se dá de forma homogênea, pois segmentos divergentes e contra hegemônicos tentam participar do processo. Desse modo, o espaço urbano é fruto de diversos agentes sociais que se inter-relacionam: Estado, grupos sociais, agentes imobiliários.

Entretanto, as relações se constroem de maneira desigual e por isso algumas áreas são “escolhidas” em detrimento de outras. Tais escolhas não são eternas, mas mudam a partir dos interesses de cada tempo. Neste sentido, o poder público atua (no contexto capitalista brasileiro, no qual, público e privado confundem-se) em áreas onde o Sistema capitalista sai favorecido em uma lógica consumista.

No caso de João Pessoa-PB, uma gama diversificada de serviços e habitações está localizada (atualmente) na zona costeira, isto é, na paisagem do litoral pessoense. Enquanto isso, zonas periféricas são esquecidas, deixadas ao relento, colocadas como subproduto da cidade e caracterizadas pela miséria e falta de infraestrutura.

Mas, no entanto, nem sempre foi assim. As mudanças urbanas na Capital ocorreram principalmente ao longo do século XX e foi defendida por grupos sociais que tinham interesses econômicos neste curso. A gradativa valorização da parte litorânea da cidade, por exemplo, se deu com a construção da Avenida Eptácio Pessoa, na década de 1920, tendo como consequência, conforme Vasconcelos (2003), a implantação do sistema rodoviário, o que ocasionou uma interação entre o centro e a região litorânea. Contudo, como aponta Moraes (2009), este processo só foi consolidado de forma efetiva a partir dos anos 1950:

A ocupação da faixa litorânea da cidade ocorreu de maneira mais sucinta no início da década de 1950, devido às ações do Estado voltadas para a infraestrutura básica e serviços, ocasionando uma distribuição espacial de benefícios que privilegiaram o percurso da Av. Eptácio Pessoa, e conseqüentemente das camadas de médio e alto poder aquisitivo da população (MORAIS, 2009, pg. 63).

Dessa forma, a avenida passou a ser vista como elemento de progresso e desenvolvimento e, através da criação dos bairros como: Jardim Miramar, Bairro dos Expedicionários e Bairro da Torre, novos costumes ocasionados pela presença de elites paraibanas foram tecidas assim como a emergência de novas infraestruturas. Diante disso, tornou-se necessária a criação de um sistema de bondes, para ligar a cidade à região litorânea culminando no aumento do número de pessoas efetivando suas unidades habitacionais, com destaque para o bairro Tambaú.

Durante as décadas de 1950/1960, alguns estudiosos apontam que foi a época de mais migrações para as cidades litorâneas, por conta, principalmente, do processo de modernização do campo, que se intensificou durante a Ditadura Militar acarretando migrações para a cidade em busca de oportunidades como emprego e moradia. Isto provocou mudanças e gerou controvérsias, como sinaliza Vasconselhos (2003):

Começava então a se construir uma nova paisagem que já surgia conflitante com o aparecimento de uma periferia decadente ao longo dos espaços litorâneos brasileiros [...] passando a ser um aspecto indesejável na paisagem urbana, tanto para o morador local, quanto para o visitante. Na área litorânea de João Pessoa, bem como em outras capitais litorâneas do Brasil, pode-se perceber claramente estas contradições (VASCONSELHOS, 2003, p. 68).

É importante ressaltar que, neste período, a parte litorânea da cidade era composta por pessoas pobres, comunidades de pescadores, e etc. e que esse tipo de aglomeração vai criando uma paisagem “feia” aos olhares do Poder público e também das elites que passam a incentivar a saída para outras regiões da área urbana. Programas federais são criados com esse propósito, como mescla Morais (2009):

Com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH - (Sistema Financeiro de Habitação) em 1964, no governo de Castelo Branco, João Pessoa passou por mudanças significativas na forma de organização e espacialização da estrutura da cidade. Esta mudança de ordem pública de caráter federal se voltou para empreendimentos habitacionais de pequeno e médio porte, geralmente construídos em áreas periféricas, destinados à população de baixa renda (MORAIS, 2009, p. 66).

A Política pública do BNH serviu tanto para solucionar o problema daqueles que não tinham moradia, como por meio do financiamento fazer com que pessoas de menor poder aquisitivo buscassem a “casa própria”. Aqueles que residiam no litoral, viam a oportunidade de morar em locais que tivessem uma infraestrutura melhor, algo que ainda era precário na faixa litorânea. Foram criados diversos bairros: “[...] Castelo Branco I, II, e III, Ernesto Geisel, Cristo Redentor, Valentina de Figueiredo, Bancários e Mangabeira de I ao VII, todos assentados na porção sul e sudeste e financiados pelo SFH, tendo como órgão gestor o BNH” (MORAIS, 2009, p. 66).

Constatamos que através deste deslocamento da população para outras áreas da cidade, partindo de Programas Federais que tem impactos locais, o ramo de imobiliárias expandiu-se com loteamentos nas áreas sul-norte de João Pessoa, agindo notadamente nos bairros de Tambaú, Manaíra e Cabo Branco. Nos finais dos anos 60 é criado, nesta perspectiva, o Hotel Tambaú que segundo Morais (2009):

Foi construído no final da década de 1960 e posteriormente inaugurado no início da gestão Ernani Sátiro (1971-1975). Com a inauguração do hotel, o litoral norte de João Pessoa passou por intensa modificação no que se refere aos serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos, todos visando atender a demanda do turismo na capital (MORAIS, 2009, p. 68).

Ou seja, o Hotel Tambaú representou um marco nas grandes edificações da orla marítima de João Pessoa-PB, pois serviu para melhorar a infraestrutura da região litorânea além de atender turistas de outras regiões que vinham à cidade para negócios trabalhistas e/ou passeios.

Por esses motivos, na década de 1970, o Governo Federal passa então a investir em termos de infraestrutura nas regiões sul e norte, em sentido leste, afim de alçar as classes de maior poder aquisitivo da cidade. O projeto CURA (Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada), iniciado em 1973, aumentou o abastecimento de água e forneceu esgotamento sanitário aos bairros litorâneos. Posteriormente com a criação da via litorânea, os terrenos são valorizados tendo com consequência o aumento de atuação do mercado imobiliário nesta região.

Daí, os bairros (Cabo Branco, Tambaú, Manaíra, Jardim Oceania, Aeroclub, Bessa, e Intermares) foram construídos e/ou melhorados para atender a população mais abastada da sociedade pessoense, e conseqüentemente sofreram ações mais intensivas do Mercado imobiliário e de Construção Civil. E é nesse contexto que os argumentos daqueles que foram favoráveis aos Espigões ganham força durante a década de 1980. Políticos, empresários e donos de imobiliárias teceram diversos argumentos em prol da construção dos grandes prédios na Orla.

No entanto, a argumentação fora posta partindo de diversos interesses ao longo da trajetória de debate em torno da verticalização, e por isso, em 08 de Janeiro de 1985, o deputado Manuel Gaudêncio afirmou:

Sou contra os espigões e não tenho conhecimento da existência de nenhum deputado que concorde com a modificação do dispositivo constitucional, permitindo o surgimento de uma muralha de pedra na primeira avenida de nossa orla⁶⁹.

Esta declaração foi dada ao jornal *O Norte*, pelo deputado do PDS Manuel Gaudêncio que se diz contrário aos espigões na orla. Segundo ele, a atividade turística do município poderia se desenvolver sem a necessidade dos grandes edifícios, lembrando que o próprio Hotel Tambaú é um dos mais sofisticados contendo apenas um pavimento.⁷⁰

Iniciamos com prerrogativas opostas aos espigões, pois a figura de Manuel Gaudêncio, de acordo as análises feitas após a leitura dos jornais, se faz contraditória, ora contra, ora a favor dos edifícios. Posteriormente, voltaremos ao posicionamento do mesmo.

Pois bem, como dissemos, o espaço urbano contemporâneo vai ser modificado de acordo com uma lógica capitalista, aonde as mudanças ocorridas no espaço da cidade se dão por contradições, lutas e acordos entre atores sociais inseridos em relações de poder bastante desiguais.

⁶⁹ Nenhum deputado está a favor. *O Norte*. 08 de Janeiro de 1985.

⁷⁰ *Ibidem*.

Em João Pessoa-PB, os moradores pobres foram deslocados para longe da região litorânea do município, através de Políticas públicas. Isso ocorreu porque a região litorânea possui características singulares e diferentes em relação a outras áreas urbanas. Assim, de acordo com Moraes (2009), a faixa litorânea:

Possibilita a circulação de bens e pessoas através da via marítima, a utilização cultural desse espaço como área de lazer e também a sua exploração econômica com a atividade turística e exploração de recursos naturais, como a pesca. O que a torna um espaço único, com características naturais e de ocupações próprias, e com atividades que lhe são exclusivas (MORAIS, 2009, pg. 20).

Neste caso, a exploração da faixa litorânea de João Pessoa-PB ocorre por motivos econômicos, sendo considerada, muitas vezes, como a “luz do progresso” em prol do desenvolvimento econômico da cidade. É neste sentido, que o então governador Wilson Braga⁷¹ do partido (PDS), revoga, no ano de 1983, o decreto nº 9.485, realizado um ano antes pelo governador Tarciso Burity, por intermédio do qual pontua que os projetos de urbanização até 500 metros após a orla, seriam de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba - IPHAEP.

Este ato foi visto por alguns membros da imprensa, do legislativo e alguns proprietários de imobiliárias, como um ato de heroísmo perante o desenvolvimento econômico da região pessoense. Para o vereador Abelardo Jurema, em entrevista ao Jornal *a União*, a atitude de Wilson Braga pode ser considerada como: “o marco inicial para que a cidade se reencontre com a sua verdadeira vocação turística, única saída econômica viável para as capitais nordestinas”⁷². Nesta mesma matéria, o proprietário da Imobiliária Bomfim, Hermogenes Bomfim⁷³, afirma que a liberação da orla significa: “uma atitude heroica do governador [...] um paraibano que quer ver

⁷¹ Wilson Braga foi governador da Paraíba entre os anos de 1983 e 1986, filiado ao partido do PDS. Seu governo vai ser caracterizado por “grandes obras” contra a seca e pela utilização da Máquina estatal para a vitória, no pleito de 1982.

⁷² Construção dos Espigões é a única saída econômica. *A União*. 24 de Janeiro de 1986.

⁷³ Bomfim nasceu em 1934, em Cabaceiras, no Cariri da Paraíba. Comerciante, em 1962 descobriu sua vocação de corretor de imóveis e procurou o auxílio dos amigos Ivenaldo Carvalho e Orlando Feitosa. Iniciou suas atividades na profissão em 1963 e fundou a Organização Bomfim, primeira

a sua região crescer”⁷⁴. Para o proprietário, João Pessoa-PB fica atrás de outras regiões no que concerne ao progresso turístico, pois tais edifícios servem como “atração” de turismo e conforto para aqueles os visitantes das praias.

Neste sentido, Rui Bezerra, presidente da Federação de Comércio do Estado da Paraíba, anunciou que o decreto de Tarcísio Burity representava um atraso econômico para a região: “A lei de proibição é um retrocesso e por causa dela nós estamos ficando numa péssima situação em relação às outras capitais do Nordeste”⁷⁵. A revogação trás novamente ótimas perspectivas para o comércio, tendo o apoio de algumas entidades como a Associação Comercial, o Clube dos Diretores Lojistas de João Pessoa-PB e a própria Federação de Comércio.

Como vimos no primeiro capítulo, essas declarações inserem-se em um contexto da história paraibana no qual uma grave crise econômica se estendia atingindo diversos setores, tais qual a indústria, a agricultura, as finanças públicas e primordialmente os pobres do Estado. Como revela Cittadino (1999), o declínio do PIB regional sofreu uma queda de 10% em 1960 para 5.6% em 1980 graças ao processo de modernização durante a Ditadura Militar, acarretando problemas sociais bastante significativos.

A partir da década de 1980, com as transformações políticas ocorridas nacionalmente, o processo de redemocratização e abertura política, as elites estaduais passam a se apropriar do espaço público, e, diversas práticas clientelistas e o uso da máquina estatal foram realizados para o ganho de votos (prática recorrente dentro da história da Política brasileira). Além disso, houve uma “utilização em larga escala dos projetos de governo para favorecimento de grupos econômicos privados” (CITTADINO, 1999, p. 133). De acordo com Mello 1994, o governo de Wilson Braga tornou-se um forte paradigma neste processo, favorecendo: “empreiteiras com a concessão de contratos de obras públicas, na sua grande maioria, celebrados de forma irregular, elaboram-se projetos de validade

empresa imobiliária da Paraíba, até hoje uma das mais sólidas e tradicionais do setor, no Estado. Para mais, ver: “O vendedor de sonhos”. *A União*. 19 de Abril de 2008.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Ibidem*.

questionável para o estado e promove-se a construção de obras de caráter questionável” (Mello, 1994, p. 221, apud CITTADINO, 1999, p. 133).

O contexto relatado interfere diretamente na forma de ocupação do litoral paraibano. Como vimos anteriormente, a primeira metade do século XX no estado da Paraíba é caracterizada pela abertura de avenidas e melhoramento do sistema rodoviário na cidade interligando vários espaços do espaço urbano. Este período também é identificado pela valorização das praias num contexto higienista, servindo como práticas terapêuticas, esportivas, e para o lazer. No caso de João Pessoa, através de Políticas públicas do governo Federal, as pessoas menos abastadas da sociedade se dirigem principalmente para parte sudeste, enquanto aquelas com maior poder aquisitivo para a região litorânea do norte e do sul.

Em resumo, há transformações no que concerne às Políticas e aos hábitos e costumes, pela valorização da faixa litorânea que se inicia no Rio de Janeiro no começo do século passado e gradativamente se estende para outras regiões do país, à exemplo da cidade de João Pessoa-PB. Por esses motivos, partindo das décadas de 1960 e 1970, a urbanização e ocupação da faixa litorânea se intensificam, tornando-se uma área valorizada da cidade. O Estado, o capital privado e alguns setores da sociedade ajudaram a estimar o litoral, como retrata Vasconselhos (2003):

No caso específico do litoral, considerando a valorização que o próprio capital e a sociedade imprimiram às áreas litorâneas, o preço dos imóveis situados nesta porção da cidade aumentou significativamente, valorizando ainda mais os terrenos localizados não apenas nestas áreas, como também em suas proximidades (VASCONSELHOS, 2003, p. 78).

No que diz respeito a João Pessoa-PB, Estado e grupos imobiliários agem juntos no empreendimento dos Espigões em um contexto de dificuldades econômicas do estado paraibano, no qual a faixa litorânea era vista como um ponto importante na busca da lucratividade. No campo pessoense, a estrutura fundiária do litoral:

Vai se configurando com a transformação de antigos sítios ou propriedades rurais em imóveis urbanos. Desse modo, estas propriedades vão sendo distribuídas em parcelas. No caso em estudo, ocorreu sob a forma de loteamentos ou desmembramentos,

que também são conhecidos como parcelamentos do solo. Assim, de uma propriedade única, geralmente pertencente a um só proprietário, a terra passa a ser dividida em quadras e lotes, que passarão a ser ocupadas por diferentes pessoas (VASCONSELHOS, 2003, p. 78).

Os lotes em questão passam a ser valorizados quando o Governo Federal, em conjunto com o município e o estado, passa a desenvolver uma boa infraestrutura na região: sistema de água e de esgoto, pavimentação de ruas, consentindo assim, valorização aos terrenos e beneficiando uma pequena parcela da população, através da usura imobiliária.

Por esses motivos, Wilson Braga (PDS) após a revogação do Decreto vai ser visto como um herói. Como dissemos, além das empreiteiras serem beneficiadas em contratos públicos, também o são os próprios grupos imobiliários, pós loteamento do solo estimulante à dita especulação.

Neste sentido, os jornais de época servem como uma importante fonte para elucidar nossas hipóteses. Acopla-se ao vereador Abelardo ao proprietário imobiliário Hermógenes Bonfim, e, ao presidente da Federação de Comércio do Estado da Paraíba, o prefeito Carneiro Arnaud (PDS). Depois de uma reunião com lojistas e empresários da Construção Civil no auditório do Clube dos Diretores Lojistas de João Pessoa-PB, o prefeito disse que o governador Wilson Braga teve uma atitude corajosa ao revogar os decretos que regulavam a construção de edifícios se sujeitando a ser malhado como vem sendo, de forma injusta.

Sob o argumento da necessidade de desenvolver o turismo na cidade, Arnaud também defendeu a construção dos espigões na orla. Segundo ele, a falta de uma rede de hotéis no município faz com que a capital paraibana seja conhecida como “cidade mictório”, pois:

Os turistas que vêm à Recife visitam Olinda, Igarassu, passam no Buraco da Gia, na estrada que dá em João Pessoa; chegando aqui visitam alguns pontos turísticos, urinam e vão para Natal ou Maceió sem nada gastar em nossa Capital deixando a nossa cidade para trás porque ela não possui hotéis para hospedar todos os turistas.⁷⁶

⁷⁶ *Ibidem.*

Deste modo, os defensores dos espigões, são aqueles diretamente beneficiados com suas construções. A citar: agentes imobiliários, donos de construtoras, membros do legislativo e do executivo, representantes do comércio e da indústria, que defendem os espigões sob os argumentos do crescimento econômico através do incentivo ao turismo, ocasionado pelos grandes edifícios.

Essas conjecturas foram preconizadas por meio de projetos na elaboração da Constituinte Estadual no ano de 1989. Os segmentos que defendiam os espigões se posicionam para que a orla marítima de João Pessoa fosse aberta à construção dos edifícios. Constituiu-se um momento de intensos debates entre vários segmentos sociais que serão vislumbrados à frente.

3.2 A Constituição Estadual de 1989: Projetos de Lei a favor dos Espigões

Sob a justificativa de salvar o país do Comunismo, empresários e militares em março de 1964, uniram-se e derruíram o presidente João Goulart com um Golpe de Estado que vinha sendo tramado (dentro e fora do país) desde o suicídio de Getúlio Vargas

Conforme Napolitano (2014), modificações significativas ocorreram com a chegada dos militares ao poder, e a política de desenvolvimento econômico aumentou as desigualdades sociais. A falta de liberdade de expressão atrelada à violência social aos discordantes do ato golpista foi e continua inegável para a grande parte da historiografia brasileira.

Como vimos, o declínio do Regime Militar se iniciou nos anos finais da década de 1970 devido à pressão dos movimentos sociais e do próprio sistema político. Entretanto, só em 1985 volta-se a ter um civil no poder, através de uma eleição indireta que nomeou Tancredo Neves.

Todavia, Tancredo falece antes de se apossar do cargo de presidente, situação que culminou na assunção de José Sarney sendo responsável também por convocar uma nova Constituinte promulgada em 1988. Com isso, as Constituições

Estaduais passaram a ser revisadas no ano seguinte, favorecendo o aparecimento de variados projetos para a conclusão das mesmas.

De acordo com Moreira (2006), o primeiro projeto a favor dos espigões foi do deputado José Luís Maroja no dia 12 de maio de 1989, atendendo ao interesse de construtoras e agentes imobiliários:

Parágrafo Único – Considerar-se-á os seguintes preceitos para regulamentação do estabelecido neste artigo:

I – Nas áreas de urbanização, nas quadras da primeira avenida será admitida a altura máxima de nove (9) m.

II – Nas áreas a serem urbanizadas, a primeira avenida da orla marítima, deverá distar duzentos (200) m, no mínimo, da preamar de sizígia, enquanto as alturas de construções, será escalonadas entre doze (12) m na primeira avenida até trinta (30)m no limite dos quinhentos (500)m a partir da maior preamar de sizígia, no sentido do continente.⁷⁷

Posteriormente, em 16 de maio de 1989, o deputado Afrânio Bezerra, do PL, encaminha uma emenda com o objetivo de liberar os espigões. Ele justifica com o argumento de que “é preciso acelerar o desenvolvimento e aumentar o fluxo turístico da Paraíba”⁷⁸. Segue abaixo sua emenda na íntegra:

Art. __ Fica permitida a construção de prédios na orla marítima, com mais de 03 (três) pavimentos, em terrenos com 20 ou mais metros de largura, e 50 (cinquenta) ou mais de profundidade, observando-se o recuo lateral de 3 (três) metros de ambos os lados e na frente e fundos, nos termos do Código de Postura do Município.⁷⁹

Segundo os jornais, a apresentação acima gerou calorosos debates na Assembleia, pois o responsável tentou convencer os demais parlamentares sobre a necessidade de uma legislação em prol “do desenvolvimento do turismo na cidade”.

Entretanto, temos dois casos emblemáticos no que se refere à mudança de posicionamentos: um, diz respeito a Manuel Gaudêncio (PDS), que, como dito

⁷⁷ Emenda ao projeto de Constituição – Dep. José Luís Maroja – Proposta à Assembléia Estadual Constituinte no Estado da Paraíba ao Texto Constitucional. Sala das Sessões, 12 de Maio de 1989.

⁷⁸ Emenda permite Espigão na Orla: Afrânio propõe a liberação da orla para edifícios com mais de três pavimentos. *O Momento*. 17 de Maio de 1989.

⁷⁹ Emenda ao projeto de Constituição – Dep. Afrânio Bezerra Cavalcanti, 16 de Maio de 1989.

anteriormente, se posicionou contrário aos espigões no ano de 1985. No mesmo ano, de acordo com uma matéria do Jornal *O Norte*, Manuel Gaudêncio lembra que os hotéis de Aracaju e Natal, são “cinco estrelas” e horizontais com no máximo dois pavimentos. Permitir os espigões segundo o deputado: “seria uma medida que prejudicaria a cidade, agravando ainda mais os problemas de luz, água, esgoto e tráfego na área, além de naturalmente do sombreamento da própria praia”.⁸⁰

Ainda consoante Manuel, o turismo não necessitava de espigões, pois os visitantes vinham por conta de sol, bom clima e belezas naturais. Sendo assim, o que eram necessárias, eram melhorias nas ruas, nas praças e na própria orla⁸¹. Contrariamente aos outros deputados e pessoas ligadas ao comércio e às empreiteiras, segundo ele, o turismo pessoense passava por um ótimo momento, apresentando bons índices de ocupação nos hotéis.

Todavia, o deputado mudou de ideia, 4 anos depois, isto é, no período da elaboração da Constituinte, encaminhando uma emenda que permitia a construção dos espigões desde que fossem destinados à função hoteleira:

Art. __ É permitida a concessão de licença para construção de prédios com até 3 (três) pavimentos no quarteirão da orla marítima, em todo o litoral, especificamente para finalidade hoteleira, onde exista infraestrutura de água e esgoto sanitário.
Parágrafo Único – O Governador do Estado poderá determinar o embargo da obra que se inicie com inobservância do presente artigo⁸².

Interessante frisar que na matéria jornalística de 1985, o deputado do PDS afirmou que permitir a construção dos espigões apenas para rede hoteleira é injusto e ilegal “pois o direito tem que ser para todos, e não só para um segmento, no caso turístico”.⁸³ Manuel Gaudêncio deve ter seguido os conselhos de Raul Seixas 1973, preferindo “ser uma metamorfose ambulante” a “ter aquela velha opinião formada sobre tudo”, talvez assim, pudesse lucrar mais, já que fazia parte do ramo hoteleiro da cidade de João Pessoa-PB.

⁸⁰ Nenhum deputado está a favor. *O Norte*. 08 de Dezembro de 1985.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² Emenda ao projeto de constituição – Dep. Manuel Gaudêncio, 19 de Maio de 1989.

⁸³ Nenhum deputado está a favor. *O Norte*. 08 de Dezembro de 1985.

O outro caso emblemático, é do deputado Oildo Soares que no dia 16 de Maio de 1989, encaminhou uma emenda sobre o assunto que, por sua vez, permite a construção dos espigões na orla:

Art. __ As praias, na jurisdição do Estado da Paraíba, são consideradas como patrimônio ambiental do Estado, cabendo aos Órgãos competentes, sua defesa, preservação e fiscalização, assim como, construção, usos e outras modificações na orla marítima. Considerar-se-á os seguintes preceitos na sua regulamentação:
 I – Nas áreas já urbanizadas, na primeira avenida da orla marítima, será admitida a altura máxima de construção de 15 metros, com um espaçamento lateral de 3 metros, entre uma construção e outra. Nas demais avenidas as alturas de construção serão escalonadas entre 20 metros, na segunda avenida, até 50 metros no limite da área.
 II – Nas áreas a serem urbanizadas, a primeira avenida da orla marítima, deverá ter uma distância de 200 metros no mínimo da preamar. As alturas e o espaçamento lateral da construção deverão obedecer os mesmos critérios do inciso anterior.⁸⁴

Porém, no dia da votação à emenda, em 29 de Setembro de 1989, o referido deputado votou contra a construção dos espigões. O que teria o teria feito mudar de ideia? Por conseguinte, na conclusão deste tópico, tentaremos responder tal questionamento.

Por fim, como aponta Moreira (2006), no dia 27 de Julho de 1989 o deputado José Luís Maroja encaminha uma emenda substitutiva e tenta conciliar o interesse de ambientalistas, construtoras e da sociedade em geral:

Parágrafo Único – Considerar-se-ão os seguintes dispositivos legais para regulamentação do estabelecido no “caput” do artigo:
 I – Nas áreas já urbanizadas ou loteadas, nas quadras da primeira avenida, será admitida a altura máxima de nove (9)m, e nas demais quadras, as alturas das construções serão escalonadas entre 12m até 60m no limite da área.
 II – Nas áreas a serem urbanizadas, a primeira avenida da orla marítima deverá distar duzentos (200)m, no mínimo, da preamar de sizígia.

Vimos, então, as propostas a favor dos “espigões”. Agora, contudo, partimos para os argumentos contrários, que foram, por sua vez, elaborados pela APAN e por outras esferas pessoenses.

⁸⁴ Emenda ao projeto de constituição – Dep. Onildo Soares, 16 de Maio de 1989.

3.3 Argumentos da APAN contra os Espigões na Orla Marítima e o Projeto de Lei na Constituinte de 1989

Era uma bonita tarde de um domingo de verão, em Fevereiro de 1981. Para muitos o último dia para aproveitar o sol, o mar e a água de coco, antes de voltar aos trabalhos da segunda-feira. Para outros, tais como artistas arquitetos e professores, foi um dia para manifestar em defesa da orla marítima de João Pessoa-PB e conseqüentemente contra a construção dos Espigões no referido espaço. Como fora organizado, além do domingo, os manifestantes se encontrariam no primeiro dia da semana para entrega de panfletos na realização de um show na feirinha de Tambaú. Na programação ainda consistia uma manifestação no Hotel Globo, no dia 28 do mesmo mês, onde se apresentariam cantores, atores e violeiros.

85

Estas manifestações foram comuns no Brasil das décadas de 1970/1980. Com a gradativa reabertura política e a redemocratização, novos grupos sociais surgiram com diversas demandas civis, neste caso, fazendo com que o contexto político propiciasse a construção de debate em torno da preservação do Meio Ambiente.

Na particularidade da Paraíba, as campanhas socioambientais da Associação Paraibana Amigos da Natureza – APAN, estiveram ligadas à preservação dos resquícios de Mata Atlântica, objeto ao tráfico de animais silvestres, à proibição da atividade baleeira no município de Lucena e ao levantamento de edifícios na Orla marítima da Capital. No caso dos Espigões, a APAN bem como outras associações, elaboraram argumentos e estratégias de atuação para impedir a construção de edificações acima de 30 metros na orla. No primeiro capítulo tivemos contato com os esquemas de mobilização, enquanto que, no momento vigente, partimos para os argumentos.

Neste caso, a APAN formulou durante a década de 1980, estratégias e conceitos para impedir a revogação (anulação) do Art. 164 da Emenda Constitucional nº 01 de 1970, no governo João Agripino que dizia: “Artigo 164 – é

⁸⁵ Contra os Espigões ecologistas reiniciam manifestações amanhã. *Correio da Paraíba*. 15 de fevereiro de 1981.

vedada a concessão da licença para construção de prédio com mais de dois pavimentos, na avenida da orla marítima. Desde a praia da Penha (Sul) até a Praia Formosa (Norte)”.

Por conseguinte, além da entrega panfletária, manifestos, e shows na Orla, a Associação Paraibana passou a ter um contato direto com os deputados do PDS e PMDB que faziam parte da formulação de uma nova Legislatura Estadual no contexto de redemocratização⁸⁶, como mobilidade visava a liberdade da orla, perante grandes prédios e edifícios.

Nesse contexto, como mostra Moreira (2006), em 1982 o governador Tarcísio Burity resolveu ampliar o controle estadual sobre a urbanização da orla marítima paraibana, e para isso, assinou em 10 de maio o decreto nº 9.485 que estabelecia:

Artigo 1º – Os projetos de urbanização, loteamentos, construções ou outras modificações, que venham a ser executadas na orla marítima, em áreas compreendida entre 300 e 500 metros, ficarão, sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP.

Artigo 2º – O Conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, disporá sobre a classificação das áreas consideradas de importância para efeito do que dispõe este decreto (MOREIRA, 2006, p. 63).

Creginaldo Silva, biólogo e membro da APAN, argumentou que a construção de edifícios e hotéis na orla, causaria uma extensa poluição nas praias prejudicando também a climatização, pois as edificações formariam uma barreira impedindo a circulação da corrente marinha e continental (que tem a função de equilibrar o clima) para o centro da cidade, que com isso, teria uma altíssima temperatura.⁸⁷

Vale lembrar que a APAN recebeu o apoio de diversas entidades como: Associação de Arquitetos, Artistas Plásticos, dos Docentes da UFPB, do IPHAEP, da Associação Paraibana de Imprensa, do Partido dos Trabalhadores, do Departamento de Artes e Comunicação da UFPB, da Associação de Psicólogos,

⁸⁶ Deputados podem se unir. *O Norte*. 14 de Fevereiro de 1982.

⁸⁷ Movimento quer impedir revogação de decreto. *O Norte*. 30 de Novembro de 1985.

Associação de Arte-Educadores, do Instituto dos Arquitetos, e também do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.⁸⁸

Porém, em 1983, o governador Wilson Braga revogou o Decreto nº 9.485, do ano anterior, retornando o controle das construções na orla marítima municipal para a Prefeitura de João Pessoa-PB. A decisão foi apoiada pelo então prefeito da capital, Oswaldo Trigueiro do Valle (PDS), que tentou conciliar o interesse dos empresários ao dos ambientalistas, presidindo uma comissão sobre o tema⁸⁹. Entretanto, é válido salientar que Valle foi nomeado prefeito da Capital pelo então governador Wilson Braga, ambos do PDS.

Preocupado com essa medida, a APAN juntamente com as outras entidades que “apadrinhavam” a causa, a saber, principalmente o Conselho Regional de Arquitetura de João Pessoa-PB, passam a alertar os riscos que a ocupação intensiva da orla marítima de João Pessoa poderia acarretar para a vida urbana, a exemplo de: corte de ventilação para as outras áreas da cidade; a sombra na praia às primeiras horas da tarde; a poluição das águas com o escoamento de esgotos no mar⁹⁰.

Sobre os argumentos contra os Espigões, Paula Frassinete (2016) fez questão de salientar que o debate esteve voltado para o âmbito biológico e social, corroborando assim com o que localizamos em fontes jornalísticas. Perguntada sobre isso, a bióloga usou de afirmativa:

Bem, primeiro ali, naquela área, era necessário que a insolação acontecesse durante todo o dia, e um prédio de trinta metros de altura ia trazer sombra, esta sombra o que causaria? Nós levamos muito do ponto de vista biológico, então, essa sombra ia causar uma manutenção de umidade aqui [na praia] e a ausência de sol, essa umidade ia favorecer o aparecimento e a proliferação de protozoários e bactérias, os protozoários causam doenças como os panos brancos, os chamados panos brancos, os fungos causam também doenças. Então: primeiro era a insolação que ia ser impedida, segundo era o impedimento da passagem do vento; a ventilação da cidade ia sofrer, porque o vento não conseguiria passar; e terceiro era a questão do esgotamento sanitário: com o adensamento muito maior da população iria haver uma demanda de esgoto muito grande

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ Prefeito é favorável aos “espigões” na Praia. *O Norte*. 08 de Outubro de 1984.

⁹⁰ Campanha contra os Espigões. *O Norte*. 08 de Dezembro de 1985.

e a rede coletora não comportaria, e se a rede coletora não comportaria, os edifícios iriam fazer emissários submarinos como existe no Rio de Janeiro, como existe nas praias de São Paulo, como existe nas praias de Fortaleza, como existe nas praias de Recife. Emissários submarinos, ora! Primeiro que nós temos uma franja de coral bem aqui pertinho da orla, quando a maré está muito baixa a gente vê a onda quebrando ali na onda de coral, isso ia impedir esse emissário ir mais longe, poderia haver retorno de esgoto pra praia.

Esses argumentos, como bem otimizamos no primeiro capítulo, foram transmitidos à população por meio da imprensa, das passeatas, dos atos públicos, e dos shows. Sendo assim, podemos perceber as ideias não eram puramente preservacionistas pelo valor intrínseco da natureza, pois a todo momento, tanto nos jornais como nas falas dos contribuintes, a questão da preservação se faz imbricada com a social: o processo de urbanização que tinha nos Espigões uma necessidade real, acarretaria danos – nas praias, no corte de ventilação, no mar – para as pessoas que frequentavam o litoral ou aquelas que viviam em áreas distantes.

Este discurso se intensificou com a elaboração das Constituintes estaduais em 1989. É relevante ressaltar que o texto da Constituição Federal, e, posteriormente, das Constituições Estaduais, foram debatidas por setores da população brasileira dentro do contexto de efervescência social do período, na quais os quesitos sobre saúde, educação, moradia e Meio Ambiente estiveram no centro dos diálogos.

Em nível Federal, Fábio José Feldmann presidiu, dessa forma, uma subcomissão de Saúde, Segurança Social e Meio Ambiente, e articulou negociando propostas da sociedade civil junto ao Congresso. “Essa combinação de estratégias resultou na proposição de um capítulo exclusivo sobre a questão ambiental na Constituição” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 162).

Entretanto, o chamado “Centrão”⁹¹ bloqueou algumas propostas ambientais, como: a proibição total de uso da energia nuclear e a criminalização de condutas ambientalmente incorretas. Diante disso, os grupos ambientais se uniram, ampliaram suas alianças, e sob a liderança de Feldman, surgiu a Frente Nacional de Ação Ecológica, que tinha como artifício principal “estimular a pressão direta das associações ambientalistas sobre os parlamentares, promovendo visitas à projetos de preservação e manejo ambiental” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 162).

Estas estratégias de atuação asseguraram o artigo sobre o Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988, que entre outros pontos assegura que:

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, capítulo VI, artigo 225, § 4º).

Foi assegurado também o capítulo sobre política urbana (Arts. 182 e 183), onde se lê no artigo 182:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, capítulo II, artigo 182).

Após a promulgação da Constituição de 1988, tivemos a revisão das constituições estaduais. Na Paraíba, a Assembleia Constituinte recebeu uma série de emendas populares que foram discutidas influenciando na elaboração do texto final da Constitucional paraibana.

As comissões passaram a se reunir, e seguindo a orientação de estratégia da Frente Nacional de Ação Ecológica, a APAN, sob a representação de Paula Frassinete e Antônio Augusto, assim como Integrantes do IPHAEP e outras entidades públicas também passaram a frequentar as reuniões da Constituinte

⁹¹ O Centro Democrático, apelidado de Centrão, era composto por deputados e senadores liberais-conservadores que frearam diversas propostas de setores da sociedade ligados à Esquerda.

Estadual. Nestes encontros vários pontos de vista eram analisados, e neste caso, os argumentos em prol ou contrários aos espigões foram debatidos de maneira “calorosa”, como destacam alguns jornais de época.⁹²

Neste processo, Antônio Augusto (2016), recorda que após a Anistia e com o fim do Regime Militar, uma nova Constituição foi discutida no objetivo de atender aos anseios da população através das Emendas populares. Então, integrantes da APAN colheram assinaturas em prol de um projeto de Lei no qual a adesão aos Espigões ficaria proibida. Acerca deste contexto, Augusto (2016) trás um breve histórico do momento, que julgamos plausível pôr em evidência:

Havia o João Agripino que foi um governador aqui, ligado aos militares. O João Agripino teve assim um momento de “iluminação”, vamos dizer assim, e convidou... ele [estava] “tava” fazendo essa obra do Hotel Tambaú, [não é] né? Foi o João Agripino que fez, construindo o Hotel Tambaú, e o arquiteto era o Sérgio Bernardo, que era um Arquiteto conhecido no Brasil todo. Ele trouxe para cá esse arquiteto e isso no final dos anos sessenta, então o Sérgio Bernardo aqui passou a frequentar muito o Palácio a andar muito com o João Agripino. [...]. E o Sérgio Bernardo deu umas sugestões que incluíam assim a proteção ao Meio Ambiente, só que era assim uma coisa meio estapafúrdia, mas, foi de um efeito muito interessante, se eu não me engano eram dois artigos, um protegia o centro da cidade... [...]. E o outro, protegia a praia contra os espigões, mas só no município de João Pessoa, né?

Significa dizer que o artigo de João Agripino não se referia a todo o litoral da Paraíba, mas ao litoral de João Pessoa. E é com essa preocupação de proteger a totalidade do estado paraibano, que, Antônio A. em face da APAN, se desperta para a proteção da Costa como Patrimônio ambiental do Estado.

Para a elaboração da emenda, outras associações/pessoas foram importantes: De acordo com Paula Frassinete, representante da APAN, em entrevista concedida em 2004 para Moreira (2006), a formação dessa emenda contou com a presença de diversos profissionais, tais como engenheiros, biólogos, arquitetos. Neste caso, a participação de pessoas como Hermano José Guedes, Breno Grease, Marlene Almeida, Luciano Agra e Antônio Augusto Almeida serviram para executar um artigo abrangente no que se refere à qualidade ambiental das

⁹² Comissão põe em debate os “espigões”. *O Momento*. 21 de Junho de 1989.

praias, da paisagem e bem-estar aos moradores da Capital. Assim, os parâmetros científicos para a emenda foram:

O que foi na realidade usado foi a experiência que já estava sendo encaminhada pela UFPB. Nós já tínhamos o NEPREMAR (Núcleo de Pesquisa e Recursos do Mar), Departamento de Biologia. Então, dados e informações destes dois departamentos, desses dois setores da UFPB, foram fundamentais para que nós justificássemos: primeiro, que sem insolação nas praias, nas areias (...), há a criação de um ambiente favorável à proliferação de fungos, haja vista que é um vegetal que (...) vive na ausência de luz e umidade, então essa foi uma das justificativas interessantes. A outra questão era a da necessidade da insolação da areia, (...) que permite que os microrganismos ali existentes possam ter o seu ciclo biológico continuado, porque a fauna que existe na zona intermarés, que é estudada pela professora Rosa Leonel, (...) necessita fundamentalmente da luz solar. A outra questão – aí já foram os arquitetos e engenheiros que estudaram e discutiram – foi a questão de direção dos ventos. Então, o que se quis e o que se estudou neste momento, era que a construção (...) impediria (...) esse fluxo dos ventos: mar – continente / continente – mar, impedindo e dificultando, aumentando a temperatura do Continente. Então, esses foram os parâmetros fundamentais (FRASSINETE, 2004, Entrevista)

Neste contexto de discussão de emendas acerca dos Espigões, Augusto conta que passou cerca de dois meses “morando” na Assembleia Legislativa, pois só ia para casa se alimentar e logo mais voltava para discutir e defender as opiniões já mostradas até aqui.

Assim, as entrevistas de Frassinete e Antônio Augusto, em (2016) correspondem às fontes jornalísticas, no que concerne ao plano para a não construção dos Espigões na Orla Marítima de João Pessoa.

Nesse contexto, no dia 29 de Setembro de 1989, por 27 votos contra 6, a Constituinte decidiu na proibição da construção dos espigões na orla marítima não apenas em João Pessoa-PB, como também em toda a abrangência do Estado da Paraíba. No dia da votação, faixas, cartazes e aplausos cercaram o Movimento

“contra os espigões” para a obtenção de resultados favoráveis às causas socioambientais.⁹³

Ficaram opostos aos espigões as respectivas autoridades deputáveis: Ademar Teotônio, Aloysio Pereira, Antônio Arroxelas, Antônio Dantas, Antônio Ivo, Waldir Bezerra, Enivaldo Ribeiro, Ernany Moura, Francisco Evangelista, Francisco Pereira, Jáder Pimentel, João Fernandes, João Máximo, José Aldemir, Carlos Candeia, José Fernandes, Luís Maroja, José Otávio Maia, Leonel Medeiros, Múcio Sátyro, Oildo Soares, Pedro Adelson, Péricles Vilhena, Pedro Medeiros, Judivan Cabral, Ramalho Leite e Vani Braga⁹⁴.

Entre àqueles que queriam que a matéria não fosse aprovada na Assembleia e que fosse transferida para as Câmaras Municipais durante a elaboração da Lei Orgânica de Municípios como propôs o relator Egídio Madruga, estiveram os deputados: Aécio Pereira, Efraim Moraes, Egídio Madruga, José Lacerda, Soares Madruga e Nilo feitosa. Fernando Milanez, Manoel Gaudêncio e Afrânio Bezerra não compareceram à sessão.⁹⁵

Assim, em 1989, o artigo 229 da Constituição do Estado da Paraíba, ficou da seguinte maneira:

Art. 229. A zona costeira, no território do Estado da Paraíba, é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente sua defesa e preservação, na forma da lei.

§ 1º O plano diretor dos Municípios da faixa costeira disciplinará as construções, obedecidos, entre outros, os seguintes requisitos:

- a) nas áreas já urbanizadas ou loteadas, obedecer-se-á a um escalonamento de gabaritos a partir de doze metros e noventa centímetros, compreendendo 78 pilotis e três andares, podendo atingir trinta e cinco metros de altura, no limite da faixa mencionada neste artigo;
- b) nas áreas a serem urbanizadas, a primeira quadra da praia deve distar cento e cinquenta metros da maré de sizígia para o continente, observado o disposto neste artigo;
- c) constitui crime de responsabilidade a concessão de licença para a construção ou reforma de prédios na orla marítima, em desacordo com o disposto neste artigo.

⁹³ Constituinte proíbe espigões. *O Momento*. 20 de Setembro de 1989.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Idem*.

§ 2º As construções referidas no parágrafo anterior deverão obedecer a critérios que garantam os aspectos de aeração, iluminação e existência de infra-estrutura urbana, compatibilizando-os, em cada caso, com os referenciais de adensamento demográfico, taxa de ocupação e índice de aproveitamento.

Portanto, conforme com o artigo 229, a zona costeira tornou-se patrimônio ambiental, cultural e histórico do estado da Paraíba, cabendo como Órgão responsável, o IPHAEP, à proteção e preservação. Tendo, assim como limite de altura, trinta e cinco metros, onde nas áreas a serem loteadas, as primeiras edificações só podem a partir de cento e cinquenta metros após a maré da sizígia.

O que diferiu da Emenda popular nº 21 proposta pela APAN e o comitê em defesa da orla, foram os seguintes tópicos: 1) Nas áreas já loteadas a primeira avenida, de acordo com a proposta foi de edifícios de 9 metros sendo escalonados até 30 metros; no artigo a primeira avenida os edifícios podem ser construídos a partir de 12 metros até 35 metros; 2) Já nas áreas a serem urbanizadas, a proposta era da construção dos edifícios a partir de 150 metros após a maré; enquanto que no artigo foi de 200 metros.

No que pesem estes detalhes, entendemos como a emenda proposta pela APAN e pelo comitê, serviu de base para o artigo 229 da Constituição. Para a conclusão desse artigo, todo um debate entre alguns setores da sociedade se estabeleceu durante a década de 1980. Período este caracterizado pela crescente abertura política e pelo processo de redemocratização, onde os agentes sociais passavam a intervir nos rumos da sociedade brasileira.

Somente neste contexto político, é que um grande número de Associações ambientais surge a partir do quadro nacional e específico de cada região do país. No caso paraibano, como bem retratamos, diversas lutas foram pautas da APAN, dentre elas a defesa da orla marítima sendo contrária aos Espigões. Nesta luta, além da Apan, diversas associações de professores, arquitetos, engenheiros e artistas plásticos elaboraram estratégias de ação e mobilização para conscientizar a população dos riscos dos Edifícios.

Em contrapartida, os que defendiam as construções, agiam sob o argumento do desenvolvimento econômico sob o Turismo. Em situação de crise do Regime militar, a economia decaía, e alternativas eram postas para manutenção de poder e de privilégios.

Os jornais, que neste período ganham ares de liberdade, passam a noticiar o debate sobre os Espigões. De acordo com nossas análises, as notícias de *O Correio*, *O Norte e O Momento* são mais suscetíveis à causa do Movimento Ambiental. Na interpretação que fazemos, as manchetes dão ao leitor uma argumentação favorável aos que defendiam a orla marítima.

Já as notícias do Jornal *A União*, nos parece mais suscetível à causa dos Edifícios. Principalmente durante o mandato de Wilson Braga (1983-1986). Alguns textos apontaram que a única saída econômica do nosso Estado era a construção dos prédios. Isso se explica, pelo fato de que como mostra Cittadino (1999), as próprias eleições para o governo do estado em 1982 fora marcada por inúmeras nomeações para cargos públicos no objetivo de alçar votos. Dentre a empresa que ganhou muitos funcionários através do “apadrinhamento” político foi o Jornal *A União*. A nosso ver, este jornal representava os interesses do Estado e, conseqüentemente, dos Espigões.

Em relação à participação dos políticos no debate, ela se dá também nos defensores ou não dos Espigões. No contexto da Constituinte paraibana, ou seja, em 1989, é bom demarcar alguns aspectos: Oildo Soares, Manuel Gaudêncio e Afrânio Bezerra, encaminharam, como vimos, propostas de emenda a favor dos edifícios, entretanto, no dia da votação, em 29 de Setembro de 1989, o primeiro não votou nem mesmo no seu projeto, mas sim contrariamente; e os outros dois se ausentaram no momento de votação.⁹⁶

Entendemos este acontecimento dentro do contexto de repercussão cujo sobre os “espigões” estava em dado momento. A ênfase que a opinião pública deu ao acontecimento através de colunas com textos opinativos, charges satirizando a situação e pondo-os como algo extremamente negativo e que beneficiava poucas

⁹⁶ Constituinte proíbe espigões. *O Momento*. 30 de Setembro de 1989.

parcelas da população pessoense. A “mudança de lado” de Oildo Soares e as ausências de Manuel Gaudêncio e Afrânio Soares foram estratégicas, tendo em vista que estas atitudes os colocavam como não sendo contrários à causa “popular” e de grande propagação midiática.

3.4 O debate em torno da atividade Baleeira na Paraíba

O exercício Baleeiro foi introduzido no Brasil ainda pelos colonizadores ibéricos a partir do primórdio do século XVII, vindo a tornar-se um exercício sob monopólio régio em pouco mais de uma década de exploração (1603-1614). No período colonial, a manutenção, e, posterior ampliação do negócio ligado a caça à baleia teve, essencialmente, motivação mercantil.

A expansão da atividade baleeira no seu início, que se estendeu da Capitania da Bahia-BA à de Santa Catarina-SC, deveu-se à valorização gradativa dos principais derivados baleeiros no mercado regional e estrangeiro, especialmente o óleo, que era extraído das grossas camadas de gordura dos animais e atendia uma demanda crescente nos grandes centros urbanos da época (ELLIS, 1969, apud Duarte Filho, 2012, p. 18).

Como denota Duarte Filho (2012), inicialmente a caça à baleia no Brasil era realizada apenas quando elas encalhavam na praia ou por meio da importação de Cabo Verde. Dessa forma, o óleo ou “azeite de peixe” que era o principal produto retirado desse cetáceo, será então usado na iluminação pública, fazendo com que houvesse transformação do óleo em combustível a partir da captura dos mamíferos. Outros produtos derivados eram: a carne, o toucinho, a farinha de ossos e as barbatanas. Esses recursos também eram extraídos, processados e comercializados na Colônia ou vendidos para outros países, consolidando para o Estado Metropolitano como atividade econômica praticamente durante todo o período colonial. Essas ações foram registradas pelos viajantes da época, como Gabriel Soares de Sousa, Frei Vicente de Salvador, Louis François de Tollenare e José Bonifácio de Andrada e Silva (DUARTE FILHO, 2012, p. 18)

No final do século XIX e início do século XX, a caça industrial e comercial às baleias perde forças nas áreas tradicionais (São Paulo, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco) e por isso é introduzida em 1911 no litoral Norte da Paraíba, mais precisamente na praia de Costinha, no município de Lucena. As principais espécies abatidas inicialmente foram: jubarte (*Megapteranovaeangliae*), espartate (*Balaenopteraborealis*), bryde (*Balaenopteraedeni*), azul (*Balaenoptera musculus*) cachalote (*Physeter macrocephalus*) e minke (*Balaenoptera bonaerensis*). A partir da exploração desses animais, realizada e monopolizada pela COPESBRA - Companhia de Pesca do Brasil, é que teremos um ciclo produtivo na região. A própria companhia realizou o abate, o processamento, a industrialização e a comercialização do óleo, das barbatanas, da farinha de ossos e da carne in natura, esta última se constituindo como principal produto exportado para o mercado japonês (DUARTE FILHO, 2012, p. 19).

No entanto, a complexidade da discussão ambiental durante a década de 1970 ganhou ainda mais força na era de 1980, e dotada de alto perfil na cena pública global representando um dos fenômenos sociológicos mais significativos da História contemporânea, presenciamos pressão da opinião pública e dos organismos de proteção ambiental para que a atividade baleeira fosse extinta. Perante esse contexto, o Governo de José Sarney (1985-1989) proíbe definitivamente a ação, através da Lei Federal 7.643 no ano de 1987.⁹⁷

Frisamos que, até a proibição em 1987, vários questionamentos em relação aos prejuízos econômicos se intensificaram considerando a atividade em Lucena, como a fonte de subsistência de diversas famílias. Dessa forma, as alternativas socioeconômicas bem como os possíveis prejuízos econômicos, foram pensadas e colocadas em cena.

Desse modo, aludindo à análise dos textos jornalísticos para fins do presente trabalho, iremos problematizar a natureza dos interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais dos parlamentares locais, do capital privado e também

⁹⁷ - BRASIL. Lei 7.643 de 18 de Dezembro de 1987. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 18 dez. de 1987.

da APAN, na luta para a institucionalização da Lei Federal, com vistas a recuperar vestígios memoriais e históricos da atividade baleeira no litoral paraibano.

Como já mencionado, a ação Baleeira na Paraíba se estruturou em 1911 e foi até 1987, mais precisamente na praia de Costinha, no município de Lucena (11.699 habitantes – Dados do IBGE 2010), litoral Norte da Paraíba. Além da abundância dos cetáceos, e da desativação da caça comercial em espaços comuns (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina), atribui-se às condições geográficas e marítimas favoráveis, acrescida da inexistência de núcleos habitacionais no ano de 1911, para a instalação da estação Baleeira no Estado da Paraíba.

Neste sentido, com a Empresa que a contar de 1957 passou integrar-se ao capital japonês na empresa Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, e a partir de 1971 o sistema “JointVenture” (empreendimento conjunto), passa a aumentar, ano após ano, o número de baleias capturadas⁹⁸. Sendo assim, além da carne in natura, a carne seca também era vendida para o atendimento de uma demanda local de outras regiões, tais como: Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, seus principais consumidores. E, além do alto valor comerciável, a atividade baleeira na Paraíba serviu como atração turística em Costinha, onde todo um aparato era montado para que o “espetáculo” fosse visto da melhor forma possível, e dessa maneira a rede hoteleira da região saísse lucrando.⁹⁹:

Como parte do turismo baleeiro, os organizadores da atividade instalada em Lucena, mobilizaram trabalhadores com certo grau de especialização no transporte de passageiros, especialmente de turistas que chegavam, principalmente nos finais de semana, para presenciar o abate, o retalhamento e a industrialização dos derivados dos cetáceos capturados pelo navio baleeiro. Em temporada de caça, centenas de curiosos chegavam à região por meio de transporte fluvial e terrestre (DUARTE FILHO, 2012, p.77)

No entanto, a partir dos finais de 1970 e começo de 1980, no auge da efervescência das discussões ambientais em todo o mundo, a ação baleeira aqui

⁹⁸ Protesto contra a pesca da baleia no SBPC. *Correio da Paraíba*, 16 de Junho de 1985.

⁹⁹ O massacre das Baleias: *O Norte*. João Pessoa. 26 de Outubro de 1984.

presente, irá servir como objeto de matérias jornalísticas, artigos acadêmicos, reportagens de revistas e de questionamentos éticos de grupos e entidades ligadas às causas ecológicas e ao direito dos animais.

É nesse contexto que a APAN - Associação Paraibana dos Amigos da Natureza, em conjunto com outras associações a exemplo da ASPAN - Associação Pernambucana dos Amigos da Natureza, passam a sensibilizar a população sobre preservação de recursos ambientais do nosso país e atuam contra a atividade baleeira no estado.

Daí, os jornais foram os principais meios de comunicação para que cada grupo expusesse seus argumentos a favor ou contra o fim da atividade Baleeira na Paraíba, tendo em vista que era o único estado brasileiro a continuar caçando e tendo o exercício como parte constituinte de sua economia.

A partir disso, um dos argumentos utilizados pelos intelectuais da questão ambiental, residia em que grande parte do recurso natural era exportado para o Japão: “A secretária de Indústria e Comércio da Paraíba, estima resultados para US\$ 2 milhões com a exportação para o mercado japonês de barbatanas, ossos, ração animal, carne e óleo utilizado por indústrias”.¹⁰⁰

Além disso, segundo os ambientalistas da APAN, a caça deveria ser proibida, pois sua continuidade poderia levar à extinção da baleia Minke, assim como ocorreu com outras espécies caçadas à exaustão. De acordo com dados fornecidos pela Superintendência da Pesca (SUDEPE), de 1966 até 1983 foram capturadas em nosso estado, 12.991 baleias, das quais 66,25% eram fêmeas e 33,74% do sexo masculino, uma prova evidente de que se encaminha para extinguir o cetáceo. Outro argumento utilizado pelos ecologistas, intelectuais e parlamentares da época, é que a maioria dos trabalhadores labutava em regime temporário, ou seja, por 5 (cinco) meses, como “boias-frias” e posteriormente não recebiam direitos trabalhistas, pois suas carteiras de trabalho não estavam assinadas.¹⁰¹

¹⁰⁰ *O Norte*, João Pessoa – PB, 21 de Outubro de 1985.

¹⁰¹ As baleias agradecem – José Altino – *O Norte*, João Pessoa-PB – 24 de Setembro de 1985.

Esse contexto ocasionou a sinalização de diversas alternativas socioeconômicas para os residentes na praia de Costinha, por parte daqueles que defendiam a trégua da atividade. Em diversos artigos e matérias jornalísticas da época, soluções são apontadas para que não houvesse desemprego na população. Pesca artesanal, indústria do coco, criação de novos tipos de pesca por meio de Cooperativas, o incentivo e a industrialização à jojoba (arbusto resistente à seca), além da pesca do tubarão e do atum, e cultivo de algas marinhas.¹⁰²

Em contrapartida, dentre os que defendiam a manutenção da caça comercial, estavam os representantes dos Sindicatos ligados à atividade baleeira, alguns parlamentares paraibanos e as famílias dos trabalhadores de Lucena que dependiam direta ou indiretamente dessa atividade para a sobrevivência, sob os argumentos de que, com a atividade desativada, muitos moradores da região ficariam desempregados, além de que economicamente o município de Lucena e o Estado da Paraíba perderiam consideráveis impostos gerados pela atividade.

De acordo com Guilherme Rabay, consultor jurídico da COPESBRA, os discursos ambientalistas são emocionais e sem respaldo científico, sem dar importância ao ser humano, pois segundo ele, caso houvesse a proibição da caça, a Empresa fecharia e conseqüentemente demitiria os funcionários. Em relação às alternativas socioeconômicas propostas pelos que defendiam o fim da atividade, classifica-as como impróprias, pois o cultivo de algas marinhas, por exemplo, possuem um custo de produção mais elevado do que o valor de Mercado; já a caça aos tubarões não resistem à pressão industrial e o Atum não possui habitat fixo, não subsidiando uma captura frequente¹⁰³

Dessa forma a década de 1980 foi um período de constantes debates tanto a nível local quanto à Nacional. Jornais Paraibanos como *O Norte*, *Jornal da Paraíba*, *Correio da Paraíba*, *A União* além da *Folha de São Paulo*, e matérias diárias da rede Globo de televisão, puseram o Estado paraibano em foco, por meio de importantes matérias sobre questões sociais, econômicas e ambientais. Por conseguinte, a opinião Pública se manifestara, e a população da Paraíba começou a

¹⁰² APAN lembra moratória de pesca – *O Norte*, João Pessoa-PB, 12 de Julho de 1985.

¹⁰³ *O Norte*, João Pessoa – PB, 20 de agosto de 1985.

ter posicionamento contrário ou permissivo ao fim da caça. Nesse sentido, é notória a divergência de opiniões sobre a temática, haja vista que o momento histórico era propício para isto.

Entendemos, então, que a APAN esteve dentro do debate em torno das baleias e dos Espigões, não atuando sozinha, mas, com o aval de Associações fazendo parte do processo. Entretanto, mesmo que as entrevistas de Paula e Antônio, e até mesmo os jornais, apontem para outros segmentos da sociedade de João Pessoa-PB que estiveram no bojo das discussões, percebemos, através dos relatos orais e principalmente no folheto em comemoração aos 30 anos da entidade, que a APAN reivindica para si três principais conquistas: o do artigo 229 da Constituinte estadual; a força do movimento contra a atividade baleeira; e o pioneirismo no trabalho de educação ambiental no Estado da Paraíba. De fato, torna-se pertinente problematizar a memória da entidade, e esse constitui o nosso objetivo no tópico seguinte.

3.5 Problematizando a memória da Entidade

*Tombam árvores, morrem índios/ Queimam
matas, ninguém vê/ Que o futuro está
pedindo/ Uma sombra e não vai ter...*

(Fagner e Zé Ramalho)

A letra da Epígrafe acima é interpretada por dois ícones da Música brasileira e reflete algo presente nos Movimentos ambientalistas da década de 70/80: A preocupação com o futuro das próximas gerações. Receio proveniente da ação predadora do ser humano que queima florestas, destrói a fauna, polui o ar, mata as populações indígenas.

Por isso, é necessário que “*Pensem em Deus, alertem o mundo/ Para floresta não morrer/ Devastação é um monstro/ Que a natureza atropela/ Essas manchas de queimadas/ Que hoje vemos sobre ela/ São feridas que os homens/ Fizeram no corpo dela.*” Desse modo, o monstro devastador somos nós, que, ao nos

desligarmos de Deus, cometemos crimes socioambientais. A natureza é comparada a um corpo que pede socorro por causa das nossas ações. Entretanto, somos os mesmos responsáveis por salvar tudo isso através de atitudes concretas, como descritas musicalmente: “*Use as mãos, mude uma planta/ Regue o chão, faça um pomar/ Ouça a voz do passarinho/ A floresta quer chorar.*”

E foi justo o que a APAN fez através de estratégias de mobilização executadas por indivíduos reunidos em torno de uma Associação para lutar contra a degradação do Meio Ambiente no estado da Paraíba. Exemplos disso foram as lutas problematizadas outrora: contra Espigões, atividade Baleeira e PROALCOOL.

Ora, trouxemos a música *Canção da Floresta*, tendo em vista a presença de vários elementos em consonância com a memória dos sujeitos (e da própria Entidade) que participaram do movimento à época. Quando nos detemos aos panfletos em comemoração aos trinta anos da entidade (2008), e às falas dos participantes nos embates travados pela Associação, percebemos que a lembrança individual/coletiva liga-se a uma nova sensibilidade humana, cuja APAN fora pioneira em trazer uma perspectiva de que todos os seres vivos são importantes no prosseguimento da vida no planeta Terra.

Nesse sentido, o panfleto comemorativo do trigésimo ano da APAN (2008), se inicia com aspectos já problematizados na Dissertação:

A APAN é uma entidade não governamental, fundada em 1978, por ambientalistas com o objetivo de desenvolver ações em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, inserindo-se na luta juntamente com os movimentos sociais, sobretudo no que se refere à preservação dos ecossistemas.

Posteriormente, vem o primeiro texto, escrito por Paula Frassinete, (2016) denominado: *E assim se passaram 30 anos... De amor à natureza!*

Foi num belo dia de Setembro que o Professor Lauro Pires Xavier iniciava, junto com seus alunos, uma das mais belas experiências que nosso Estado vivenciou que foi a criação da Associação Paraibana Amigos da Natureza – APAN. Discutiam-se as ações degradadoras do homem no seu dia-a-dia, como a utilização de agrotóxicos na agricultura, as queimadas, o lançamento de poluentes nos rios, o desflorestamento dos últimos resquícios de mata atlântica,

o tráfico de animais silvestres, o uso de matas nativas, notadamente no semiárido, como fonte energética para olarias e padarias. E muitas lutas foram começando a tomar conta de corações e mentes!

Nota-se que há uma tentativa de mostrar ao público leitor, uma raiz do movimento ambientalista paraibano a partir das primeiras ações da entidade tuteladas pelo professor Lauro Pires Xavier. Ao mesmo tempo, tem-se o intuito de clarificar que todas as lutas foram realizadas através de um belo sentimento: o amor à Natureza. Sendo assim, interpretamos que àqueles que não lutam contra agrotóxicos, queimadas, poluição fluvial, desflorestamento e tráfico de animais, não possuem nenhuma sensibilidade para com o meio ambiente. A Bióloga prossegue:

A APAN, sempre presente, despertava a chama da participação e da consciência de que todos e todas tinham um papel muito importante na trajetória do planeta Terra. Quantas lutas a recordar, quantas pessoas que sempre se encantaram com o ideal de ser um continuador da criação, quantas alegrias e decepções a cada luta que se iniciava! A APAN, cada vez mais reafirma o propósito da sua criação, que é disseminar a ideia de que a Natureza e nós somos um só, fios de uma mesma teia, a grande teia da VIDA que temos a obrigação de manter para esta e as futuras gerações.

Só com afeição à Natureza e ao meio ambiente, é que se podia/pode despertar a consciência em relação à degradação provocada pela humanidade, na Terra. E o objetivo da entidade era justamente construir essa conscientização: nós enquanto humanos devemos compreender a necessidade de interação para com a Terra, aquém de dominá-la.

Notamos que, a perspectiva apontada por Paula Frassinete (2016) sofreu influências da hipótese teórica da época por nós analisada, e que a APAN ganha, a cada ano, mais plausibilidade, conferindo assim à ideia de GAIA: “Tal asserção pressupõe que o ser humano não está apenas sobre a Terra. Ele é filho e filha da Terra. Ele é a própria Terra em sua expressão de consciência, de liberdade e de amor” (BOFF, 2004, p.30).

Ora, o que permite a vida em nosso planeta e não em outros, é justamente a abrangência complexa da biosfera, atmosfera, dos oceanos, do solo, onde “esses elementos constituem um sistema cibernético ou de realimentação que

procura um meio físico e químico para a vida neste planeta” (BOFF, 2004, p. 33). Portanto, a concentração dos gases na atmosfera (Oxigênio, Nitrogênio, argônio, Metano) precisa estar em “doses” certas para a manutenção da vida terrestre.

Destacamos, por fim, que a formação em Biologia fez com que Paula Frassinete enfatizasse a necessidade da preservação da vida como um todo. E assim, fica evidente para nós a importância dada à interação e a cooperação de todos os seres vivos.

Dando prosseguimento à interpretação do Panfleto, o texto de Antônio Augusto de Almeida (2016), o outro sócio que fundou a Associação, se faz necessária por também enfatizar a relevância da atuação de Lauro Pires Xavier nas diversas lutas ambientalistas da Entidade:

Associação Paraibana Amigos da Natureza – APAN tem uma vasta folha de serviços prestados à causa ambientalista na Paraíba, muitos destes com repercussão nacional. Tudo começou no município de Areia, graças à corajosa liderança científica do professor e pesquisador Lauro Pires Xavier. A veemência de sua fala e os protestos contidos em artigos publicados contra a destruição do equilíbrio ecológico, praticada pela iniciativa privada ou pela ação governamental, logo despertaria a atenção em outras partes do estado, principalmente na Capital. Vivia-se um momento histórico de grande complexidade e dificuldades. De um lado, as repercussões da Conferência Internacional da ONU em Estocolmo, no início dos anos setenta, trazendo o despertar para a crise ecológica mundial. De outro, a fragilidade da incipiente gestão ambiental brasileira face às profundas mudanças ocorridas no país e no Nordeste em particular, com a urbanização acelerada, a expansão do capitalismo ao campo e o desvirtuamento da SUDENE, sob a égide da ditadura militar. Um exemplo marcada dessas transformações apressadas foi a implementação do PROALCOOL. Esse cenário, entretanto, criaria condições objetivas para o fortalecimento da APAN, no final daquela década, em nossa Capital. Nesse sentido, o surgimento de uma nova liderança aliada ao Dr. Lauro, a da então professora universitária, Paula Frassinete, foi determinante.

De forma simples, o autor trás elementos que contextualizam o surgimento da APAN à época: A conferência de Estocolmo, a fragilidade da gestão ambiental no Brasil e, principalmente, e o tipo de desenvolvimento econômico do Regime Militar que favoreceu a especulação imobiliária e os empresários que investiram no desenvolvimento urbano. Sendo assim, o texto aborda questões que vão além da “origem” da APAN. E, a partir disso, percebemos o lugar social de

Antônio ao narrar o contexto, mostrando as condições objetivas/materiais para o processo de mudança social e cultural. Lembremo-nos do seu histórico e de sua luta pela Reforma Agrária por intermédio da atuação com o PCB. Portanto, significa dizer que um conjunto de fatores serviu para o desenvolvimento da mobilização à causa ambiental, bem como do surgimento de novos líderes, tais como Paula Frassinete. E continua:

Daí para a frente, apesar do reduzido número de pessoas envolvidas, o movimento passa a estar presente de forma decisiva em grandes acontecimentos. São exemplos, as lutas contra a destruição da cobertura vegetal nativa das áreas protegidas pelo recém Código Florestal Brasileiro, seja por atividades agropastoris e agroindustriais, seja pela expansão urbana desordenada. A luta contra o lançamento do vinhoto pelas usinas de álcool nos córregos e rios e em favor das populações ribeirinhas atingidas. Não se pode esquecer a batalha contra a famigerada captura e esfolagem de baleias em nosso litoral. Não menos notável foi a grande mobilização para a Constituinte Estadual que reuniu mais de 40 ONGs e entidades de classe, na qual a APAN teve papel determinante, com ganhos reais em nossa Carta, sobretudo nas áreas de desenvolvimento urbano, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. Nesta última, com destaque para as diretrizes de ordenamento ambiental para o parcelamento, uso e ocupação da faixa litorânea do estado.

Aqui, presenciamos a confirmação de um aspecto que vem sendo construído desde as primeiras falas dos ex-integrantes: sem a atuação da entidade não haveria o fim da caça à baleia, nem um artigo na Constituição que limitasse a construção dos Espigões na Orla Marítima da Paraíba.¹⁰⁴

Dessa forma, as memórias individuais e coletivas se constroem partindo dos êxitos ambientais que a Associação teve. O Artigo 229 da Constituição e o fim da atividade Baleeira exemplificam o dito, e, a todo o momento, tais aspectos são mencionados pelos ex-sócios como algo positivo que afirma a importância social da APAN.

¹⁰⁴ No texto “Espigões na Orla”, presente no panfleto comemorativo, Raquel Limeira Ferreira dos Santos (ambientalista e membra da APAN, em 2008), reitera a importância que a APAN teve para impedir os Espigões na Orla. Relembra os argumentos utilizados e os beneficiados com tal empreendimento. E termina o texto mostrando orgulhosamente que “A Paraíba é o único Estado da costa brasileira que mantém na sua Constituição a preservação da Orla, livrando-a da lógica perversa dos grandes empreendedores potencialmente degradadores e excludentes. O Movimento ambientalista e a população estão atentos e vigilantes, conscientes de que o potencial turístico da Paraíba está justamente na capacidade de resistir e se manter diferente”.

Entretanto, no texto de Antônio Augusto (2016), presenciamos minimamente uma problematização dos envolvidos nas passeatas e atos públicos que a APAN liderava, ao proferir sobre um “reduzido número de pessoas envolvidas”. Assim, ele tem o cuidado em apontar que as lutas mencionadas não contaram com a participação de toda a população pessoense (elemento discriminado por nós no segundo capítulo). Mas, não deixa de situar que, foram grandes os acontecimentos advindos de movimentação da Entidade.

Em seguida, temos *Movimento Artistas pela Natureza e APAN*, escrito pela Artista Plástica e membro da APAN, Marlene Almeida, em (2016). De acordo com ela:

O Movimento Artistas pela Natureza agrega artistas brasileiros e de outros países ligados às mais diversas áreas culturais, como música, poesia, artes visuais, fotografia, teatro, arquitetura, cinema e tem como objetivo principal a luta pelo equilíbrio natural do nosso planeta. Fundado em 1977 sob a coordenação nacional do artista Bené Fonteles (no Nordeste, pela artista Marlene Almeida), abriga, entre seus mais de 500 participantes, grandes nomes da cena artística como Gilberto Gil, Tetê Espíndola, Ney Matogrosso, Egberto Gismonti e Capinam, entre outros. A MAPN tem trabalhado no Brasil em defesa da Natureza, seja organizando e participando de eventos, produzindo livros, folders, plaquetes e discos, como também apoiando entidades afins. A APAN é uma dessas entidades parceiras que sempre cumpriu um importante papel em defesa das grandes causas ambientais e pela formação de uma consciência ecológica forte. Nessas últimas décadas, estivemos juntos em muitos projetos, defendendo a orla marítima, com destaque para o Cabo Branco, as baleias, as nascentes e os rios, as matas, os homens. Os artistas que fazem o MAPN congratulam-se com a APAN e com o povo paraibano, pelos 30 anos de vida, pela vida.

Vários pontos podem aqui ser problematizados: Em primeiro lugar, ao caracterizar a MAPN mencionando os nomes de Gilberto Gil e Ney Matogrosso, conhecidos nacionalmente, e citar que a APAN é aliada do Movimento, Marlene Almeida tem o propósito estratégico de clarificar que a Associação Paraibana tem parcerias que a respaldam socialmente na luta ambientalista. Evidenciar isso tem o objetivo de alertar aqueles que não fazem parte da causa, assim como fora a divulgação das ideias socioambientais em shows de artistas locais e nacionais durante a década de 1980.

Em segundo lugar, a construção memorial da entidade se faz a partir da ênfase nos embates ambientais (defesa da orla marítima, luta contra as baleias e a poluição dos rios) e pela construção de uma consciência ecológica que se dá através da educação sobre o Meio Ambiente. Prova disso é o caráter educacional do panfleto, que será esmiuçado no próximo tópico.

Por fim, destacamos dois aspectos: fica para nós, evidente, considerando a profundidade do vínculo da APAN com outros movimentos sociais e artísticos, que a mesma não atuou sozinha durante a década de 1980, pois muitos membros também participavam de outros segmentos da sociedade. Marlene Almeida é testemunha disso tendo participação tanto na entidade paraibana, quanto na MAPN; na defesa pela vida, pelos homens, pelos rios e pelos animais, o aspecto socioambiental da Associação se destaca. A preocupação era firmar uma consciência ambiental em termos sociais e culturais, apontando a necessidade de cooperação dos seres humanos com os demais seres vivos.

Sendo assim, a memória da APAN se constrói atualmente por realizações do passado, tais como: a conquista do artigo 229 da Constituição Paraibana, que proporcionou a transformação da zona costeira da Paraíba em Patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, tendo por pauta consequente a não permissão dos Espigões nesta área; A luta pelo fim da atividade Baleeira, e ainda, a responsável por gerir uma conscientização socioambiental no Estado (através das primeiras atuações com o professor Lauro Pires Xavier, e a incorporação do prosseguimento das atividades com os membros) e no município de João Pessoa-PB. Consciência que se caracteriza na valorização e no amor aos seres vivos, no cuidado para com estes, e na necessidade de preservação para as gerações precedentes.

Por isso mesmo, a Associação continua atuando, e ao confeccionar o panfleto aqui desmembrado, se preocupou com problemas do tempo presente. O próprio Antônio Augusto de Almeida, no final do seu texto, de 2016, diz:

A luta pela causa ambiental e pelo desenvolvimento em bases sustentáveis não pode parar. Estes foram apenas alguns degraus galgados de uma imensa escadaria que se tem pela frente. Para mim, o maior legado da APAN nos trinta anos de sua atuação está

no nível de conscientização que ajudou a criar nas atuais gerações para o fortalecimento e continuidade dessa luta.

Ao analisarmos lutas atuais, no ponto seguinte pretendemos elucidar e comprovar hipóteses retrógradas estudadas por nós, tendo em vista que, interligar o passado ao presente é um dever de qualquer pesquisador da História.

3.6 Relação entre passado/presente e o caráter educacional da APAN

Marc Bloch (2001), em *Apologia da História ou O ofício do historiador*, reitera: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada sabe do presente”¹⁰⁵. Portanto, ao seguir este viés, acreditamos que para melhor complexificação das estratégias, objetivos e lutas socioambientais da entidade, é necessário entender tais aspectos na atualidade.¹⁰⁶

Desse modo, ao darmos continuidade na análise panfletária em comemoração aos trinta anos da APAN, percebemos o caráter educativo que ela ainda possui. Ao expor a tendência dos países desenvolvidos no que se refere à substituição de sacolas plásticas pelas de tecido, papel ou oxi-biodegradáveis, o texto objetiva “conscientizar a população de João Pessoa-PB sobre os malefícios que as sacolas de plástico tem causado ao Meio Ambiente” a partir dos seguintes dados:

72 mil supermercados do País distribuem 16 bilhões de sacolas plásticas por ano; 61% dos consumidores usam apenas metade da capacidade de cada sacola; 50% dos consumidores usam duas sacolas para embalar mercadorias; as sacolas causam entupimento de galerias pluviais; demoram centenas de anos para se decompor; contaminam os oceanos e são confundidos como alimento pela fauna marinha. PRESERVE A NATUREZA, NÃO USE SACOLA DE PLASTICO!

Posteriormente, outro tema tratado no panfleto diz respeito à necessidade de conservar os recursos hídricos. Assim, consoante o conteúdo escrito, queixas às fábricas, postos de gasolina, criadouros de porcos, e desmatamentos em detrimento

¹⁰⁵ Sobre a discussão que Bloch (2001) faz sobre passado e presente, ver *Idem: Apologia da História ou O ofício do historiador*. P. 60-68.

¹⁰⁶ Entendemos o presente, como Bloch (2001), isto é: como passado recente.

da construção de casas, de acordo com o texto, foram encaminhadas ao Ministério Público, a fim de impedir a proliferação de moscas, ratos, baratas, vermes, micróbios, além da transmissão de doenças como o Tifo e a Cólera. Seguindo com o significativo educativo, aborda as ações que necessitam concretude para a manutenção dos recursos naturais:

Replantar a vegetação nas margens dos rios; Não jogar lixo nos rios, riachos e galerias pluviais; Não ligar esgotos direcionados para rios ou riachos; Não construir casas nas beiras dos rios e nem nas barreiras dos morros; Exigir do Poder público, obras de saneamento e esgotos sanitários.

Finalizando, abarcam um tema bastante divulgado e discutido atualmente: a reciclagem. Em *Reciclagem: Um negócio de Futuro!* salientam a demora na decomposição de alguns resíduos por nós usados, a exemplo de: Jornais (2 a 6 semanas), pontas de cigarro (2 anos), chicletes (5 anos), sacos e copos de plástico (200 a 450 anos), latas de alumínio (100 a 500 anos), e pilhas (100 a 500 anos). Terminam o ponto dizendo que:

É de fundamental importância pensarmos efetivamente que contribuição podemos dar para alcançar um modelo sustentável, ecologicamente equilibrado, que contemple a redução, reutilização e reciclagem, permitindo economia de matéria prima e energia. Assim, sugerimos repensar nosso modelo de consumo e descarte, mudar atitudes que nos levem por caminhos seguros, trazendo benefícios para esta e para futuras gerações.

A partir do que foi dito acima, algumas problematizações devem ser feitas, com vistas a elucidar questões do passado e do presente da APAN. Os três aspectos contidos no panfleto têm em comum o princípio de construir nas pessoas, por meio da educação, uma consciência ambiental através do alerta aos problemas provenientes da não preservação dos recursos hídricos, da utilização das sacolas de plástico bem como da falta de atenção à reciclagem. Desse modo, as “ações do hoje” se coadunam com os objetivos traçados pela APAN desde o momento de sua fundação.

Quando nos detemos às estratégias do movimento na atualidade, percebemos que as denúncias ao Ministério Público permanecem somadas aos atos de rua. Por intermédio de novas tecnologias recebemos via Whattzap o convite para participar de um protesto contra “a derrubada do boi em eventos de vaquejada”, no dia 27 de Novembro de 2016, às 16 horas no busto de Tamandaré, onde se esperava a presença de “todos e todas, sensíveis à vida e à natureza. Os animais agradecem” (Paula Frassinete, 25 de Novembro de 2016). E, se antes tivemos uma luta pautada na preservação das baleias, contra o espetáculo do horror que acontecia nas praias de João Pessoa, agora, presenciamos a reivindicação no impedimento à vaquejada. Em ambos os casos, o discurso sensível à natureza e à vida dos animais, é posto, evidenciando uma prática recorrente na entidade.

Entretanto, com a “tecnologização” proveniente do século XXI, outras formas foram inseridas para propagar as ideias e os posicionamentos da APAN. Prova disso, é a ativação (com primeira postagem no dia 19 de Dezembro de 2011) da página da Associação, no Facebook¹⁰⁷, com um total de 769 seguidores, e tendo sua última publicação no dia 25 de Janeiro de 2016. Nela visualizamos posturas contrárias à: derrubada de bois; transposição do Rio São Francisco, atos denunciativos ao corte de árvores em João Pessoa-PB¹⁰⁸; e desmatamento no Estado da Paraíba.

Sobre este último, uma postagem da APAN na referida “rede social”, compartilha uma notícia do *Jornal da Paraíba*: “Paraíba já desmatou 90% da Mata Atlântica de seu território, diz IBGE”, datada de 20 de Junho de 2015, Além disso, trás uma pequena entrevista com o então presidente da entidade, Antônio Augusto de Almeida. A reportagem afirma que a Paraíba foi o Estado que teve o quinto maior percentual de desmatamento do país, ficando com uma área remanescente de Mata

¹⁰⁷ <<https://www.facebook.com/apanpb/>>.

¹⁰⁸ Sobre a derrubada de árvores em João Pessoa-PB, foi organizada uma manifestação via Facebook: “Todos estão convidados a participar e replicar o convite para que juntos mostremos à cidade de João Pessoa e principalmente à gestão, que suprimir árvores da cidade é um verdadeiro retrocesso! Quinta, dia 16 de Abril, concentração a partir das 15H30, no final da Beira Rio, próximo ao Monumento no início do bairro Altiplano. Levemos cartazes, velas, flores, cruzes e, se possível, vá de bicicleta... nos posicionemos para evitarmos que tal descabro seja cometido no restante da Avenida.

Atlântica de cerca de 480 Km²(dados de 2012). As causas para isso, segundo Antônio Augusto (2016), residem na: “[...] falta de planejamento urbano dos municípios onde há Mata Atlântica, além da ausência de educação ambiental e conscientização da população, sobretudo, dos empresários e empreendedores”¹⁰⁹.

Dessa forma, a partir de tais vestígios do presente, afirmamos que a luta da APAN, esteve e está pautada dentro de um contexto denunciativo às autoridades responsáveis, assim como na tentativa de construir uma consciência ambiental em nosso Estado, através da educação (entrega de panfletos, denúncias via Facebook, amostras de Cinema) e dos atos de rua com ajuda de outros segmentos da sociedade paraibana.¹¹⁰

Entretanto, não se propõe a romper com o modo de produção Capitalista, nem no passado, como problematizamos no primeiro capítulo, nem no presente, ao afirmar que a reciclagem, por exemplo, é uma forma para “alcançar um modelo sustentável, ecologicamente equilibrado, que contemple a redução, a reutilização, permitindo economia de matéria prima e energia”. Não obstante dizer que as propostas da APAN não sejam válidas para a construção de uma sociedade mais justa, social e ambientalmente falando, só é preciso clarificar que eles não pregam uma mudança nas bases econômicas da sociedade.

Portanto, ao compreendermos a História como a ciência que estuda os homens no tempo, é necessário unir, como disse Bloch (2001), o estudo dos mortos ao dos vivos. É preciso, como fizemos, iluminar o passado partindo de problematizações do presente. Assim, ao percebermos formas de mobilização, estratégias, concepções socioambientais do presente da Entidade, lançamos uma luz sobre o nosso objeto de estudo e conseguimos então compreendê-lo melhor.

Entendimento este que nos faz enxergar uma entidade que tem nos reveses e conquistas do passado, algo vivo na memória singular e coletiva dos indivíduos que dela fazem parte. Passado que não está morto, mas, se faz presente

¹⁰⁹ <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/06/paraiba-ja-desmatou-90-da-mata-atlantica-de-seu-territorio-diz-ibge.html>>.

¹¹⁰ Para a confecção do panfleto, por exemplo, a APAN contou com o apoio da Gráfica JB, da Consultoria PROSPERARH e do SINDIFISCO.

nas histórias contadas com tanto amor pelos participantes da época. Passado que serve para unir os laços de amizade e relembrar momentos de luta e esperança em mundo melhor. Passado que serve para prosseguir na luta do presente, como experiências para ações do agora.

Por isso mesmo, quando nos detemos em aspectos do presente, percebemos poucos ganhos que o Movimento reivindica para si. Nos panfletos, por exemplo, estão pautados em ações da década de 1980: a conquista do artigo 229, o fim da atividade Baleeira, a defesa de Cabo Branco, o fim dos Espigões, a responsabilidade na conscientização acerca dos problemas ambientais no Estado.

Isto não indica, porém, que a Associação parou de atuar na contemporaneidade, nós, através de alguns vestígios, mostramos diversos atos – o panfleto em comemoração aos 30 anos da APAN, o próprio Facebook da entidade, bem como algumas matérias jornalísticas, que demonstram o seu funcionamento nos dias que se seguem.

CONCLUSÃO

A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.

(Graciliano Ramos)

Neste último carnaval, estivemos na cidade de Recife-PE com o objetivo de curtir uma das festas mais populares do Brasil. Apesar dos cinco dias de folia, inevitavelmente, o olhar do historiador se fez aguçado ao observar aspectos históricos e sociológicos da metrópole pernambucana.

Na terça-feira, um amigo nos levou para conhecer a praia de Boa Viagem, uma das mais famosas da região. Andando na orla, a sensação de espanto e horror invadiu-me: uma enorme quantidade enorme de gigantescos prédios à beira mar forma uma selva de pedras logo após a Orla marítima, ocasionando um sombreamento da praia logo nas primeiras horas da quente tarde recifense. Assim, imediatamente, a comparação com João Pessoa-PB se fez quase automaticamente.

E, ao externar meus pensamentos partindo da conversa com o “camarada” que me levou ao lugar, passei a problematizar tal aspecto que me deixou extremamente impactado, e a tecer considerações sobre meu objeto de estudo. Daí, com uma água de coco nas mãos comecei a historicizar minha própria pesquisa.

Iniciei o percurso a partir dos conselhos do excepcional escritor, Graciliano Ramos. Disse ao amigo que o nosso objetivo era contar uma história de forma direta e entendível, sem florear a linguagem com metáforas desnecessárias. Posteriormente, enfatizei o fato de os problemas e as preocupações ambientais não serem temas novos provenientes apenas do século XXI. Pois, a partir do século XV, homens e mulheres da sociedade inglesa, gradativamente, passaram a modificar suas atitudes em prol da preservação da Natureza, como bem demarcou Keith Thomas (2010) em *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais*.

Posteriormente já no século XIX, Marx e Engels, trouxeram argumentos que demonstraram que a falta de preservação à Natureza estava intimamente ligada ao modo de produção capitalista. Degradação que em seus estudos esteve exemplificada na atividade da agricultura, na qual a perda de fertilidade do solo, a exploração predatória da terra e do trabalhador eram inerentes do progresso industrial.

No Brasil, os estudos de Augusto Pádua e Regina Horta, deixam claro que a crítica ambiental se processou ao longo da história – passando por intelectuais do século XIX como José Bonifácio, chegando a sujeitos como Roquette-Pinto e Mello Leitão através da atuação juntamente com o Museu Nacional.

Diante do exposto de outrora, meu amigo começou a sorrir afirmando que historiador não tinha jeito, não tirava férias nem mesmo no carnaval. Devido à brincadeira, convidei-o a sentar na primeira barraca que encontramos, joguei o coco na lixeira, pedi uma cerveja e finalmente disse que uma vez que ele foi se interessar pelo bate-papo, iríamos até o fim.

Ao prosseguir, resumimos os objetivos da pesquisa, e concluímos que para o entendimento da história da APAN no contexto proposto, era necessário compreendê-la no processo da chamada “abertura política” na qual o Brasil e o estado da Paraíba estiveram mergulhados nos anos finais da década de 1970 e no decorrer da década de 1980.

Com a efervescência social daquele período, as diversas lutas tinham um objetivo em comum: acabar com a Ditadura Militar. Todavia, a heterogeneidade dos movimentos de então, traziam à tona a busca pela cidadania, isto é: equidade de gênero, étnica, a luta contra a fome, a luta em favor da educação, do direito à terra e à moradia.

Neste contexto social e político, houve a vinda ao espaço universitário brasileiro, das novas ideias culturais sobre a preservação do Meio Ambiente e da relação das sociedades com a Natureza. Num movimento polarizado (sociocultural), a luta contra a degradação, ganha corpo em diversos estados brasileiros, através de

passeatas, eventos e congressos, que denunciavam a degradação em vários pontos do Brasil.

Diferente do que acontecia anteriormente, quando a luta ambientalista tinha um caráter puramente conservacionista, a “nova luta ambientalista” que se inicia durante a década de 1960 e se engaja nas décadas posteriores, passa a incorporar o debate social e político, seja através da criticidade direta ao modo de produção capitalista, seja por críticas pontuais aos governos locais a partir de denúncias ao Ministério Público. Além do mais, naquele período, uma rede de conexões entre as próprias entidades e associações, foi algo relevante à caracterização de uma nova e sistemática forma de criticidade aos modelos econômico, social e político, vigentes.

E foi nesse contexto que a APAN surgiu, e ao afunilarmos sua atuação à cidade de João Pessoa-PB, percebemos que Paula Frassinete, uma das principais líderes da época, foi extremamente influenciada pelas discussões ambientais realizadas na UFPE. Junto com Lauro Pires Xavier, Antônio Augusto, Carlos Cartaxo, Marlene Almeida, e demais membros, passou a se articular com outros movimentos como: Associação de Moradores, o Movimento Negro, o teatro amador *Suspensório Produções Artísticas*, o Partido dos Trabalhadores (PT), as livrarias da cidade e até mesmo empresas privadas.

Através de uma composição bastante heterogênea, a APAN, formada por professores e estudantes universitários (nas áreas de História, Biologia, Geografia, Direito), arquitetos, Artistas Plásticos, e engenheiros, passou a formular estratégias de mobilização para divulgar seu ideário socioambiental, denunciar a degradação ao Meio Ambiente, além de tentar construir uma consciência acerca de tais temáticas, no estado e no município de João Pessoa-PB.

Dessa maneira, o Movimento ambientalista lançou como estratégias de ação, as denúncias ao Ministério Público, as passeatas públicas com uso de alto-falantes, cartazes e panfletos, e uso da Imprensa a partir de parcerias com os jornais da época, principalmente *O Norte*, e do trabalho de educação ambiental realizada nas escolas e na própria UFPB. Por fim, valeu-se também dos eventos de cultura,

tendo nos grandes ou pequenos shows musicais uma forma efetiva de mobilização para o eco de suas propostas e ideais.

É importante frisar que toda essa movimentação se deu a partir de um processo de retomada à democratização. O que serviu para o diálogo dos membros da APAN com parlamentares da época, (no sentido de pressioná-los em prol da perspectiva ambientalista) evidenciando, dessa maneira, uma interação mais dinâmica entre a sociedade civil e a classe política.

Essas articulações sociais e políticas da Associação, estiveram pautadas em lutas travadas por ela que puderam ser vislumbradas através dos vestígios deixados nos Jornais de época, nas falas dos contribuintes e na própria construção de uma memória coletiva inscrita nos panfletos em comemoração aos trinta anos da entidade.

Desse modo, as lutas contra o PROALCOOL, a atividade Baleeira, além da atuação a favor de preservação da orla marítima sob a bandeira principal dos Espigões, levou a entidade a construir diversos argumentos pautados através de um conhecimento científico, como consequência de sua composição social. Ou seja, compreendendo este aspecto é que podemos problematizar e entender, minimamente, como suas ideias foram confrontadas com as perspectivas econômicas dos parlamentares, membros do Executivo e empresários da época.

Esse confronto de ideias, por exemplo, foi levado ao máximo na Constituinte Estadual de 1989, por intermédio de uma ampla divulgação da mídia, que nos permitiu perceber que o debate ambiental passava a ganhar uma envergadura maior e que levou a alguns parlamentares votar contra os Espigões. Este fato pode ser entendido através da pressão realizada pela APAN, como mostramos ao longo da Dissertação, mas, também, pelo caráter mais “popular” que a causa ambientalista passava a ganhar naquele tempo. Votar em favor dos Espigões poderia significar uma “mancha” na história do deputado (a). Sendo assim, mesmo que não houvesse uma consciência ambiental/social do parlamentar, o interesse eleitoral era posto na linha de frente.

Estes acontecimentos foram, no ano de 2016, rememorados por Paula Frassinete, Antônio Augusto e Carlos Cartaxo. Outros membros foram contatados, porém, em alguns casos não obtivemos respaldo, ou então, a resposta para a realização de entrevistas se deu tardiamente.

Entretanto, acreditamos que a possibilidade de recuperação dos fatos se deu a partir do cruzamento das fontes jornalísticas com os relatos de nossos entrevistados, assim como do diálogo historiográfico entre a História Ambiental e a Social, o que nos permitira entender nosso objeto e problemática, em debruço à complexidade.

Destarte, através do primeiro, elucidamos como cada grupo enxergava a natureza e os aspectos do Meio Ambiente. A APAN e o seus colaboradores sociais a viam, em alguns casos, no pressuposto do valor intrínseco (da ideia de GAIA, por exemplo) ou com o objetivo de resguardar o Meio para as gerações humanas do porvir. Em contrapartida, muitos empresários e políticos observavam a Natureza como uma fonte inesgotável de recursos em benefício da lucratividade. Grifo nosso: cada grupo social compreendia de maneiras diferentes embasadas por seus valores ideológicos e interesses individuais ou coletivos.

Através de leituras da História social, pudemos trazer à tona as experiências dos integrantes da APAN. Recuperamos, dessa forma, o percurso de líderes da Associação, o que subsidiou problematizar como esses sujeitos históricos puderam elaborar estratégias de ação para concretizar suas visões e crenças de mundo.

Mesmo sabendo das “ciladas” que o hibridismo historiográfico pode levar ao pesquisador, acreditamos, fielmente, que só dessa maneira é que podemos entender e dar significados a estes fatos históricos. Fatos que não estão presos ao passado ou aos jornais, mas encontram vivacidade na memória dos indivíduos e da própria entidade.

Diante de tal complexidade analítica, o diálogo com uma diversidade de textos, permitiu uma caracterização da Entidade a iniciar pela pergunta do Mauricio Waldman (1998): “Movimento ecológico: combativo ou de resultados?” (WALDMAN,

1998). Assim, o autor confirma que o ecologismo combativo precisa se articular com sujeitos políticos através de alianças entre setores da sociedade civil e movimentos sociais do campo e da cidade, isto é, todos os setores que polarizam com o *status quo*.

Perante isso, e a partir da caracterização feita da APAN até o momento, acreditamos que a APAN, durante a década de 1980, se encaixa na proposição de “movimento combativo” ao criticar agentes econômicos e classe política que justificavam a caça à baleia e os Espigões sob o liame do desenvolvimento econômico.

Contudo, na ótica de Waldman (1998), o ecologismo combativo precisa “resgatar a Utopia socialista”. Os vestígios analisados não nos permitem afirmar que a APAN e seus líderes tinham esse propósito. O que podemos inferir é que possuíam uma posição progressista à época, haja vista que o embate com setores ligados à burguesia se deu de maneira efetiva.

Em pauta, acreditamos que as principais lutas (de acordo com a própria Associação e os indivíduos participantes) se encontram no período proposto para análise. E é dessa história do passado, que a APAN tenta encontrar forças para os embates do agora e do futuro.

Esse encontro por mais que não seja *a priori* o nosso foco de estudo, precisa ser feito, considerando a abertura de uma nova aba para questionamentos subsequentes: A partir de 1989, ou seja, das chamadas “conquistas ambientais” e da saída do Movimento por parte de alguns líderes, houve uma regressão social da APAN? Além disso, quais foram as lutas da entidade durante as décadas de 1990 e 2000? Ou ainda, como a APAN se articulou com partidos políticos e movimentos sociais durante esse período? Ela deixou de ser “combativa” e passou a ser de “resultados”?

Respostas que ficam em aberto, para pesquisas e análise subsequentes e posteriores. Pois, o que podemos concluir (para vocês leitores e para o meu amigo recifense) é que a década de 1970/1980 foi um período crucial na história do Brasil,

da Paraíba e de João Pessoa, marcado pelo fim de um regime de política repressora e autoritária que feriu os direitos dos homens e do Meio Ambiente.

Foi nesse contexto que sujeitos, na periferia desse gigantesco país, elaboraram ideias, ações e mobilizações através de uma associação, a partir de uma realidade política e cultural que proporcionou diversas lutas em prol de uma sociedade mais justa em termos ambientais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro**. In: NOVOS ESTUDOS CEBRAP, novembro 2007. p. 151-167.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVES, Rubem. **Lições do velho Professor**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no Mundo do trabalho na era da Mundialização do Capital**. In: Educ. Soc., Campinas, v 25 (87), P. 335-351, Agosto 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 de Jun. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP. Editora da Universidade Federal de Campinas, 1995.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou, O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: Grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

CARTAXO, Carlos. **Teatro de Atitudes**. João Pessoa: Sal e Terra, 2005.

CASTRO, Vívian Maitê. **Ambientalismo em João Pessoa: A participação da sociedade em políticas públicas (2005-2012)**. João Pessoa-PB, 2013. Dissertação (PRODEMA - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente) – UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

CITTADINO, Monique. **A Política Paraibana e o Estado autoritário (1964-1986)**. In: Estrutura de Poder na Paraíba. Vol. 4. João Pessoa: EDUFPB, 1999. P. 120-124.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

DEO, Anderson. **Uma transição à Long Terme: A institucionalização da autocracia burguesa no Brasil**. In: PINHEIRO, Milton (Org.). O que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUARTE FILHO, Francisco Henrique; AGUIAR, José Otávio. **O Movimento Ambientalista revisitado: Uma análise dos conflitos em torno da desativação da atividade baleeira na Paraíba a partir dos jornais de João Pessoa da década de 1980.** In: Qualitas Rev. eletrônica. v.13 (2), 2012. p.1-22.

DUARTE FILHO, Francisco Henrique. **Memórias e História da Atividade Baleeira na Paraíba: Projetos Alternativos e Trajetória Econômica, Social e Ambiental do Município de Lucena (1980-2000).** Campina Grande, 2012. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação da Universidade federal de Campina Grande – UFCG.

DUARTE, Regina. **História e Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **A Biologia Militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945).** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FARIAS, Talden Queiroz. **O conceito jurídico de Meio Ambiente.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, IX, n. 35, Dez 2006. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br>>. Acesso em Jan. 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura acabada.** 1ª ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais urbanos no Brasil: Reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80.** In: BIB, Rio de Janeiro, n.23, P.18-34, 1987.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”: Uma história social da Escravidão em Campina Grande – século XIX.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 21-64.

LOWY, Michel. **Ecologia e Socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões de nossa Época, v.125), 2005.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos.** In _____.PINSK, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo:Contexto,2006.p.112-143.

LYRA, Rubens Pinto. **Reacionarismo e Xenofobia na Paraíba: O caso da UFPB.** Conjuntura social e política, João Pessoa: Ideia, 2016. p. 137-167.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O Sentido de Classe no golpe de 1964 e a ditadura: Um debate Historiográfico**. 2014.

MEIHY, José; RIBEIRO, Suzana. **Guia prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MORAIS, Lenygia Maria Formiga Alves. **Expansão urbana e qualidade ambiental no litoral de João Pessoa – PB**. João Pessoa, 2009. Dissertação de Mestrado (PPGG - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB - Universidade Federal da Paraíba).

MOREIRA, Raphaela Cristhina Claudino. **A questão do Gabarito na Orla Marítima de João Pessoa (bairros de Manaíra, Tambaú e do Cabo Branco)**. João Pessoa, 2006. Dissertação de Mestrado (PPGEU - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFPB - Universidade Federal da Paraíba).

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo:Contexto,2014,p.229-254.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba: Construção e Trajetória do Partido no Estado (1980-2000)**. Recife, 2003. Tese (PPGH - Programa de Pós-Graduação em História - UFPE Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do título de doutor em História do Brasil.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira De. **Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil**. Dados - revista de ciências sociais , Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, Agosto de 2008. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 28 abr. 2016.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1976-1988)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2004.

_____. **As Bases Teóricas da História Ambiental**. Revista Estudos Avançados, vol.24 (68), São Paulo, 2010, p. 81-101.

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro:Zahar,1975.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Sociedade: As reconstruções da Memória**. In: O Golpe e a Ditadura, 40 anos depois (1964-2004). São Paulo, EDUSC, 2004. P. 29-52.

ROCHA NETO, Ivan. **Lynaldo Cavalcanti além das palavras**. Brasília: Paralelo 15, 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
RUCKERT, Fabiano Quadros. **História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio Sinos**. São Leopoldo, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa da UNISINOS de Pós-Graduação em História.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e, 1763 – 1838. **Projetos para o Brasil**. Organização Miriam Dolhnikoff. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução: Mario Salviano Silva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

SOUSA, Bruno Melo de. **Ação das ONGS no âmbito da educação ambiental em João Pessoa, Paraíba: uma abordagem sobre as ações desenvolvidas pela Associação Paraibana dos Amigos da Natureza**. Anais do Congresso Nordeste de Biólogos - Vol. 4: Congrebio 2014.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília de Rodat F. **Proálcool, meio ambiente e emprego rural na Paraíba**. VIII encontro Nacional de Estudos Populacionais. Volume 3, 1992. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em novembro de 2016.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Tradução de João Roberto Martiins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa, volume 1**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

VASCONSELHOS, João Manoel de Filho. **A produção e reprodução do Espaço urbano no Litoral Norte de João Pessoa**. Recife, 2003. Dissertação de Mestrado em Geografia - Curso de Pós-Graduação em Ciências
VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira (1964-1985): A Democracia Golpeada à Esquerda e à Direita**. São Paulo: Leya Brasil, 2014.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável**. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo (Orgs.). Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, Sp. Editora da UNICAMP, 1992.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. 4.ed. – São Paulo: Contexto, 1998. (Caminhos da Geografia). P. 27-45.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos**. In: Serviço social e sociedade, n, 109. São Paulo, Março de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 de Jun. 2016.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

Fontes

1. Entrevistas:

Paula Frassinete Lins Duarte, 74 anos. Entrevista concedida ao autor em 04 de Abril de 2016.

Antônio Augusto de Almeida, 83 anos. Entrevista concedida ao autor em 08 de Junho de 2016.

Carlos José Cartaxo, 57 anos. Entrevista concedida ao autor em 27 de Julho de 2016.

2. Documentais:

Panfleto em comemoração aos trinta anos da APAN. Gráfica JB, João Pessoa-PB, 2008.

3. Jornais:

O Norte

Deputados podem se unir. *O Norte*. 14 de Fevereiro de 1982.

Prefeito é favorável aos “espigões” na Praia. *O Norte*. 08 de Outubro de 1984.

Nenhum Deputado está a favor. *O Norte*. 08 de Janeiro de 1985.

APAN lembra moratória de pesca – *O Norte* - João Pessoa - 12 de Julho de 1985.

Reinício da caça às baleias motiva protestos na Lagoa. Jornal *O Norte*, 21 de Julho de 1985.

O Norte - João Pessoa-PB – 20 de Agosto de 1985.

As baleias agradecem – José Altino– *O Norte* – João Pessoa – 24 de Setembro de 1985.

O Norte – João Pessoa-PB - 21 de Outubro de 1985.

O Massacre das Baleias. *O Norte*. João Pessoa, 26 de Outubro de 1985.

Movimento quer impedir revogação de Decreto. *O Norte*. 30 de Novembro de 1985.

Campanha contra os Espigões. *O Norte*. 08 de Dezembro de 1985.

Blitz manifestará no show de 3ª, a defesa da orla. *O Norte* - 25 de Janeiro de 1986.

O Correio

Na Lagoa, protesto contra o reinício da Pesca da Baleia. *O Correio*, 21 de Julho de 1985.

A reação contra os Espigões: Entidades denunciam o ato de Braga a Sarney. *Jornal O Correio*, 25 de Janeiro de 1986.

A União

Construção dos Espigões é a única saída econômica. *A União*. 24 de Janeiro de 1986.

Ecologistas fazem reivindicações à Burity: *Jornal A União*, 28 de Janeiro de 1987.

O vendedor de sonhos. *A União*. 19 de Abril de 2008.

O Momento

Emenda permite Espigão na Orla: Afrânio propõe a liberação da orla para edifícios com mais de três pavimentos. *O Momento*. 17 de Maio de 1989.

Comissão põe em debate os “espigões”. *O Momento*. 21 de Junho de 1989.

Constituinte proíbe espigões. *O Momento*. 20 de Setembro de 1989.

Correio da Paraíba

Protesto contra a pesca da Baleia no SBPC. *Correio da Paraíba*, 16 de Junho de 1985.

Contra os Espigões ecologistas reiniciam manifestações amanhã. *Correio da Paraíba*. 15 de Fevereiro de 1981.

4. Páginas Online

Blog Pontos Históricos: <<http://historicospontos.blogspot.com.br>>. Acessado em 01 de fevereiro de 2017.

Coluna PB Agora - <<http://www.pbagora.com.br/coluna>>. Acessado em 21 de Jun. de 2016.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - <<http://www.planalto.gov.br>>.

Página Oficial FACEBOOK APAN – <<https://www.facebook.com/apanpb/>>. Acessado em 10 de janeiro de 2017.

Página Oficial SITE ASPAN - <<http://www.aspan.org.br>>. Acessado em 09 de Jun. de 2016.

Youtube - <www.youtube.com>. Acesso em 14 de Abril de 2017.

Outros: <<http://saraiva13.blogspot.com.br>>.

ANEXO 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – PB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Apresentação

Como etapa de uma pesquisa voltada à elaboração de uma dissertação de Mestrado (**História da Associação Paraibana Amigos da Natureza (APAN): Estratégias e lutas socioambientais em João Pessoa no período de 1978-1989**) junto à Universidade Federal de Campina Grande, estamos solicitando de V.S. responder este questionário de acordo com as instruções que se seguem.

Formulário para Perfil:

Nome: _____ Idade _____ Sexo: M () F ()

2. Cidade onde nasceu: _____ Estado: _____

3. Município onde reside: _____

4. Escolaridade : _____

5. Profissão: _____

146

6. Situação atual em relação ao Mercado de Trabalho:

a. Empreg. () b. Desempreg. () c. Aposentado () d. Outros ()

7. Em caso de estar na ativa, informar local onde trabalha atualmente:

Roteiro 1

Entrevistas semiestruturadas com ambientalistas:

1) Narre sua trajetória durante a década de 1980 até chegar à APAN.

2) Antes da APAN, você teve outra experiência em Movimento social, associação ou partido político?

3) Durante a participação na APAN você era filiado a algum partido político ou Movimento social?

4) A APAN tinha parcerias com outros movimentos sociais e partidos políticos?

5) Quais eram as influências intelectuais e de leitura que serviram de base para a fundação e participação na APAN durante a década de 1970 e 1980?

6) O que motivou você participar da APAN?

7) Existia uma crítica ao modelo econômico do Brasil e especificamente de João Pessoa? Se sim, que crítica era essa?

8) Existia um projeto da APAN para a melhoria da qualidade ambiental e social da população de João Pessoa, durante a década de 70 e 80?

147

9) Houve algum tipo de repressão por parte do Estado aos atos e manifestações promovidas pela APAN durante a Ditadura?

10) Na década de 1980 quem participava da APAN ativamente, quais os segmentos da sociedade pessoense que participavam da APAN? Existiam divergências no grupo?

11) Quais as estratégias de mobilização da entidade para impedir a construção dos Espigões na Orla?

ANEXO 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DO QUESTIONÁRIO

Pelo presente documento: _____,

RG: _____ emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente: _____

declaro ceder ao Pesquisador em História ligado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Gutierre Farias Alves, CPF: 064.358.484-67 RG: 3.186.221 emitido pela SSP-PB, domiciliado/residente na Rua João Florêncio Sobrinho nº88, Bairro Três Irmãs, Campina Grande, PB, CEP, 58.423-270, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador/entrevistador aqui referido, na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado do Curso de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande. O

pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em

149

parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Local e Data:

_____ de _____ de _____.

(Assinatura do entrevistado/depoente)

ANEXO 3

(Foto do Arquivo Pessoal tirada em 08 de Junho de 2016, na residência do entrevistado Antônio Augusto de Almeida, em João Pessoa – PB. Na fotografia encontram-se Paula Frassinete, Antônio Augusto e o autor Gutierre Alves).